

Universidade do Minho

Escola de Arquitetura

João Paulo Oliveira de Almeida Brandão

Património Anónimo do Vale de Lamações:

Identificação e Princípios de Intervenção nos
Espaços Intersticiais

Tese de Mestrado

Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao

Grau de Mestre em Arquitetura

Ramos de Conhecimento: Cidade e Território

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professora Doutora Cidália Silva

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Aos meus avós, pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

As minhas primeiras palavras de reconhecimento dirigem-se à minha Orientadora, Professora Doutora Cidália Silva, pela transmissão de saber e experiência, pela dedicação e pelo apoio incondicionais.

Agradeço a todos os que tão generosamente partilharam o seu conhecimento e informação: Professor Doutor Miguel Melo Bandeira (Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento da câmara Municipal de Braga); Eng^a Adosinda Pereira (Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Espaço Público da Câmara Municipal de Braga); Arquiteto Mário Abreu (autor do Plano de Urbanização do Vale de Lamações de 1991). Ao Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE) agradeço o diligente acesso às fotografias aéreas da Zona de Lamações.

À minha família, um sentido obrigado por todo o apoio ao longo desta jornada.

RESUMO ANALÍTICO

O distrito de Braga foi alvo de um rápido crescimento populacional nos últimos trinta anos, bem acima da média para o resto da região Norte e do país em geral (6,2% e 5,3%, respetivamente). Esta mudança ocorreu devido às alterações feitas nos usos da terra, que antes eram predominantemente agrícolas e florestais, o que, por sua vez, levou a um aumento significativo da construção urbana desde o início dos anos 90 (15,4% entre 1991 e 2001). Atualmente, ainda encontramos fragmentos da antiga ruralidade nas áreas de expansão, como é o caso do Vale de Lamações, objeto central da presente investigação. O principal objetivo deste projeto de investigação é a identificação do património anónimo do Vale tendo em vista a definição de princípios orientadores de intervenção na área de forma a limitar e regular a construção de novas habitações e edifícios comerciais para resgatar os fragmentos mencionados, propondo novos usos que aumentem a qualidade e quantidade de espaços públicos / abertos no Vale. Para realizar essa tarefa, é necessário traçar as características naturais e urbanas que moldam o Vale, a topografia, a hidrografia, a rede de ruas, a estrutura e o uso de parcelas, além de identificar pontos de interesse. Assim, através do uso de cartas militares e fotos aéreas, desde 1948, podemos ver como esses elementos evoluíram ao longo do tempo. Deste modo somos capazes de entender melhor os baldios, as parcelas e os terrenos vazios atuais, que antes eram grandes propriedades agrícolas, e planejar a construção de novas estradas e parques de modo a unir e consolidar as valências existentes. Dessa forma, ainda é possível evitar a perda total de património e identidade do antigo paradigma através da implementação de uma proposta que complementa a necessidade de habitação e comércio, bem como de recreação e contacto com a natureza.

Palavras-chave: Ruralidade, urbanismo, interstícios, água, Vale de Lamações

ABSTRACT

The district of Braga has experienced rapid population growth in the last thirty years, well above the rates of the Northern region and the country in general (6,2% and 5,3% respectively). This change was brought forth due to the amendments made to the land uses, that were once predominantly agricultural and forests, which, in turn, led to a significant increase of urban building since the early nineties (15,4% between 1991 and 2001). In the present day we still find fragments of the old rurality in the expansion areas, as is the case of the Valley of Lamações, the main focus of this research. The main objective of this research is the identification of the anonymous heritage of the Valley in order to define principles for intervention in the area in a way that would limit and regulate the construction of new housing and commercial buildings to salvage the aforementioned fragments while proposing new uses that would increase the quality and quantity of public/open spaces in the valley. To accomplish this task it is necessary to draw both the natural and urban features that shape the valley, topography, hydrography, street network, parcel structure and use, as well as identifying points of interest. Thus, through the use of archived military maps and aerial photos, going as far back as 1948, we can see how these elements changed and shifted over time. This therefore will allow to better understand the current wastelands, parcels and empty lots that were once large farms, and plan the construction of new roads and parks that bond with the existing ones and expand. This way it may still be possible to avoid the total loss of heritage and identity of the old paradigm through the implementation of a proposal that compliments both the need for housing and commerce as well as recreation and nature.

Keywords: Rurality, urbanity, interstices, water, Lamações Valley

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	19
1. VALE DE LAMAÇÃES: CARACTERIZAÇÃO, EVOLUÇÃO, PROBLEMAS	25
1.1. Evolução do Vale no contexto da cidade	25
1.1.1. Evolução da cidade de Braga: Medieval e Renascentista	25
1.1.2. Braga na contemporaneidade	29
1.1.3. Plano Parcial de Urbanização do Vale de Lamações (1991)	43
1.2. Introdução ao Vale na atualidade	61
1.2.1. Estrutura física: áreas edificadas e uso dos solos	69
1.2.2. Subsistema hidrológico	70
1.2.3. Riscos naturais	70
1.2.4. Tipos de paisagem	72
2. RECONHECER O PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE	
2.1. Património anónimo de Lamações	79
2.1.1. Identificação	111
2.1.2. Transformação	113
2.2. Aproximação ao Território	117
2.3. Monumentos	119
2.4. “O património é um espelho do passado”	123
3. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO	
3.1. Metodologia de Intervenção para as Áreas Livres do Vale	126
3.1.1. Evolução do Planeamento Urbano: Enquadramento Teórico	126
3.1.2. Análise dos Estudos de Caso (Beigel Architects)	127
3.2. Infraestrutura da paisagem	128
3.2.1. Aproveitamento dos interstícios	128
3.2.2. Rede viária e pedonal	128
3.2.3. Tratamento de superfícies	129
3.2.4. Equipamento urbano	129
3.2.4. Plano de edificação: Tipologias	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
APÊNDICES	145

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Tabela 1 (página 29): Tropos da cidade tradicional

Tabela 2 (página 30): As cidades portuguesas com mais de 20 mil habitantes

Tabela 3 (página 33): Evolução da população, alojamento e edificado, no concelho de Braga e freguesias, 1981 a 2001

Tabela 4 (página 34): Braga - Densidade populacional e respetiva variação

Tabela 5 (página 35): Edifícios segundo a sua função no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991, 2001 e 2011

Tabela 6 (página 42): Objetivos da Qualidade Paisagística

Tabela 7 (página 59): Plano de Urbanização (1991): Planeado versus Realizado

Fig. 1 (página 24): Localização do distrito de Braga.

Fig. 2 (página 24): Localização do concelho de Braga.

Figs. 3 a 5 (página 26): Mapa Braunio de Braga; Planta da cidade do séc. XIX; Evolução da estrutura urbana de Braga Romana - Medieval - Renascentista.

Fig. 6 (página 27): Planta das UOPG de Braga.

Fig. 7 (página 28): Concelho de Braga - União de Freguesias de Lamações.

Fig. 8 (página 28): Planta de intervenção com as áreas da - União de Freguesia de Lamações, UOPG 28, 24 e 8, assim como os limites do plano de urbanização de 1991.

Fig. 9 (página 31): Carta militar, 1948.

Fig. 10 (página 32): Ortofotomapa, 1974, evidenciando a construção da rodovia e da Av. João Paulo II

Fig. 11 (página 34): Evolução da população residente no concelho de Braga (Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011))

Fig. 12 (página 34): Densidade populacional por freguesias do concelho de Braga, em 2011

Fig. 13 (página 35): Distribuição dos edifícios por freguesias do concelho de Braga, em 2001 e 2011

Fig. 14 (página 36): Época da construção dos edifícios em presença no território correspondente às ARUs da cidade de Braga

Fig. 15 (página 37): Planta de edificado, 1974.

Fig. 16 (página 38): Planta de edificado, 1995.

Figs. 17 e 18 (página 44): Fotos sobre o Vale de Lamações, Bom Jesus, contrastando a paisagem no início da década de 90 com a da atualidade.

Fig. 19 a 21 (página 45): Respetivamente, imagens do Bom Jesus, do Monte do Picoto e uma vista aérea de Braga previamente à urbanização de 1991.

Fig. 22 (página 47): Ortofotomapa, 1974.

Fig. 23 (página 49): Unidades de intervenção do PU, 1991.

Fig. 24 (página 51): Planta de síntese do PU, 1991.

Fig. 25 (página 53): 1993, vias construídas e caminhos pedonais propostos no PU.

Fig. 26 (página 55): Ortofotomapa, 2015.

Fig. 27 (página 57): Planta 2015 - espaços públicos e vias de acesso local.

Fig. 28 (página 63): 2015, espaços verdes e livres na área de intervenção.

Fig. 29 (página 65): 2015, planta de limites parcelares construídos e caminhos viscinais, e cicláveis.

Fig. 30 (página 67): 2015, planta de arborização geral.

Fig. 31 (página 71): Planta de aluviação do concelho de Braga.

Fig. 32 (página 71): Perfil demonstrando a aptidão dos solos para edificação segundo a sua estrutura física.

Fig. 33 (página 73): Planta com os tipos de paisagem da área de intervenção.

Fig. 34 (página 80): Rodovia, 1958.

Fig. 35 (página 80): Rodovia, 1974.

Fig. 36 (página 81): Rodovia, 1997.

Fig. 37 (página 81): Rodovia, 2015.

Fig. 38 (página 82): Rodovia, planta parcelar de 1991 e interstícios atuais.

Fig. 39 a 47 (página 83): Caminhos pedonais na continuidade da Av. Frei Bartolomeu dos Mártires, juntamente com afluente do rio Este.

Fig. 48 (página 85): Rodovia, planta vetorial de 1995.

Fig. 49 (página 87): Rodovia, planta vetorial de 2015.

Fig. 50 e 51 (página 88): Perfis Av. Frei Bartolomeu dos Mártires.

Fig. 52 (página 89): Planta dos espaços intersticiais 2018.

Fig. 53 (página 90): Makro, 1958.

Fig. 54 (página 90): Makro, 1974.

Fig. 55 (página 91): Makro, 1997.

Fig. 56 (página 91): Makro, 2015.

Fig. 57 (página 92): Makro, planta parcelar de 1991 e interstícios atuais.

Fig. 58 a 61 (página 93): Imagens dos limites, acessos e interior dos campos livres da Casa de Saúde do Bom Jesus.

Fig. 62 (página 93): Imagem do limite do antigo posto agrário de Braga.

Fig. 63 (página 93): Imagem da fonte e do lago junto da Media Markt.

Fig. 64 (página 95): Makro, planta vetorial de 1995.

Fig. 65 (página 97): Makro, planta vetorial de 2015.

Fig. 66 (página 98): Perfil Av. Doutor António Palha, demonstrando os limites do terreno pertencente ao antigo posto agrário.

Fig. 67 e 68 (página 98): Perfis coincidentes com a nova estrutura comercial (Leroy Merlin) junto a terrenos agrícolas adjacentes.

Fig. 69 (página 98): Perfil Rua Ambrósio dos Santos, demonstrando a propriedade agrícola entre uma superfície comercial e o projeto de loteamento adjacente.

Fig. 70 (página 98): Perfil que intersecta o Minho Center juntamente com a fonte de Fraião.

Fig. 71 (página 99): Planta dos espaços intersticiais 2018.

Fig. 72 (página 100): Vila Cova, 1958.

Fig. 73 (página 100): Vila Cova, 1974.

Fig. 74 (página 101): Vila Cova, 1997.

Fig. 75 (página 101): Vila Cova, 2015.

Fig. 76 (página 102): Vila Cova, planta parcelar de 1991 e interstícios atuais.

Fig. 77 (página 103): Parque infantil adjacente à Av. D. João II.

Fig. 78 a 80 (página 103): Rua da Vila Cova.

Fig. 81 a 83 (página 103): Av. D. João II, ciclovias e uma panorâmica do miolo agrícola da Vila Cova.

Fig. 84 a 86 (página 104): Terrenos abandonados da Rua da Igreja, juntamente com a entrada para a travessa da Rua da Igreja.

Fig. 87 (página 105): Vila Cova, planta vetorial de 1995.

Fig. 88 (página 106): Panorâmica sobre a Vila Cova a partir da Rua do Alambique, adjacente a uma recente construção de uma superfície comercial.

Fig. 89 a 91 (página 106): Vista do interior da travessa da Rua da Igreja e do tanque no seu interior.

Fig. 92 (página 107): Vila Cova, planta vetorial de 2015.

Fig. 93 e 94 (página 108): Perfis sobre a Rua do Alambique, demonstrando os loteamentos inacabados e a construção da nova superfície comercial.

- Fig. 95 e 96 (página 108): Perfis desde a Rua da Vila Cova até à Av. D. João II.
- Fig. 97 (página 109): Planta dos espaços intersticiais 2018.
- Fig. 98 e 99 (página 109): Perfis demonstrando o espaços intersticiais entre a Av. D. João II e a Rua do Bom Real (travessa da Rua da Igreja).
- Fig. 100 (página 109): Travessa da Rua da Igreja.
- Fig. 101 (página 115): Planta síntese dos espaços intersticiais do fundo do Vale de Lamações.
- Fig. 102 a 106 (página 118): Imagens do interior da Fonte de Fraião.
- Fig. 107 a 109 (página 120): Imagens do Monte e da Capela da Nossa Senhora da Consolação
- Fig. 110 a 111 (página 120): Imagens da Capela da Nossa Senhora da Consolação e de um equipamento bar / restaurante.

LISTA DE ABREVIATURAS

ARU	Área de Reabilitação Urbana
CMB	Câmara Municipal de Braga
DPH	Domínio Público Hídrico
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EEF	Estrutura Ecológica Fundamental
EEU	Estrutura Ecológica Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMB	Plano Diretor Municipal de Braga
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A presente tese incide sobre uma zona da cidade de Braga marcada por uma intensa e acelerada urbanização, sobretudo a partir da década de 90 do século passado, o Vale de Lamações¹. Sendo o autor munícipe bracarense e residente no referido Vale, gradualmente tomou consciência da zona profusamente urbanizada, onde persistem sinais do passado agrícola lado a lado com o edificado e que padece de planeamento e de espaço verde (áreas livres) para uso público.

A urbanização é, antes de mais, concebida em termos de aglomeração, isto é, “a concentração densa de população, infraestrutura e investimento em certos locais num contexto territorial mais amplo e menos densamente ocupado”² (Brenner, 2013, 102). Na aceção ampla defendida por Lefebvre, “um processo multiscalar de produção e reprodução do ambiente construído, ligando estruturas globais de capital e estado com práticas do quotidiano, um processo que historicamente caracteriza o espaço da cidade mas que tem vindo a destruí-lo e tornando-se generalizado”³. (Wachsmuth, 2014, p. 78) A evolução do fenómeno urbano, traduzido na urbanização expansiva e extensiva e na proliferação de morfologias e processos urbanos, questiona o conceito tradicional de cidade, incluindo as suas características históricas, entre as quais a oposição entre cidade e campo e a cidade como um sistema autocontido. Trata-se de um tema atual e central nos debates académicos e políticos sobre o que é e o que deve ser o espaço urbano. Neste contexto, importa refletir sobre os efeitos da referida evolução designadamente na qualidade de vida das pessoas. Para esta contribuem, entre outros, os espaços verdes de uso público.

O objetivo da tese é identificar o património anónimo do Vale Lamações. Para tal, parte da busca do património agrícola, anónimo porque desconhecido (à margem da urbanidade e da sociedade). Esta constitui a primeira fase da investigação que sustenta, numa segunda fase, a definição de princípios para intervenção no Vale, perspetivando o aproveitamento dos espaços intersticiais (antigas propriedades agrícolas, parcelas e lotes fragmentados e/ou baldios). Desta forma, propõe-se responder à pergunta norteadora da investigação: Como intervir nas áreas intersticiais de um espaço densamente urbanizado com vista a criar espaços verdes para uso público?

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro é feita uma caracterização geral do Vale de Lamações, que contempla também a sua evolução no contexto da cidade de Braga, bem como a identificação dos problemas decorrentes da acelerada urbanização. O segundo capítulo é feita a aproximação ao território de Lamações nos elementos preexistentes e atuais mais relevantes para a elaboração da proposta de intervenção. No terceiro capítulo é apresentada e justificada a proposta de intervenção nas áreas intersticiais do Vale.

Metodologia

A metodologia adotada contemplou quatro fases, consistindo as três primeiras na recolha, no tratamento e na análise de informação, e a quarta na elaboração de elementos visuais originais (plantas, perfis, rascunhos). A primeira, de natureza documental, baseou-se na pesquisa quer de fontes secundárias, designadamente artigos, capítulos de livros e livros sobre o tema, quer de fontes primárias, nomeadamente documentos oficiais relativos ao Concelho de Braga, e, em particular, ao Vale de Lamações, merecendo destaque os Planos Diretores de Braga e o Plano de Urbanização do Vale de Lamações de 1991. De referir ainda as fotografias aéreas do Vale de Lamações (fotografias n° 292 e 8212 do voo de 1958, n° 62 e 75 do voo de 1974, n° 7046 e 7948 do voo de 1993, n° 456 e 458 do voo de 2015), facultadas pelo Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE).

¹ Na presente dissertação, o termo Vale (com a primeira letra em maiúscula) reporta-se ao Vale de Lamações.

² “the dense concentration of population, infrastructure, and investment at certain locations on a broader, less densely settled territorial plane”

³ “a multiscalar process of the production and reproduction of the built environment, linking global structures of capital and the state with practices of everyday life, a process that historically characterized the space of the city but has since shattered that space and become generalized”

A segunda consistiu na observação. “Observar é um processo que inclui a atenção voluntária e a inteligência, orientado por um objectivo final ou organizador e dirigido a um objeto para recolher informação sobre ele” (Ketele e Roegiers, 1993, pp. 22-23). Trata-se de um “acto de sentido único” e “situa-se essencialmente no presente” (Ketele e Roegiers, 1993, p. 25). Na presente investigação, a observação consistiu em diversas deslocações pedonais pelo Vale de Lamações, das quais resultaram quer notas de campo da informação recolhida e rascunhos, quer registos fotográficas.

O conhecimento do Vale por via documental e de trabalho de campo foi complementada, numa terceira fase, pelo recurso a entrevistas. A entrevista consiste em “uma conversa entre o entrevistador e o entrevistado que tem o objetivo de extrair determinada informação do entrevistado” (Moser e Kalton 1975 cit. in Bell 2002, pp. 118-119). A escolha desta técnica justificou-se para recolher informação detalhada não constante na documentação, relativa à área de trabalho – o Vale de Lamações - sobre a qual há um défice de produção científica. A preparação das entrevistas implicou a escolha do tipo, o planeamento dos contatos e respetiva marcação (data, hora e local), bem como a elaboração de guiões das entrevistas. No que toca ao tipo, decidiu-se pela entrevista qualitativa semiestruturada: esta “nem é inteiramente livre e aberta (...), nem orientada por um leque inflexível de perguntas estabelecidas a priori. Naturalmente, o entrevistador possui um referencial de perguntas-guia, suficientemente abertas, que será lançadas à medida do desenrolar da conversa, não necessariamente pela ordem estabelecida no guião, mas, antes, à medida da oportunidade, nem, tão-pouco, tal e qual foram previamente concebidas e formuladas: deseja-se que o discurso do entrevistado vá fluindo livremente” (Pardal e Correia, 1995, p. 65). As entrevistas foram conduzidas com base em guiões de perguntas, adequados à função do entrevistado, que constam dos apêndices da dissertação. Foram entrevistados o Professor Doutor Miguel Melo Bandeira, na qualidade de Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento da Câmara Municipal de Braga, a Eng^a Adosinda Pereira, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Espaço Público da referida Câmara, e o Arquiteto Mário Abreu, autor do Plano de Urbanização do Vale de Lamações de 1991.

Para a elaboração dos elementos visuais foram utilizados os programas Autocad, Photoshop, Ortho GIS, Google Earth Pro, Excel (tabelas e gráficos).

1.VALE DE LAMAÇÕES: EVOLUÇÃO, CARACTERIZAÇÃO, PROBLEMAS

PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE DE LAMAÇÕES

Vale de Lamações: Caracterização, Evolução, Problemas



Fig. 1: Localização do distrito de Braga.

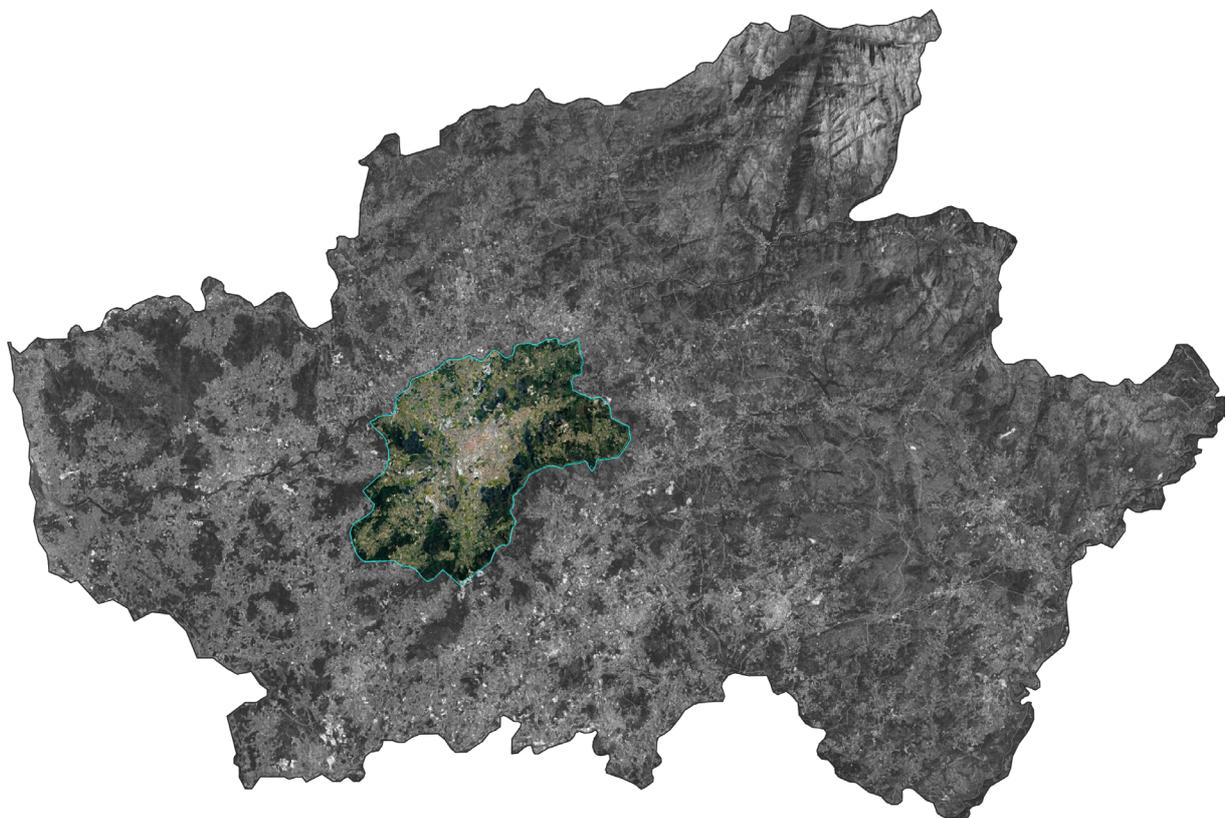


Fig. 2: Localização do concelho de Braga.

1.VALE DE LAMAÇÕES: EVOLUÇÃO, CARACTERIZAÇÃO, PROBLEMAS

A hipótese central (...), é de que está a emergir uma nova forma urbana que denominamos de «metápole», porque ela parece ultrapassar e englobar diversos pontos de vista, as metrópoles que conhecemos até ao presente. Se este é o caso, essa emergência, (...), necessita, não a reativação daquilo que fez o sucesso das cidades anteriores, e às vezes, o seu infortúnio..., mas sim, uma mudança progressiva das formas de pensar as cidades, de conceber e aplicar o urbanismo, de gerir os conjuntos urbanos. (Ascher, 1998, p. 2)

Pode-se lamentar a conquista do território pela cidade com a ajuda dos argumentos mais elucidados, (...), mas não se pode negar a tendência, nem a extensão cada vez maior dos seus efeitos. Há quem tenha perspetivado este fenómeno há muito tempo. Numa carta de 1963, Rosseau escreve que a «Suíça inteira é como uma grande cidade dividida em treze bairros, uns erigidos nos vales, outros nas ladeiras, outros sobre montanhas. (...) Há bairros mais populosos que outros, mas todos são suficientes para indicar que se está sempre na cidade. (...) Não é credível que atravessemos desertos quando nos confrontamos com campanários entre pinheiros, rebanhos sobre rochedos, manufaturas em precipícios, fábricas sobre correntes.» (Corboz, 2005, p. 27)

1.1. EVOLUÇÃO DO VALE NO CONTEXTO DA CIDADE

A evolução histórica da cidade de Braga conheceu, segundo Maria do Carmo Ribeiro (2009/2010), as seguintes fases: a cidade romana (a cidade alto-imperial Bracara Augusta, do século I a.c. ao século VIII) caracterizada pela “edificação de um centro urbano ex novo, planificado, assente numa estrutura pensada do espaço urbano, que se prolonga na organização cadastral do território envolvente (Ferreira, 2009/2010, p. 186), remontando a construção da muralha, por motivos de defesa, ao século III e o abandono de áreas intramuros ao século VIII; a cidade medieval (séculos VIII-XV) em que verificou o alargamento do perímetro amuralhado, a integração intramuros de zonas rurais periféricas e um novo conceito de cidade assente “em formas de crescimento orgânico, polarizada sem função de novos edifícios de prestígio” (Ferreira, 2009/2010, p.190); a cidade moderna em que a muralha fernandina perdeu a função defensiva e se assistiu à expansão para a periferia, “originando uma grande cidade”. Em síntese, Braga “é hoje o resultado de um percurso complexo, onde distintas ‘cidades’ se foram edificando ao longo dos tempos, num espaço em que se encontram e se entrelaçam diferentes marcas e vestígios materiais dos seus sucessivos períodos de ocupação.” (Ribeiro, 2009/2010, p. 179)

Dada a relevância para a presente dissertação da evolução do processo de urbanização sobre a estrutura rural, começa-se por uma breve nota de contextualização relativa ao período medieval e renascentista.

1.1.1. A Cidade de Braga: Medieval e Renascentista

A era medieval era caracterizada por grande instabilidade política e social isto levou a que as populações procurassem segurança e estabilidade dentro e em redor das cidades-muralha. Estas cidades apresentavam limites absolutos e eram de pequena dimensão quando comparadas com o modelo moderno e mesmo com as cidades da antiguidade (antes da queda do Império Romano), a população, habitações, serviços e órgãos governativos concentravam-se dentro das muralhas resultando numa grande densidade populacional e de edificado.

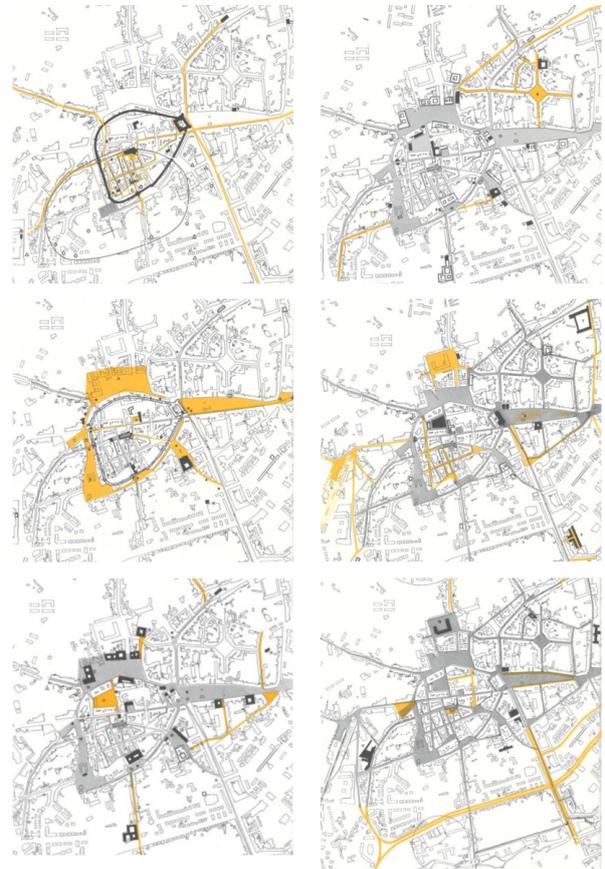
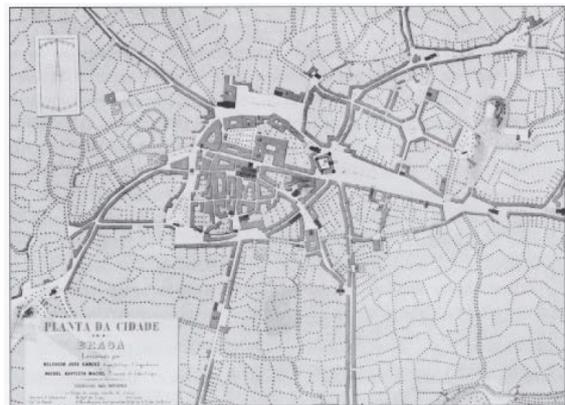
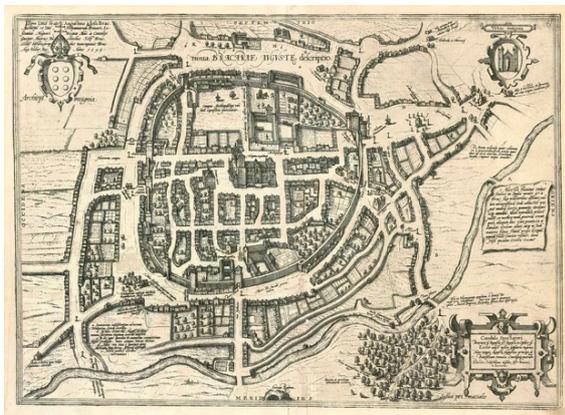
O campo existia em oposição e serventia das cidades, desenvolvendo-se em seu redor. Na fase inicial de estabelecimento do povoado Brácaro explorou-se os recursos nas imediações da muralha, através do abate das árvores, a extração de minério e domesticação dos cursos de água. O abate dos recursos primários leva à libertação de área em redor que seria destinada às práticas agrícolas. O terreno foi dividido em parcelas, cada uma era vinculada a uma família que a poderia explorar para subsistir, com a condicionante de pagar tributo ao governante do povoado. O imposto, sob a forma de recursos alimentares, permitia a manutenção da cidade e dos órgãos governativos e religiosos, que em troca ofereciam proteção e liderança à classe servente.

A estabilização das forças políticas levou a que a necessidade de defesa se torna-se obsoleta o que permitiu a expansão do urbano para lá dos limites das muralhas através do aproveitamento dos antigos caminhos romanos que faziam a ligação às paróquias suburbanas. Em paralelo, devido à nova segurança e liberdade de deslocação, assistimos ao crescimento e consolidação da classe burguesa entre o século XVI e XIX. A transformação nas dinâmicas económicas que esta mudança traz vai se refletir na morfologia e tipologias emergentes nas zonas de expansão da cidade renascentista.

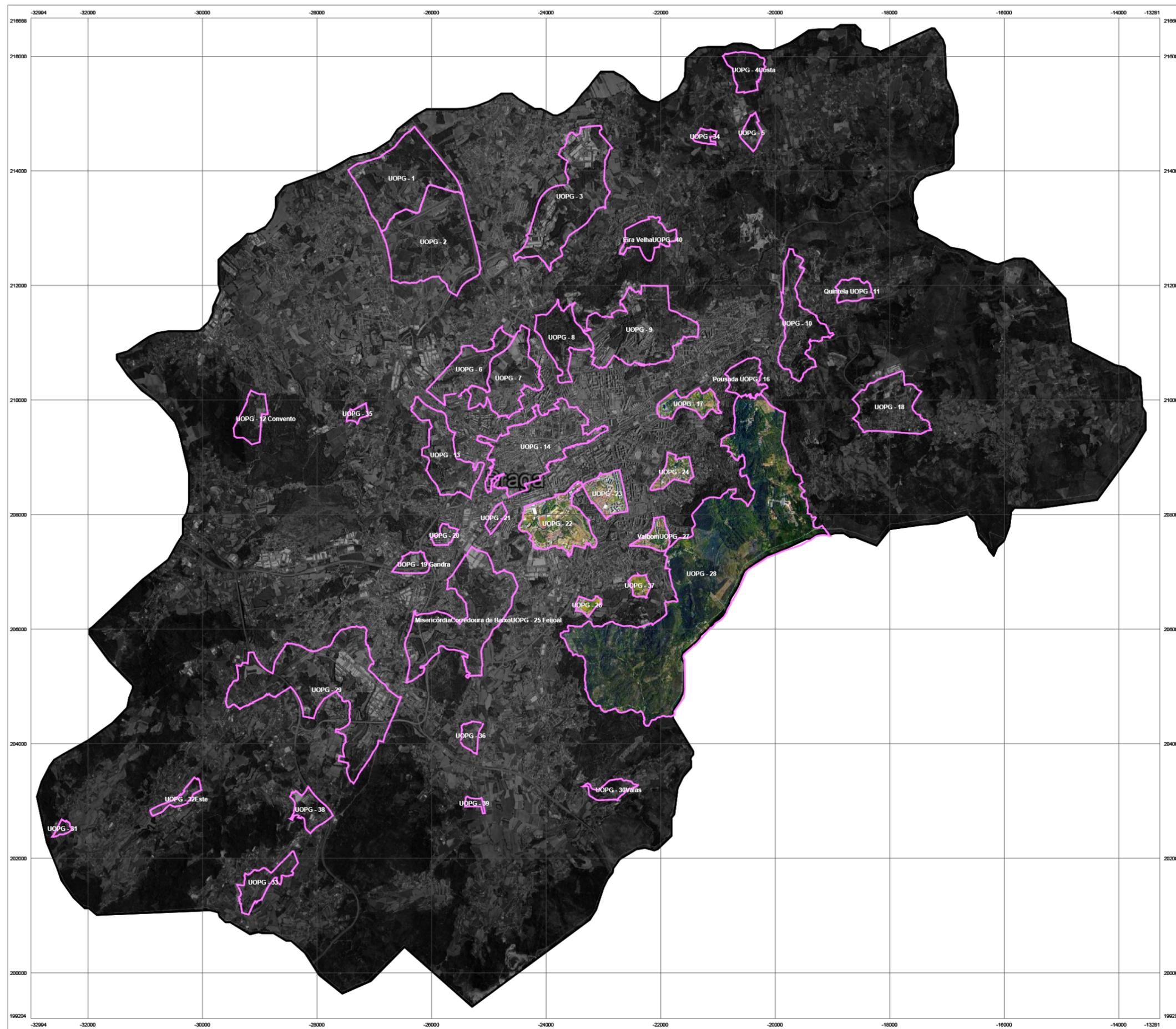
Uma importante alteração urbanística que se observa na cidade moderna decorre da perda da funcionalidade defensiva da muralha Fernandina, circunstância que irá originar o aparecimento de construções na sua envolvência e a formação de espaços viários circundantes da muralha, que paulatinamente serão urbanizados. (Ribeiro, 2008, p. 195)

Com todo o novo espaço disponível a urbanização pode crescer sobre as parcelas agrícolas, ao longo das vias que unem a periferia, tipicamente assumindo uma disposição em grandes quarteirões irregulares, com o domínio da parcela gótica com a característica pequena fachada virada para a rua e um grande desenvolvimento em profundidade para o interior.

No caso de Braga estes períodos de expansão da idade Moderna foram supervisionados maioritariamente pelas forças do Clero, designadamente pelos arcebispos como Dom Diogo de Sousa, e arquitetos como André Soares e Carlos Amarante, que geometrizaram e deram escala aos eixos de crescimento da cidade. Especificamente Dom Diogo de Sousa foi pioneiro da planificação da cidade e das suas alterações dentro e fora das muralhas com a abertura de eixos mestres, ruas e praças e a introdução da arquitetura Renascentista.



Figs. 3 a 5: Mapa Braunio de Braga; Planta da cidade do séc. XIX; Evolução da estrutura urbana de Braga Romana - Medieval - Renascentista.



- UOPG 1 - Parque do Vale de Santo Estêvão
- UOPG 2 - Localização Emp. do Vale de S. Estêvão
- UOPG 3 - Expansão das Industrial de Pitandinhos e Adão
- UOPG 4 - Quinta de Jós
- UOPG 5 - Expansão da Área Industrial de Navarra
- UOPG 6 - Parque e Área de Expansão de Real-Dume
- UOPG 7 - Parque Norte e envolvente
- UOPG 8 - Quinta da Torre e do Galo
- UOPG 9 - Parque de Sete Fontes e Envolvente
- UOPG 10 - Áreas Contíguas à periferia do Fojo
- UOPG 11 - Consolidação da periferia de Este S. Mamede
- UOPG 12 - Plano de Pormenor Tibães-Gole
- UOPG 13 - Horta e Consolidação Urbana de Cones
- UOPG 14 - Centro Histórico
- UOPG 15 - Capela de Santa Catarina
- UOPG 16 - Horta da Granja
- UOPG 17 - Quinta dos Peões - Centro de Inovação
- UOPG 18 - Área de atividades económicas de Espinho
- UOPG 19 - Área de atividades económicas Nô de Ferreiros
- UOPG 20 - Envolvente do Parque Escolar de Ferreiros
- UOPG 21 - Quinta das Portas
- UOPG 22 - Área Sul da Cidade
- UOPG 23 - Santa Tecla
- UOPG 24 - Consolidação Urbana - Variante da Encosta
- UOPG 25 - Parque Oeste e envolvente - Ferreiros
- UOPG 26 - Consolidação da periferia de Nogueira
- UOPG 27 - Zona de Expansão Residencial de Fraião
- UOPG 28 - Santuários
- UOPG 29 - Área de Distribuição Logística
- UOPG 30 - Consolidação da periferia de Momeira
- UOPG 31 - Área de atividades económicas de Cunha
- UOPG 32 - Área Envolvente do Apeadeiro de Ruihe
- UOPG 33 - Consolidação da periferia de Tebosa
- UOPG 34 - Envolvente do Campo de Jogos de Navarra
- UOPG 35 - Consolidação Urbana de Semelhe
- UOPG 36 - Consolidação da periferia de Figueiredo
- UOPG 37 - Consolidação Urbana de Nogueira
- UOPG 38 - Área de atividades económicas de Pitiscos
- UOPG 39 - Consolidação Urbana de Lamas
- UOPG 40 - Consolidação da periferia de Adão

Limite_Município

Fig. 6: Planta das UOPG de Braga.

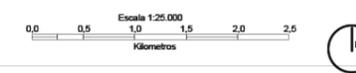




Fig. 7: Concelho de Braga - União de Freguesias de Lamações.



Fig. 8: Planta de intervenção com as áreas da - União de Freguesias de Lamações, UOPG 28, 24 e 8, assim como os limites do plano de urbanização de 1991.

1.1.2. Braga na Contemporaneidade

Antes de analisar a evolução do processo de urbanização na cidade de Braga e no Vale Lamações, importa situar os mesmos na atualidade, conforme demonstrado nas figuras 7 e 8.

No que respeita a Braga, e a esta tese, é essencial perceber como é que os processos de urbanização atuais afetam a forma do espaço rural e urbano. Resta perguntar que papel a antiga ruralidade deve assumir neste contexto sem que seja eliminada?

A ideia de cidade tradicional parece estar a ser ultrapassada. Novos termos procuram nomear os novos espaços urbanos, entre os quais o de Metapolis proposto por Ascher (1998).

Os novos espaços urbanos superam as tradicionais antinomias cidade versus campo, urbano versus rural. “The old notions of city versus country are now obsolete.” (Zardini, 2013, p. 12) Segundo Castells, “the great paradox of the twenty-first century is that we could be living in a predominantly urban world without cities” (Castells, 2005, p. 57) consequência de uma urbanização expansiva. A proliferação de morfologias, processos e conceitos urbanos conduziu à, por Lefebvre designada, “revolução urbana”: “Today, the urban phenomenon astonishes us by its scale” (Lefebvre 2003 [1970]).

Wachsmuth (2014) identifica os três tropos da cidade tradicional: a oposição entre cidade e campo; a cidade como um sistema autocontido (dentro de limites, herdeira da cidade dentro de muralhas); a cidade como um tipo-ideal (as cidades são comparáveis entre si, e distintas do campo).

Tabela 1 – Tropos da cidade tradicional

	Campo versus cidade	Sistema unificado	Tipo ideal
Período	Século XIX (associada à industrialização)	(Modernismo e) sobretudo entre os anos 30-70 (associada ao fordismo-keynesianismo)	Era neoliberal (anos 80) (associada à competitividade urbana)
Teoria e Prática	Surgiu em simultâneo na teoria e na prática	1º na teoria e só mais tarde (anos 30) na prática	1º na teoria e só mais tarde (anos 80) na prática
Autoria Científica	Escola de Chicago	Escola de Chicago (Burguess 1925)	Escola de Chicago (Redfield 1947)

Relativamente à oposição campo versus cidade, esta assenta em três dimensões: a divisão do trabalho (agricultura - que fornece as matérias primas para serem transformadas na cidade - versus indústria); a separação entre natureza e sociedade; a diferenciação de estilos de vida (tradição e passado versus progresso e futuro) (Wachsmuth, 2014).

Novas morfologias de grande-escala desenvolvem-se questionando a tradicional oposição urbano versus rural, que deixa de ser a referência para a diferenciação espacial (Brenner, 2013):

Urbanism as a way of life, once confined to the historical central city, has been spreading outwards, creating urban densities and new “outer” and “edge” cities in what where formerly suburban fringes and green field or rural sites. In some areas, urbanization has expanded on even larger regional scales, creating giant urban galaxies with population sizes and degrees of polycentricity far beyond anything imagined only a few decades ago... [!]n some cases city regions are coalescing into even larger agglomerations in a process that can be called “extended regional urbanization. (Soja e Kanai 2006, cit. in Brenner, 2013, p. 87)

E se nos anos 30 do século XX, a Escola de Chicago considerava como elementos do urbanismo a) a grande dimensão da população, b) a densidade populacional elevada e c) a heterogeneidade demográfica, hoje o urbano está despojado de elementos definidores claros, de coerência morfológica, de fixidez cartográfico (Brenner, 2013).

The city is everywhere and in everything. If the urbanized world now is a chain of metropolitan areas connected by places/corridors of communication (airports and airways, stations and railways, parking lots and motorways, teleports and information highways), then what is not the urban? Is it the town, the village, the countryside? Maybe, but only to a limited degree. The footprints of the city are all over these places, in the form of city commuters, tourists, teleworking, the media, and the urbanization of lifestyles. The traditional divide between the city and the countryside has been perforated. (Amin e Thrift [2002] cit. in Brenner, 2013)

Esta evolução também se verificou na cidade de Braga. De acordo com a memória descritiva do “Projeto de alteração da ARU de Braga sul e de delimitação das ARU Braga norte”, verificou-se um crescimento:

padrão típico em cidades históricas: regressão no centro e incremento das áreas periurbanas. Em Braga, este fenómeno ocorre sobretudo por contraste entre o Centro Histórico e um anel de proximidade, correspondente à cidade comercial, de serviços e residencial consolidada, mas também à extensão, de épocas mais recentes, para algumas áreas rurais envolventes. Esta extensão absorveu, inclusivamente, núcleos que hoje integram a cidade densa, embora com problemas de articulação urbanística e funcional. (CMB, 2016, pp. 20-21).

Nos primeiros anos do século XX, a cidade era um dos maiores núcleos populacionais de Portugal, sendo uma das três cidades portuguesas (Lisboa, Porto) com mais de 20 mil efetivos (Rodrigues e Pinto, 1997, p. 19):

Tabela 2 – As cidades portuguesas com mais de 20 mil habitantes

CIDADES	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Lisboa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Porto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Braga	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

A sua expansão para nascente “desenvolveu-se a partir de 1966, com a abertura de uma nova estrada para o Santuário do Bom Jesus a partir da Rua Bernardo Sequeira, acompanhando a tendência de crescimento para leste, que já se fazia sentir desde o final do séc. XIX, desde a Rua de São Vítor/Nova de Santa Cruz.” A construção da “Rodovia” foi o elemento que reestruturou “por completo esta zona da cidade, permitindo uma agregação de novas urbanizações e algumas centralidades.” (CMB, 2016, p. 122).

Fig. 9: Carta militar, 1948.



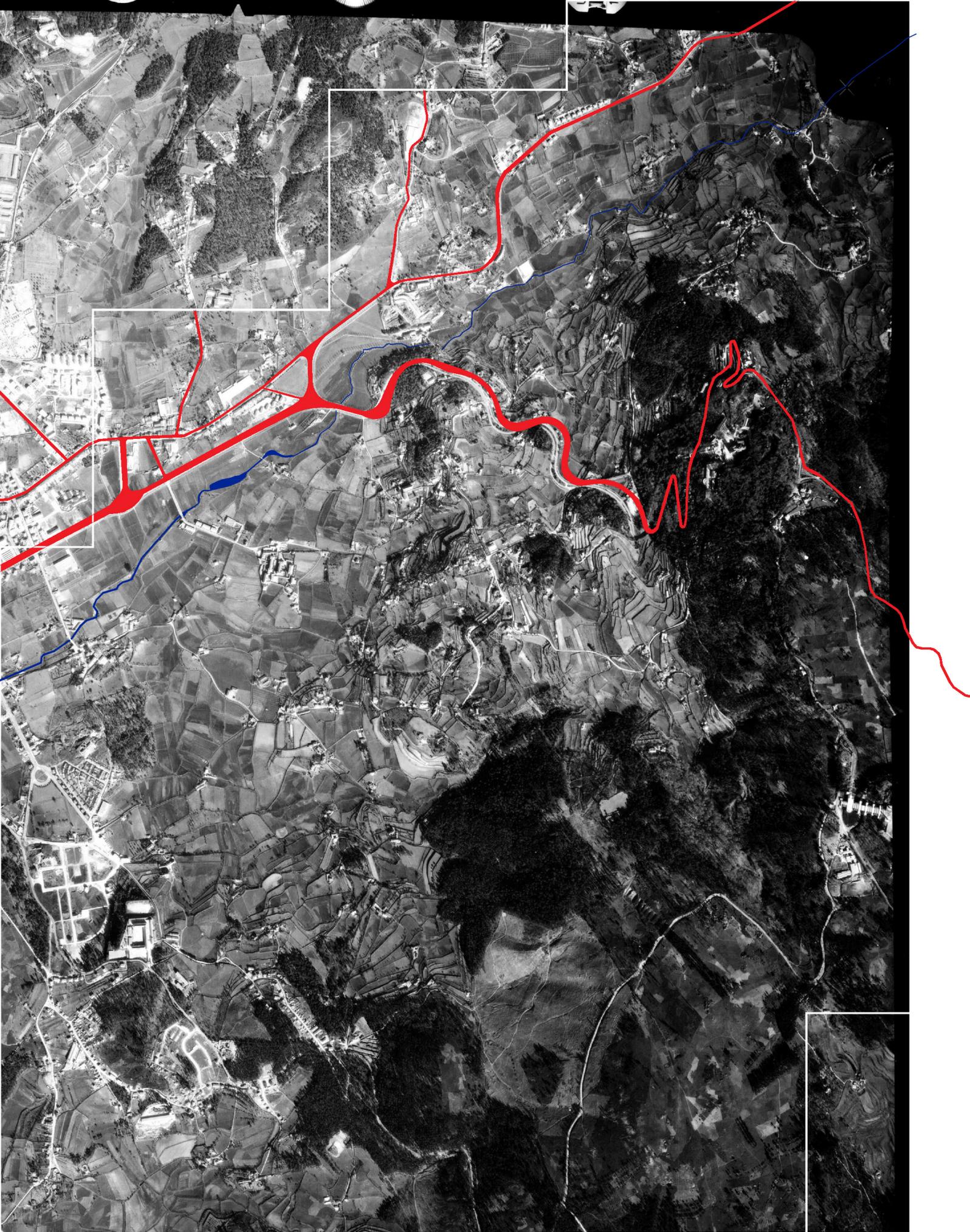


Fig. 10: Ortofotomapa, 1974, evidenciando a construção da rodovia e da Av. João Paulo II

Braga conheceu um forte crescimento demográfico e do espaço urbano, sobretudo a partir dos finais da década de 70. Até a esta década, tratou-se de um crescimento contido. Após a mesma, assistiu-se a “um crescimento brusco e que se distribuiu no espaço de «tentacular»” (CMB, 2016, p. 21) Entre 1991 e 2001, o parque habitacional do concelho de Braga, em termos de alojamentos familiares, aumentou cerca de 50% (CMB, 2011, p. 40):

Tabela 3 - Evolução da população, alojamento e edificado, no concelho de Braga e freguesias, 1981 a 2001

ZONA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE			ALOJAMENTOS FAMILIARES				ALOJAMENTOS COLETIVOS	EDIFÍCIOS	
				TOTAL		CLÁSSICOS			1991	2001
	1981	1991	2001	1991	2001	1991	2001	2001	1991	2001
Norte	3410099	3472715	368293	1284120	1611843	1278948	1605157	1938	978155	1100329
Braga	125473	141256	164192	47813	70268	47742	70035	121	28312	32668
Cidade	2945	2032	1884	705	736	705	736	5	303	243
Maximinos	6174	7720	10030	2972	4656	2965	4629	4	993	1025
São João do Souto	2166	1198	932	503	493	503	493	10	314	335
Lázaro	10839	14891	14830	5855	6713	5846	6693	28	1538	1554
São Vicente	6802	8447	12162	3249	5835	3243	5824	12	1254	1337
São Vitor	14549	18870	25407	7006	14591	7001	14570	21	2177	2648
Sé	2932	4468	3587	1837	1784	1837	1776	5	577	530

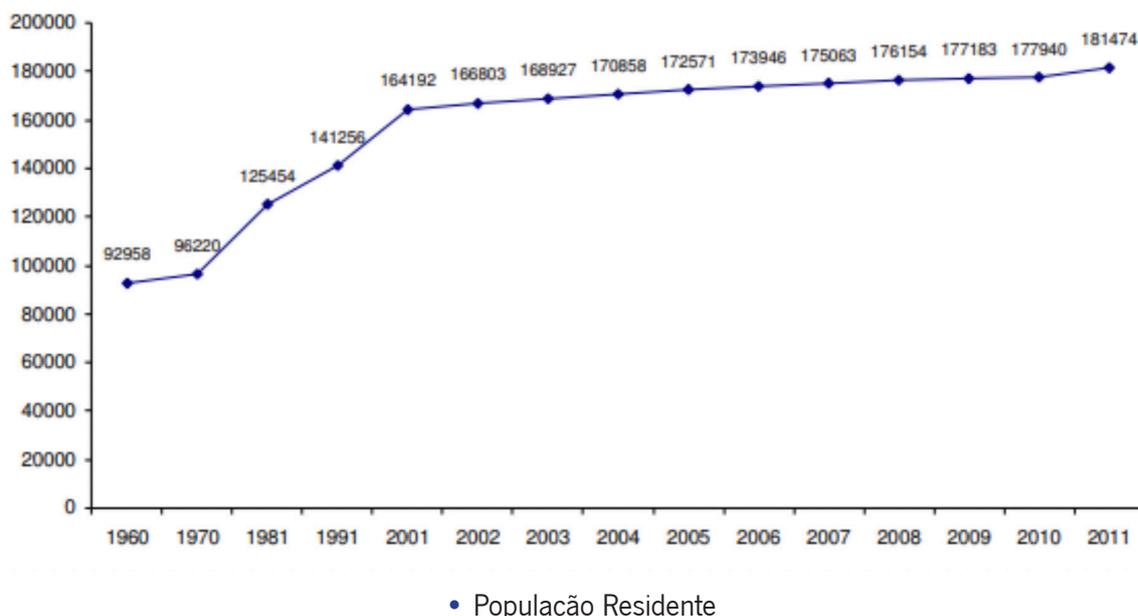
Fonte: INE, 1981-2001

(CMB, 2011, p. 40)

Os dados relativos ao século XXI evidenciam a consolidação dessa tendência.

A população residente aumentou 49%, entre 1960 e 2011, e 31% entre 1981 e 2011. Entre 2001 e 2011, o concelho “apresenta uma área contínua de expansão urbana e populacional que se desenvolve em anel a Sul do centro da cidade estendendo-se para Norte.” (CMB, 2018a, p. 12)

Figura 11 – Evolução da população residente no concelho de Braga (Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011))



(CMB, 2018a, p. 11)

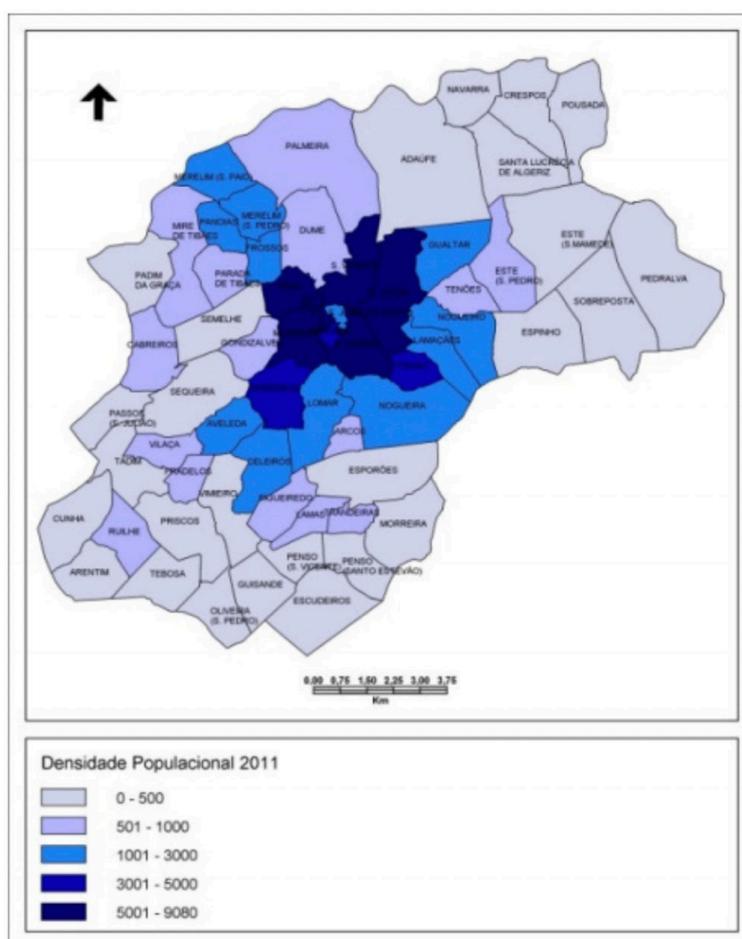
Em termos de densidade populacional, em 2011 verificou-se a diminuição da percentagem dos residentes na zona central da cidade, devido ao aumento demográfico em freguesias mais periféricas. Tal evidencia “uma expansão do núcleo urbano para além das sete freguesias tradicionais (São Vitor, São Vicente, São Lázaro, São João de Souto, Maximinos, Sé e Cidade). Este alargamento permite incluir dez novas freguesias às sete freguesias da cidade tradicional (Dume, Ferreiros, Fraião, Gualtar, Lamações, Lomar, Nogueira, Nogueiró, Real e Tenões). (CMB, 2018a, p. 12)

Tabela 4 - Braga - Densidade populacional e respetiva variação

Densidade Populacional (hab/km ²)						
Concelhos	Área (km ²)	1991	2001	2011	Variação (%)	
					(1991/2001)	(2001/2011)
Braga	183,4	770,2	895,3	989,5	16,2%	10,5%

(CMB, 2018a, p.13)

Figura 12 - Densidade populacional por freguesias do concelho de Braga, em 2011



(CMB 2018a, p. 13)

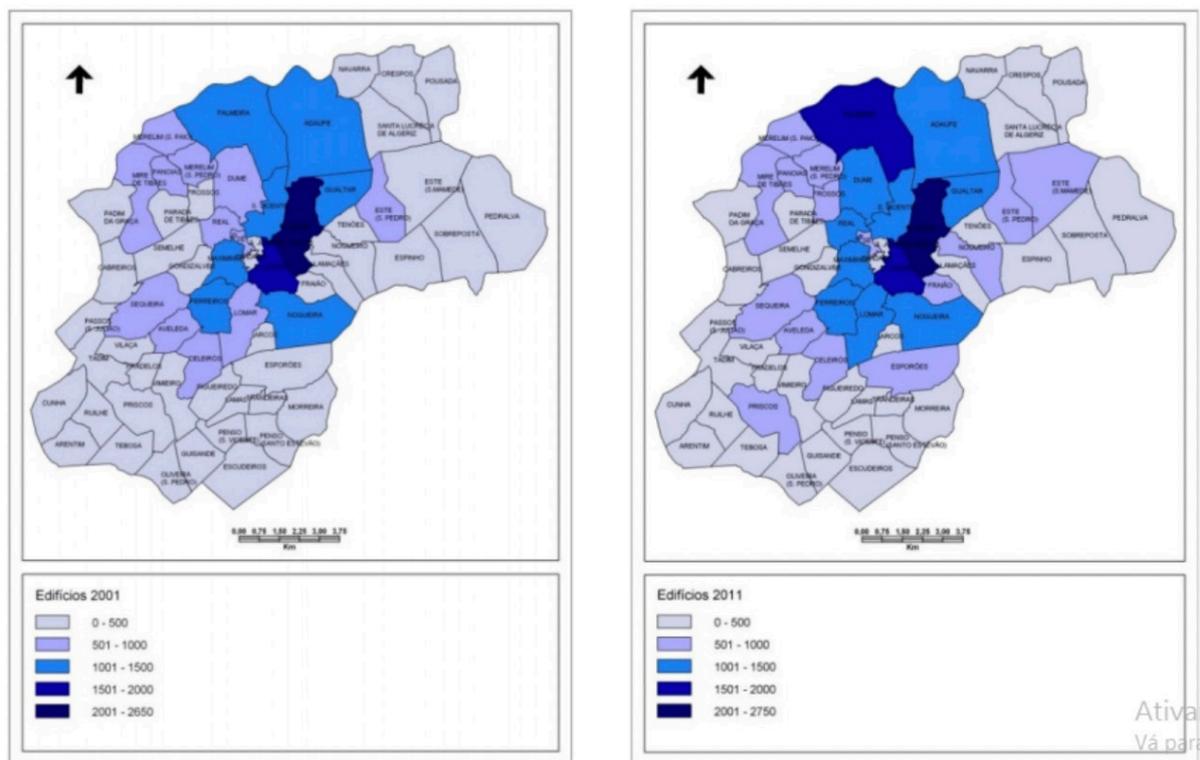
Relativamente ao edificado, constatou-se um aumento em 19%, entre 2001 e 2011. “O ritmo de construção de novos edifícios durante a última década é superior ao verificado no Norte (10%) e no Cávado (17,6%).” (CMB, 2018, p. 16)

Tabela 5 - Edifícios segundo a sua função no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991, 2001 e 2011

	Norte			Cávado			Braga		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Total de Edifícios	978155	1100329	1209830	91268	105772	124403	28312	32780	38881
Exclusivamente Residenciais	965446	989860	1117269	83335	94390	115973	25892	29148	35514
Principalmente Residenciais	93596	99918	84729	6850	10335	7493	2142	3300	3034
Principalmente não Residenciais	12709	10551	7832	1038	698	937	278	220	333

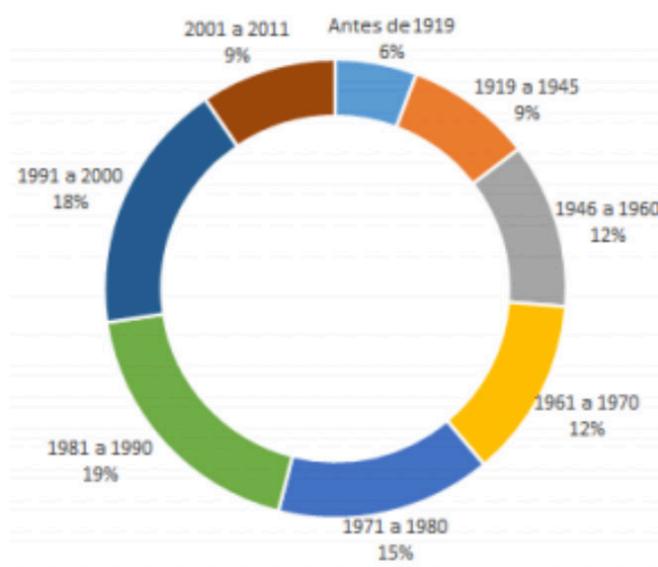
(CMB, 2018a, p.16)

Figura 13 - Distribuição dos edifícios por freguesias do concelho de Braga, em 2001 e 2011



(CMB, 2018a, p. 18)

Figura 14 – Época da construção dos edifícios em presença no território correspondente às ARUs da cidade de Braga



Fonte: INE, Censo de 2011, BGRI (informação à escala da subsecção estatística)

CMB, 2016, p. 23

Neste contexto é patente o crescimento do edificado no Vale de Lamações, conforme demonstrado nas três figuras relativas aos anos 1991, 1995 e 2015.

De acordo com o Relatório de 2011 relativo ao projeto de delimitação da ARU 'Centro Histórico de Braga' (CMB, 2011):

- o município apresentava “a taxa de crescimento mais elevada a nível nacional, sendo mesmo o segundo município da Região Norte com maior taxa de variação populacional entre 2001 e 2011”, com um acréscimo populacional superior a 10% e com um acréscimo de famílias superior a 25% (de 50 mil para quase 65 mil);

- mais de 75 mil indivíduos residiam nas freguesias do perímetro urbano;

- a dimensão funcional (residencial, comércio, serviços) ultrapassava as 110 mil pessoas;

- a cidade afirmava-se como “pólo central do sub-sistema urbano do Cávado e como um dos vértices da Região Metropolitana Policêntrica (a qual concentra 1/3 da população nacional) e do Quadrilátero urbano;

- o concelho mantinha “um sector da construção significativo, com capacidade potencial de alargamento da sua intervenção na cadeia de valor (com participação crescente nos segmentos do imobiliário) e de inovação.

Tal como afirmado por Maria de Carmo Ribeiro (2009/2010), o relatório identifica a existência de várias ‘cidades’ dentro da cidade, marcada por diversas dicotomias: a dicotomia entre o núcleo medieval e o conjunto barroco do Campo Novo; no interior do núcleo medieval, a dicotomia “entre a sua configuração irregular e a ortogonalidade de parte do sistema viário que terá incorporado os cardos e decumanus da

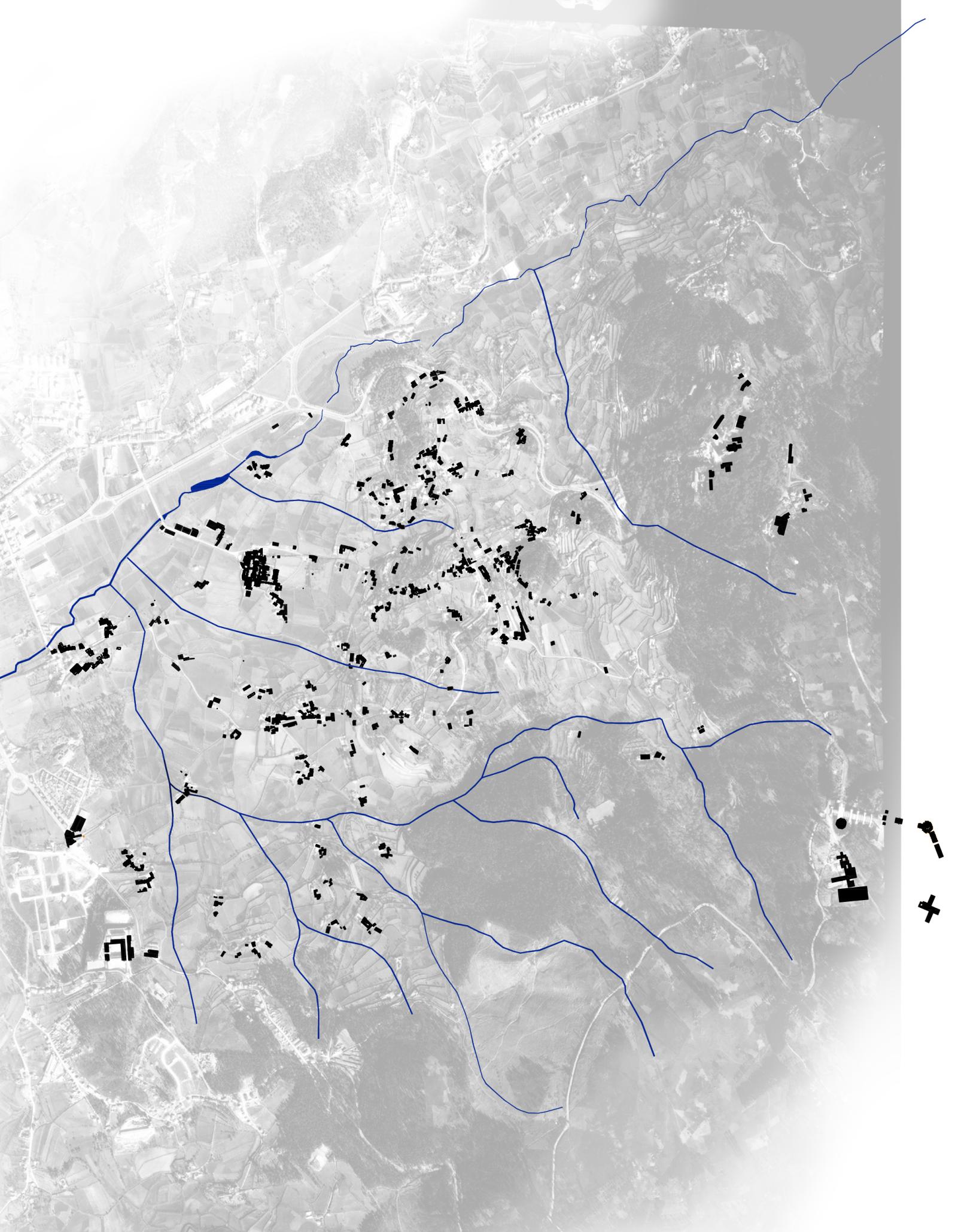


Fig. 15: Planta de edificado, 1974.



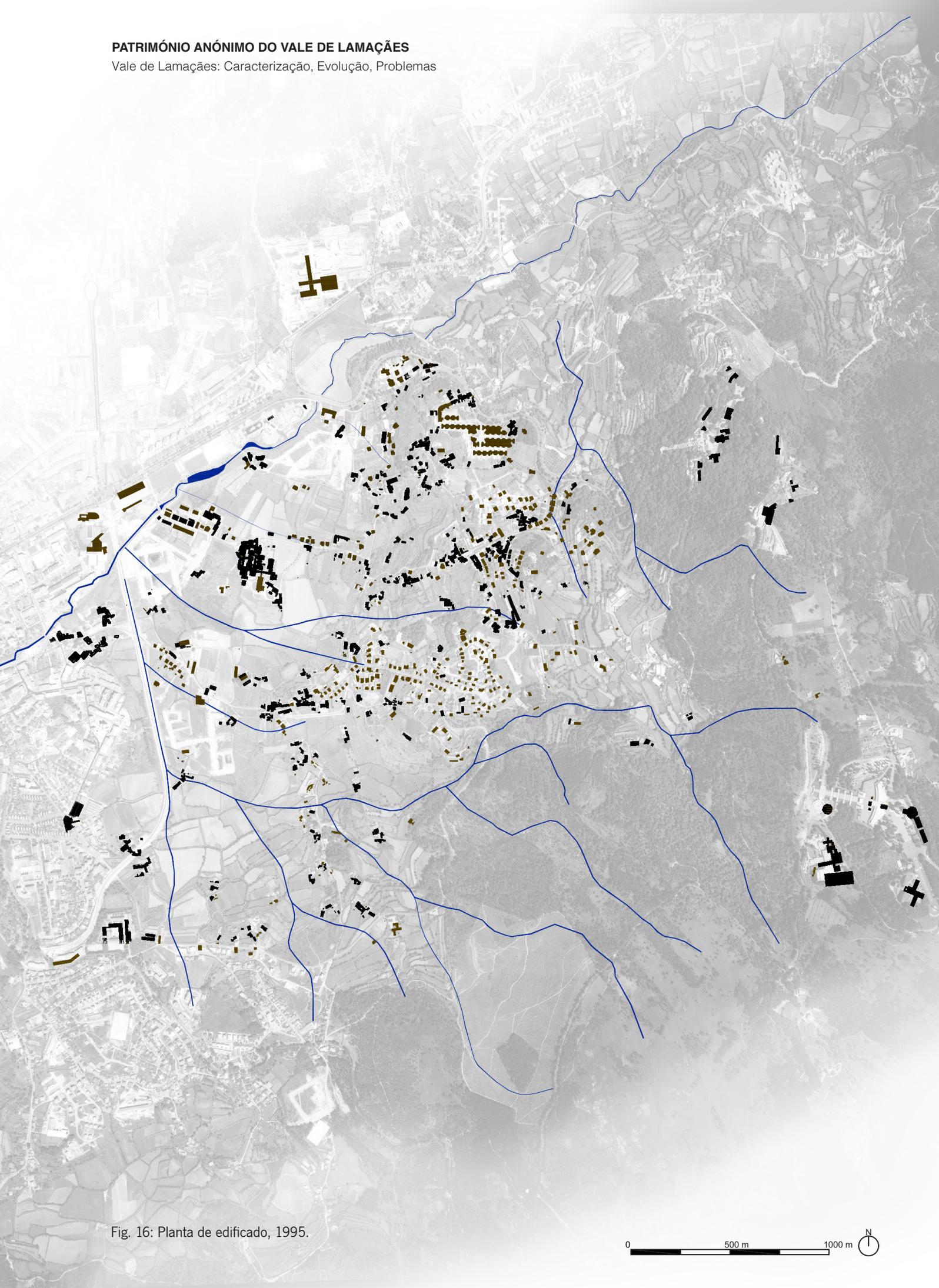
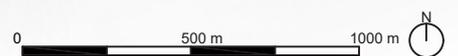


Fig. 16: Planta de edificado, 1995.



cidade romana”, fruto “da tensão entre a racionalidade da acção planificadora (...) e a organicidade das ocupações espontâneas”; a dicotomia entre “o dimensionamento das ruas mais antigas do núcleo medieval e o dimensionamento das ruas (Av. Afonso Henriques e Frei Caetano Brandão) com que este é rasgado nas primeiras décadas do séc. XX”, resultante do processo histórico de assimilação dos núcleos rurais extramuros; “as dicotomias entre as condições de edificação determinadas pela perenidade do parcelamento medieval e os programas urbanos contemporâneos”: “A cidade contemporânea é desenhada por essas partes de cidade, e ideias de cidade, diversas, descontínuas, frequentemente em conflito de escala e de forma, que não devem perder o seu valor identitário mas que é necessário articular e relacionar” (CMB, 2011, p. 12)

A política urbana acompanhou este crescimento. Assim, em 1978, foi aprovado o primeiro (em regime democrático⁴) instrumento de ordenamento e planeamento das intervenções urbanísticas – “Plano Geral de Urbanização de Braga”⁵. Em 1994, foi aprovado o “Plano Director Municipal de Braga”⁶, que seria alterado em 1998⁷ e revisto em 2000⁸ e 2015⁹. O PDM encontra-se presentemente em fase de nova revisão¹⁰.

Apresenta-se em seguida uma síntese (dos aspetos considerados ser mais relevantes para a temática central da presente dissertação) dos PDM de 1994, da segunda revisão da mesmo (PDM 2015, em vigor) e da revisão em curso.

Assim, no que respeita ao PDMB de 1994, destacam-se os respetivos objetivos bem como as disposições relativas à REN e à RAN:

	PDMB 1994
Objetivos	“1) Aposta num projecto de crescimento e desenvolvimento do concelho; 2) Correção das assimetrias entre a cidade e os restantes núcleos com características de ruralidade mais ou menos acentuadas; (...) 4) Equilíbrio entre um projecto de crescimento e desenvolvimento urbano e a conservação e recuperação da riqueza patrimonial existente.”
REN	REN no concelho de Braga (artº 94.º) 1) Zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas de infiltração máxima, que integram: Leitões dos cursos de água; Áreas ameaçadas pelas cheias; Albufeiras e respectivas faixas de protecção; Cabeceiras de linhas de água; Áreas de máxima infiltração; 2) Zonas declivosas, que integram: Áreas com risco de erosão.

⁴ De referir no período anterior à Revolução de 25 de Abril de 1974, o “Plano de Alargamento, Extensão e Embelezamento da Cidade de Braga” (1941) aprovado na sequência da criação da figura de Plano Geral de Urbanização (Decreto-Lei Decreto-Lei n.º 24802, de 21 de Dezembro). O Plano, que “previa uma área urbana com um raio de quatro quilómetros, circunscrita por uma zona rural e um esquema de satélites rurais” (CMB 2016, p. 36), foi elaborado por Étienne de Gröer, arquiteto e urbanista (de origem polaca, diplomado em Arquitetura pela Escola de Belas-Artes de São Petersburgo, naturalizado francês, professor no Instituto de Urbanismo de Paris), também responsável pela elaboração dos Plano Directores de Urbanização de Abrantes, Almada, Beja, Coimbra, Évora, Lisboa, Luanda, Sintra e Costa do Sol.

⁵ A Lei das Atribuições e Competências das Autarquias - Lei 79/77, de 25 de Outubro) conferiu às assembleias municipais a possibilidade de deliberar sobre o plano diretor do município. No entanto, este só seria regulamentado em 1982 (DL 208/82, de 26 de Maio).

⁶ Aprovado pela Assembleia Municipal em 4 de Setembro de 1993. Ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/94, de 20 de Maio.

⁷ Alteração das plantas de ordenamento B2 e B3 aprovada pela Assembleia Municipal, em 27 de Fevereiro de 1998. Ratificada Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/98, de 18 de Junho. A alteração consistiu “na mudança da classe de espaço «equipamento existente», definida para áreas de Frossos e Gualtar, onde se verificou não existirem quaisquer equipamentos, para as classes de espaços «urbano», «urbanizável de índice C» e «equipamento proposto».”

⁸ A primeira revisão foi aprovada pela Assembleia Municipal em 21 de Julho de 2000, e ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2001, de 30 de Janeiro de 2001.

⁹ A segunda revisão foi aprovada pela Assembleia Municipal em 26 de Junho de 2015 e publicada no Aviso n.º 11740/2015, de 14 de outubro de 2015.

¹⁰ A abertura do procedimento de alteração por adaptação do PDMB foi deliberada pela Câmara Municipal, em 05 de março de 2018.

PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE DE LAMAÇÃES

Vale de Lamações: Caracterização, Evolução, Problemas

	<p>Estatuto de uso e ocupação (artº 95.º) Estas áreas constituem sistemas naturais de elevado valor ecológico, essencialmente vocacionadas para usos agrícolas ou florestais, admitindo-se excepcionalmente usos de recreio e lazer, desde que não provoquem alterações ao equilíbrio ecológico e paisagístico.</p> <p>Edificabilidade (artº 96.º) Sem prejuízo do disposto na legislação específica, a edificabilidade em áreas da REN deve restringir-se à instalação de equipamentos de carácter precário de apoio às actividades lúdicas, desde que não conduza à impermeabilização total do solo.</p>
RAN	<p>Categorias de espaços (art.º 69.º) Nos espaços agrícolas identificam-se duas categorias de espaços: a) RAN - áreas que apresentam maiores potencialidades para a actividade agrícola; b) Espaços agrícolas complementares - áreas que, apesar de não estarem integradas na RAN, possuem utilização agrícola predominante.</p> <p>Estatuto de uso e ocupação do solo na RAN (artº 70.º) Os espaços integrados na RAN regem-se por legislação específica.</p> <p>Edificabilidade na RAN (artº 71.º) Os espaços integrados na RAN constituem-se como áreas non aedificandi, com excepção do disposto em legislação específica e desde que sejam salvaguardados os seguintes princípios: 1) Não sejam afectadas as características ambientais e paisagísticas da envolvente, quer pela sua implantação quer pela sua volumetria; 2) O licenciamento de implantações fica sujeito à satisfação cumulativa das seguintes condições: a) Dimensão mínima da propriedade agrícola: 10000 m2; b) Existência de infra-estruturas básicas, como abastecimento de água, electricidade e acesso automóvel.</p> <p>Estatuto de uso e ocupação dos espaços agrícolas complementares (artº 72.º) Nesta categoria de espaços é privilegiado o uso agrícola, admitindo-se outros usos que se considerem complementares da função principal.</p> <p>Edificabilidade em espaços agrícolas complementares (art.º 73.º) A edificabilidade em solos integrados nesta categoria de espaços só é permitida desde que devidamente justificada, sendo garantidas as condições ambientais e paisagísticas de integração na envolvente (..).</p>

Relativamente à revisão de 2015, destacam-se os respetivos objetivos estratégicos, a Estrutura Ecológica Municipal e os objetivos específicos das UOPGs onde se insere o Vale:

	PDMB 2015 (em vigor)
Objetivos Estratégicos	<p>1 – Braga, Um Município Onde Queremos Viver</p> <p>2 – Braga, Um Concelho Que Queremos Visitar</p> <p>3 – Braga, Um Território Para Investir</p> <p>4 – Braga, Rumo à Centralidade Ibérica</p>
Estrutura Ecológica Municipal	<p>Visa “a defesa da paisagem e a necessidade de integrar o conceito de rede a estes espaços que detêm a capacidade de correlacionar áreas de solo urbano e solo rural.” (artº 26.º)</p> <p>Estrutura Ecológica Fundamental integra: Solos de Elevada Produtividade (solos classificados como RAN); Sistema Húmido (áreas de REN diretamente correlacionadas com os processos de drenagem, retenção hídrica e recarga de aquíferos do sistema fluvial); Sistema Seco (áreas de REN com maior vulnerabilidade ao processo natural de erosão e pelas áreas localizadas a montante da rede de drenagem natural, essenciais à infiltração inicial das águas da chuva e sua libertação progressiva para a rede hidrográfica); Corredor ecológico Cávado – Ave;</p> <p>Estrutura Ecológica Urbana visa o equilíbrio do sistema urbano, através do adequado balanço das áreas construídas com os vazios urbanos, constituindo uma oportunidade para a melhoria da qualidade de vida urbana. Integra: Parques Urbanos; Parques Agrícolas; Estrutura Verde Principal; Estrutura Verde Complementar; Logradouros e jardins privados; Corredores Estruturantes; Corredores Naturais; Corredores Verdes.</p>
Objetivos mais relevantes para o Vale (artº 110.º)	<p>UOPG 22: Reabilitar áreas degradadas; salvaguardar as áreas verdes relevantes destinadas a parques urbanos da cidade e articula -los entre si e com os equipamentos existentes.</p> <p>UOPG 26: Reforçar a polaridade periférica em causa, articulando os diversos equipamentos existentes na sua proximidade, com novas áreas de equipamento e de espaços verdes; implementar espaços verde de utilização coletiva com capacidade para equilibrar e estruturar o sistema urbano e que sejam adequados, pela sua configuração e localização, ao usufruto por parte da população; melhorar a qualidade urbana, através da disponibilização de espaço público de utilização coletiva e da dotação de equipamentos de uso público.</p> <p>UOPG 27: Assegurar o crescimento ordenado da área de intervenção, a integração das edificações existentes e o estabelecimento de uma adequada articulação com o tecido urbano adjacente; melhorar a qualidade urbana, através da disponibilização de espaço público de utilização coletiva e da dotação de equipamentos de uso público.</p> <p>UOPG 28: Garantir o enquadramento de todo o conjunto patrimonial, promovendo a melhoria da qualidade ambiental e paisagística, tendo a reconversão gradual das manchas florestais de pinheiro e eucalipto para matas de folhosas como um objetivo primordial a atingir ainda que num prazo dilatado; promover a criação de percursos de lazer em modos suaves, intervindo preferencialmente sobre vias e caminhos existentes; privilegiar soluções de ocupação direcionadas para utilização pública (..)</p> <p>UOPG 37: Melhorar a qualidade urbana, através da disponibilização de espaço público de utilização coletiva e da dotação de equipamentos de uso público, e espaços verdes no interior do quarteirão.</p>

A revisão em curso justifica-se pela necessidade de adaptar, até 13 de julho de 2020, o PDMB aos novos conceitos de solo urbano e solo rústico introduzidos pela Lei das Bases Públicas de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo¹¹ e concretizados no RJGT e pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de Agosto (CMB, 2018c, p. 3). Esta adaptação terá como efeitos:

- “a) Eliminação da categoria de solo urbanizável;
- b) Reavaliação das áreas destinadas a expansão de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva face aos novos conceitos de reserva de solo e de edificabilidade;
- c) Aperfeiçoamento de normas regulamentares face a dois anos de aplicação, nomeadamente o regime de legalização.” (CMB, 2018c, p. 3)

No que respeita aos objetivos estratégicos, mantêm-se os quatro domínios e respetivos objetivos específicos definidos no PDM atual. Relativamente ao primeiro domínio, de destacar os respetivos objetivos: promoção da Imagem da Cidade; reordenamento do território (sem acréscimo da área total de solo urbano); programação da ocupação urbana; proteção e valorização da estrutura ecológica municipal; contenção da dispersão; reforço da identidade dos núcleos urbanos periféricos; proteção e valorização do sistema de vistas; promoção de uma mobilidade sustentável; consolidação da rede de equipamentos. No que respeita ao segundo domínio, de relevar, entre outros, à incorporação de estratégias de preservação e valorização do património, e a valorização as Unidades de Paisagem.

No processo de revisão em curso, merece relevar a importância dada à paisagem, conforme demonstrado pelo “Estudo da Paisagem do Concelho de Braga” que acompanha o referido processo, em cumprimento do disposto nos números 5 e 6 do artigo 74.º do RJGT¹². De acordo com este estudo, a expansão da cidade para Norte, Este e Sudoeste, fomentada pelo crescimento demográfico e económico, “trouxe graves problemas no território até porque, os terrenos mais propícios à ocupação urbana são os terrenos com baixos declives, o que no nosso território corresponde aos terrenos com maior aptidão agrícola, presença de linhas de água, leitos de cheia, entre outros.” (CMB, 2018b, p. 12) O estudo identifica quatro unidades e dez subunidades de Paisagem. O Vale de Lamações está incluído na UP 2 (subunidade 2.2.) e na UP 4 (subunidade 4.1)¹³, relativamente às quais o Estudo define os seguintes objetivos:

Tabela 6 – Objetivos¹⁴ da Qualidade Paisagística

Objetivos	UP 2.2.	UP 4.1
1	X	X
2	–	X
3	X	–
4	–	–
5	–	–
6	–	X
7	–	–
8	–	–

(CMB 2018b, pp. 19-20)

¹¹ Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio.

¹² Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio.

¹³ UP 2 Vale de Este, 2.2 Cidade; UP 4 Encosta dos Santuários, 4.1 Santuários.

¹⁴ O estudo identificou oito objetivos: 1) Diversificar as acessibilidades para diferentes meios de transporte; 2) Potenciar os percursos históricos como elo entre diferentes recursos do território; 3) Salvaguarda do espaço público; 4) Proteção da qualidade estética da paisagem; 5) Valorização do setor primário; 6) Salvaguarda da Paisagem Cultural; 7) Qualificação da paisagem; 8) Qualificação das áreas industriais. (CMB 2018b, pp. 19-20).

Ainda no que respeita à política urbana, além dos instrumentos de gestão territorial antes referidos, importa mencionar os instrumentos estratégicos como Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana¹⁵ definidos para as Áreas de Reabilitação Urbana¹⁶, sendo a delimitação destas também da competência da autarquia. De acordo com a Memória Descritiva do “Projeto de alteração da ARU de Braga Sul e de delimitação das ARU Braga Norte e Braga Nascente”:

A reabilitação urbana, até há bem pouco tempo confinada à preservação física do edificado e do espaço público dos centros históricos, e/ou dos grandes conjuntos patrimoniais, da habitação social, afigura-se agora desafiadora de novas finalidades e mais objectivos. Para além da construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de edifícios, incorpora outro tipo de intangibilidades consensualizáveis ao nível dos padrões de qualidade de vida, que se inscrevem no plano da integração social, do desenvolvimento económico, da tranquilidade das comunidades, da diversidade cosmopolita que potencia a vida urbana (CMB, 2016, p. 9)

A cidade de Braga compreende quatro ARUs: ARU Braga Sul¹⁷; ARU do Centro Histórico de Braga¹⁸, ARU de Braga Norte e ARU de Braga Nascente¹⁹. Lamações é abrangida por esta última ARU, na qual foi construído o Complexo Desportivo Municipal da Rodovia, que “permite uma transição mais harmoniosa da cidade central consolidada para as novas áreas urbanas de Braga (principalmente das do vale de Lamações).” (CMB, 2016, p. 122).

1.1.3. O Plano Parcial de Urbanização do Vale de Lamações (1991)

Segundo dados do INE, “entre 1991 e 2001, assistiu-se, no concelho de Braga, a um crescimento populacional da ordem dos 16,2%, bastante superior às taxas de variação que se registaram para a Região Norte (6,2%) e para o Continente (5,3%), no mesmo período, segundo os dados do INE. A par deste crescimento registou-se, em igual período, um aumento significativo do edificado urbano – 15,4% –, contra 12,5% e 10,5%, no Norte e Continente, respetivamente, de acordo com a mesma fonte estatística.” (Teles e Laranjeira, 2004)

O Vale de Lamações, em tempos uma zona agrícola por excelência, tornou-se num dos pontos focais de expansão da cidade começando um processo de urbanização que viria a suplantar o antigo paradigma (de separação entre campo e cidade). Estas mudanças são discriminadas no Plano Parcial de Urbanização do Vale de Lamações (Madureira, 1991).

A partir de 1991 previa-se a construção de 8100 fogos (na zona de Lamações existiriam uns 305 fogos) que albergariam mais de 34 mil pessoas (Madureira, 1991, p. 46). Esta área é eleita pela autarquia como área estratégica de crescimento da cidade. A Área contemplada seria de 280,40 hectares.

¹⁵ O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) Braga 2020, que inclui um Plano de Ação de Regeneração Urbana PERU, foi aprovado em 2016, tendo sido também criado o Conselho Estratégico para a Regeneração Patrimonial e Urbana de Braga (CERPUB), responsável pelo acompanhamento e avaliação das “linhas estratégicas de atuação municipal nos domínios da regeneração urbana no sentido de qualificar e partilhar o debate ao nível multisectorial, quer na especialidade quer na representatividade e promover a competitividade do seu tecido empresarial, valorização das suas pré-existências e recursos no âmbito da estratégia definida para um município onde queremos viver, visitar, investir e afirmar internacionalmente” (Regulamento do CERPUB). Em 2017, a CMB 2017 criou um portal online (ru.cm-braga.pt).

¹⁶ De acordo com a Lei n.º 32/2012, ARU é uma “área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada”.

¹⁷ ARU Braga Sul foi aprovada pela Assembleia Municipal, em 2016, e pelo IHRU, em 2017 - Aviso n.º 2216/2017 que altera o Aviso n.º 24880/2011 – ORU Braga Sul.)

¹⁸ A ARU do Centro Histórica foi aprovada pela Assembleia Municipal e pelo IHRU em 2011 - Aviso n.º 259/2012).

¹⁹ A ARU de Braga Nascente e a ARU de Braga Norte foram aprovadas pela Assembleia Municipal, em 2016, e pelo IHRU, em 2017 - Aviso n.º 2216/2017. A quinta ARU, ARU do Parque Industrial e Empresarial de Celeirós, está ainda em processo de desenvolvimento.

PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE DE LAMAÇÃES

Vale de Lamações: Caracterização, Evolução, Problemas



Figs. 17 e 18: Fotos sobre o Vale de Lamações, Bom Jesus, contrastando a paisagem no início da década de 90 com a da atualidade.

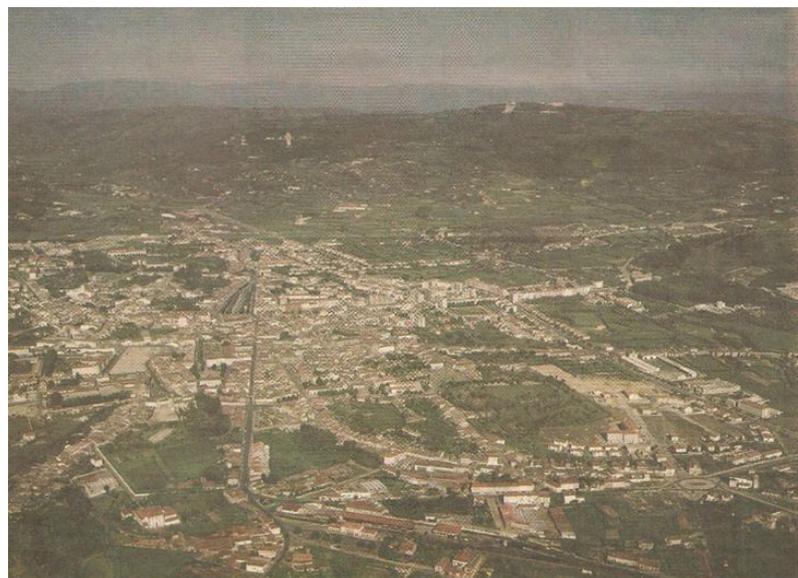
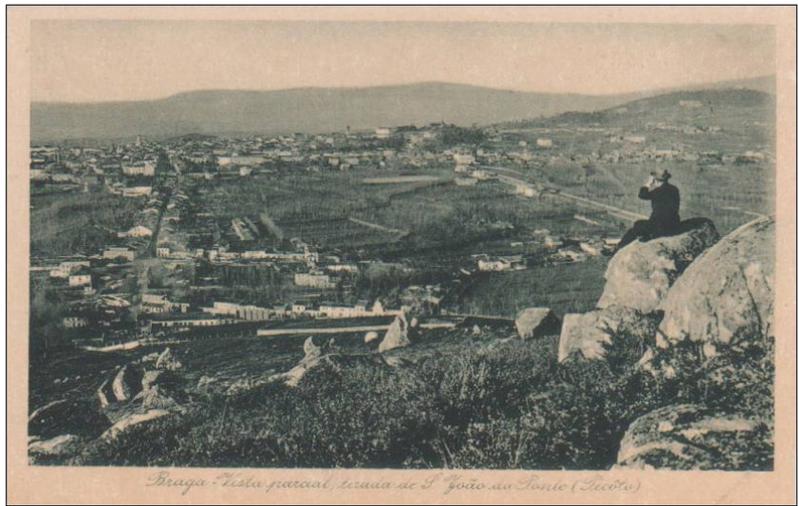


Fig. 19 a 21: Respetivamente, imagens do Bom Jesus, do Monte do Picoto e uma vista aérea de Braga préviamente à urbanização de 1991.

PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE DE LAMAÇÃES

Vale de Lamações: Caracterização, Evolução, Problemas

A área destinada a loteamentos é de 139,48 hectares, dos quais 59,19 e 19.86 são destinados a área agrícola e florestal (área não edificável), e os restantes para:

- comércio: 54 Ha.
- serviços: 34 Ha.
- indústria: apenas 1 Ha. que se refere à instalação de uma central de recolha de uma empresa de camionagem junto da urbanização de Santa Tecla;
- estruturação da rede viária: 141,256 Ha.

No âmbito da rede viária, o plano estabelece uma hierarquia de quatro (4) tipos de via:

- uma (1) via rápida urbana, insere-se numa outra circular à cidade;
- quatro (4) faixas de rodagem com separador que surgem do perfil da via rápida;
- vias de distribuição geral;
- vias de distribuição local;
- vias de acesso local, que não são discriminadas no plano;



Fig. 22: Ortofotomapa, 1974.

UNIDADE D2
 AREA TOTAL ... 5,35 ha
 AREA LOTEAVEL ... 3,31 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 291

UNIDADE D4
 AREA TOTAL ... 9,92 ha
 AREA LOTEAVEL ... 1,24 ha
 a 27 F/ha ... 5,34 ha
 em C.U. ... 0,39 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 475
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 JI ... 3.560 m²
 CI ... 20.000 m²

UNIDADE A1
 AREA TOTAL ... 5,08 ha
 AREA LOTEAVEL ... 3,09 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 113
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 EP ... 4.300 m²

UNIDADE E2
 AREA TOTAL ... 13,63 ha
 AREA LOTEAVEL ... 2,76 ha
 em C.U. ... 4,67 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 441
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 C ... 27.000 m²
 PU ... 35.000 m²
 JI ... 3.560 m²

UNIDADE E1
 AREA TOTAL ... 5,94 ha
 AREA LOTEAVEL ... 4,10 ha
 em C.U. ... 0,66 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 352

UNIDADE B1
 AREA TOTAL ... 3,40 ha
 AREA LOTEAVEL ... 3,40 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 257

UNIDADE E3
 AREA TOTAL ... 6,67 ha
 AREA LOTEAVEL ... 6,67 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 500
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 EP ... 5.000 m²

UNIDADE B2
 AREA TOTAL ... 6,34 ha
 AREA LOTEAVEL ... 4,46 ha
 em C.U. ... 1,88 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 334
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 PG ... 8.200 m²

UNIDADE E4
 AREA TOTAL ... 7,16 ha
 AREA LOTEAVEL ... 7,16 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 537

UNIDADE C1
 AREA TOTAL ... 5,26 ha
 AREA LOTEAVEL ... 5,26 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 394

UNIDADE F1
 AREA TOTAL ... 4,80 ha
 AREA LOTEAVEL ... 4,80 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 360
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 JI ... 3.560 m²

UNIDADE F2
 AREA TOTAL ... 4,94 ha
 AREA LOTEAVEL ... 4,94 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 370

UNIDADE F3
 AREA TOTAL ... 11,04 ha
 AREA LOTEAVEL ... 1,59 ha
 a 45 F/ha ... 2,72 ha
 a 75 F/ha ... 2,72 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 275
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 PD ... 42.000 m²
 CM ... 15.300 m²

UNIDADE F4
 AREA TOTAL ... 6,12 ha
 AREA LOTEAVEL ... 2,93 ha
 a 45 F/ha ... 3,19 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 370
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 EP ... 5.000 m²

UNIDADE D1
 AREA TOTAL ... 8,94 ha
 AREA LOTEAVEL ... 1,36 ha
 a 27 F/ha ... 1,36 ha
 a 75 F/ha ... 5,16 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 430
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 EP ... 5.000 m²

UNIDADE G1
 AREA TOTAL ... 5,60 ha
 AREA LOTEAVEL ... 2,43 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 65

UNIDADE D3
 AREA TOTAL ... 9,71 ha
 AREA LOTEAVEL ... 9,32 ha
 a 75 F/ha ... 9,32 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 705
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 JI ... 3.560 m²

UNIDADE G2
 AREA TOTAL ... 11,37 ha
 AREA LOTEAVEL ... 2,20 ha
 a 27 F/ha ... 1,94 ha
 a 75 F/ha ... 0,26 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 304
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 JI ... 2.670 m²

UNIDADE D5
 AREA TOTAL ... 18,32 ha
 AREA LOTEAVEL ... 3,40 ha
 em C.U. ... 4,57 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 483
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 EP ... 5.000 m²
 CS ... 62.700 m²
 ES ... 40.800 m²

UNIDADE G3
 AREA TOTAL ... 4,87 ha
 AREA LOTEAVEL ... 1,45 ha
 a 27 F/ha ... 1,05 ha
 a 75 F/ha ... 0,40 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 122
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 EP ... 2.900 m²

UNIDADE H1
 AREA TOTAL ... 9,23 ha
 AREA LOTEAVEL ... 0,77 ha
 em C.U. ... 1,23 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 155
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 ER ... 1.200 m²

UNIDADE H3
 AREA TOTAL ... 5,08 ha
 AREA LOTEAVEL ... 0,65 ha
 a 13 F/ha ... 0,65 ha
 a 27 F/ha ... 5,08 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 214
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 ER ... 1.000 m²

UNIDADE H2
 AREA TOTAL ... 5,62 ha
 AREA LOTEAVEL ... 0,79 ha
 a 45 F/ha ... 0,79 ha
 a 75 F/ha ... 1,95 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 191

UNIDADE I1
 AREA TOTAL ... 4,36 ha
 AREA LOTEAVEL ... 0,29 ha
 a 13 F/ha ... 0,29 ha
 a 45 F/ha ... 2,93 ha
 a 75 F/ha ... 1,14 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 219
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 JI ... 3.560 m²

UNIDADE I2
 AREA TOTAL ... 47,29 ha
 AREA LOTEAVEL ... 1,90 ha
 em Z.A. ... 1,90 ha
 em Z.F. ... 2,44 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 74
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 EP - PP ... 2.800 m²
 CI ... 16.100 m²

UNIDADE I3
 AREA TOTAL ... 19,24 ha
 AREA LOTEAVEL ... 5,83 ha
 a 13 F/ha ... 3,19 ha
 a 27 F/ha ... 3,19 ha
 a 45 F/ha ... 6,15 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 453
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 PU ... 22.700 m²
 EP ... 3.900 m²

UNIDADE I4
 AREA TOTAL ... 29,49 ha
 AREA LOTEAVEL ... 2,68 ha
 em Z.A. ... 2,68 ha
 N° TOT. DE FOGOS ... 23
 EQUIPAMENT. PREVISTO
 CB ... 4.000 m²



Fig. 23: Unidades de intervenção do PU, 1991.

-  Zona de uso agrícola a manter
-  Zona de uso florestal a manter
-  Zona de verde público
-  Parque urbano
-  Parque desportivo
-  Zona industrial existente
-  Zona industrial proposta
-  Fábrica de cestos
-  Central de recolha de emp. de camionagem
-  Zona de equip. existente
-  Zona de equip. proposta
-  Jardim infantil
-  Escola primária
-  Escola básica
-  Escola secundária
-  Pavilhão Gimnodesportivo
-  Equipamento Religioso
-  Zona de construção existente
-  Centro urbano
-  Zona de densidade rural
-  Zona de baixa densidade
-  Zona de média densidade
-  Zona de alta densidade
-  Zona de habit. rural condicionada

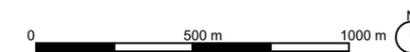
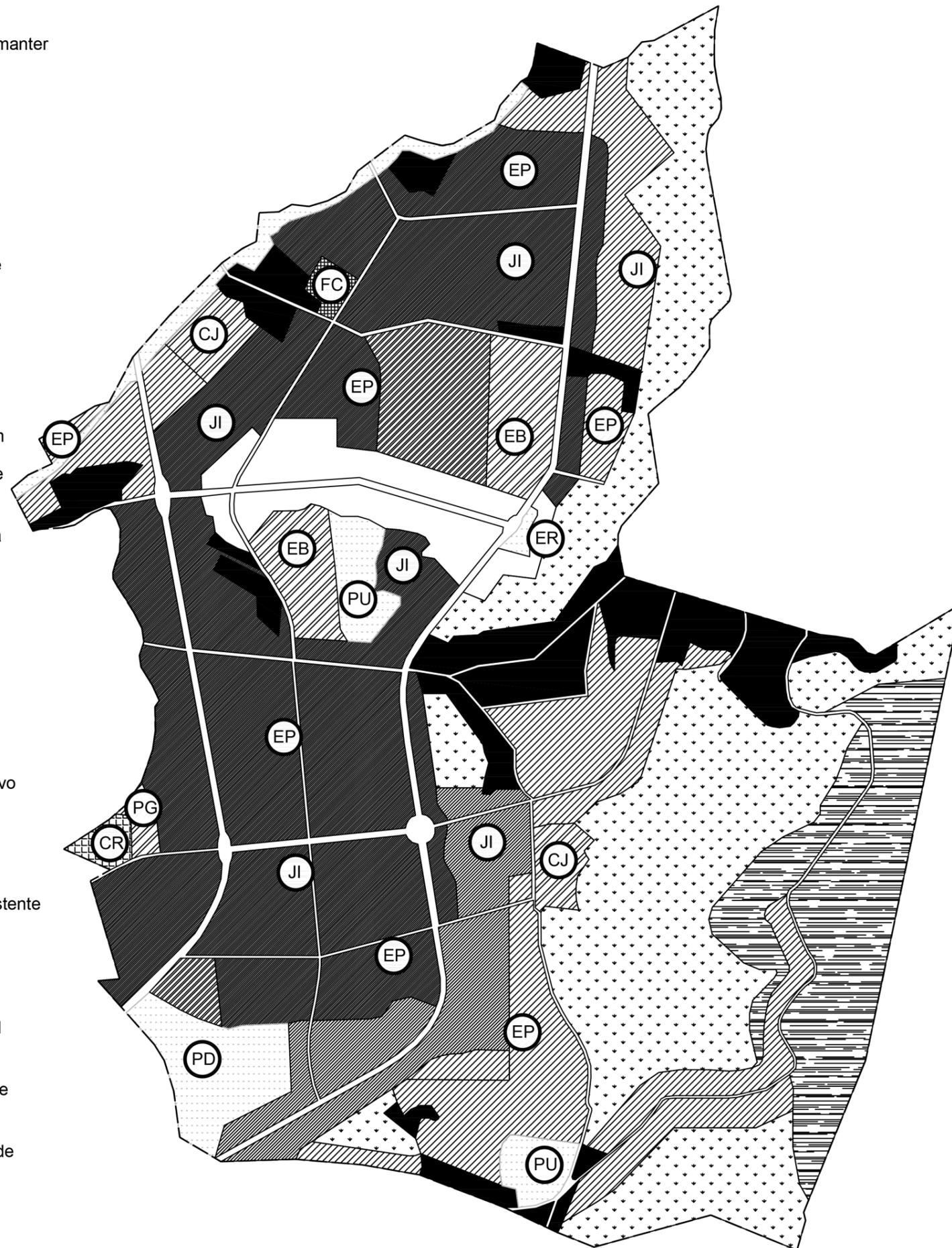
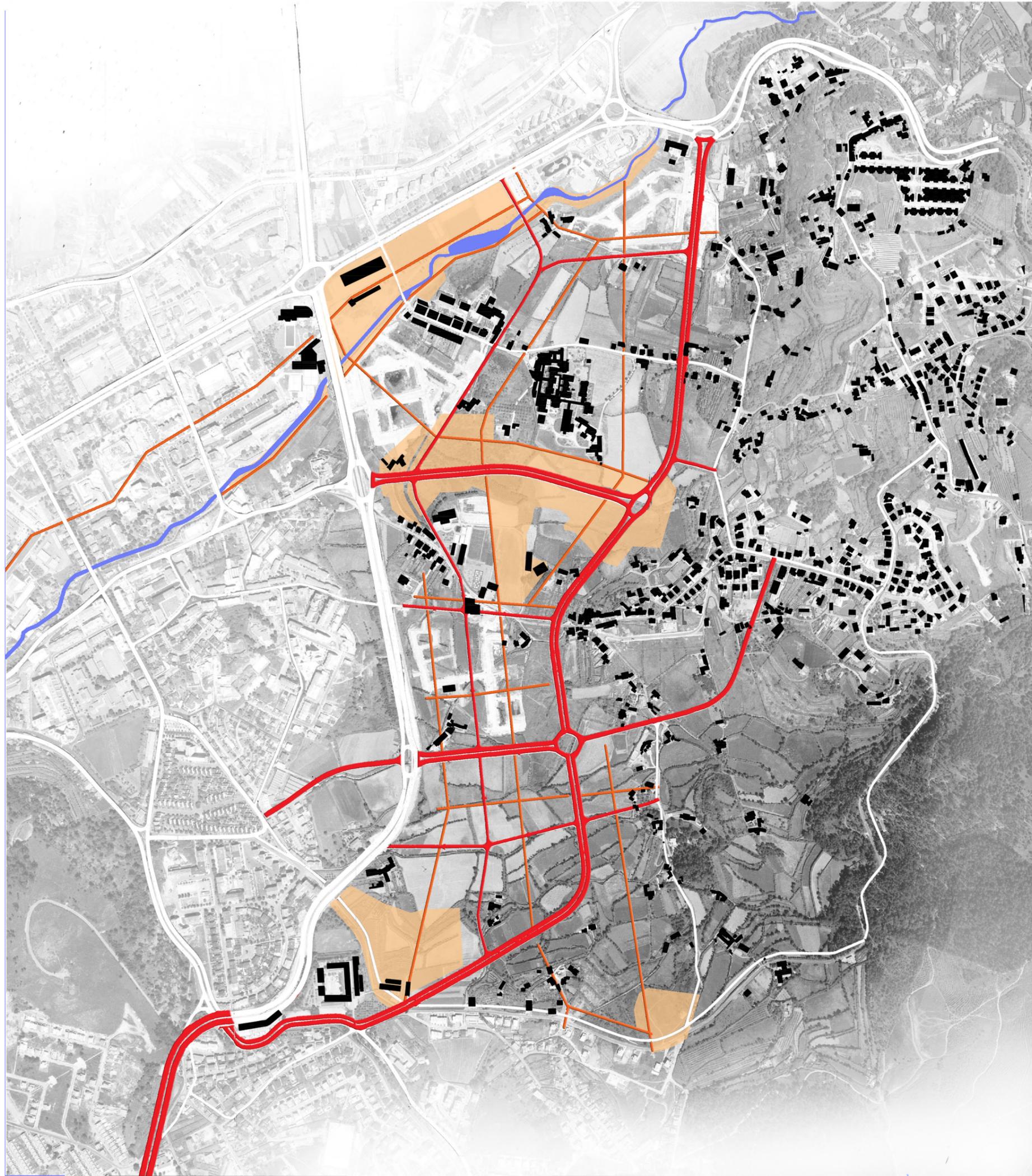


Fig. 24: Planta de síntese do PU, 1991.



- Caminhos pedonais propostos
- Vias de acesso local
- Edificado 1993
- Espaços públicos planeados



Fig. 25: 1993, vias construídas e caminhos pedonais propostos no PU.



Fig. 26: Ortofotomapa, 2015.



— Vias de acesso local

■ Edificado 2015

■ Espaços públicos existentes



Fig. 27: Planta 2015 - espaços públicos e vias de acesso local.

Ao nível de equipamentos o plano contemplava a construção de sete escolas Primárias, uma preparatória (com capacidade para 960 alunos) e uma secundária (para 1200 alunos). Previa também o estabelecimento de seis jardins infantis e um centro de 3ª idade. Para o desporto planeava a construção de um campo de futebol e um pavilhão gimnodesportivo. No remate da via de distribuição geral, que serve o centro urbano planeado, estabelecer-se-ia uma igreja católica.

Este plano compreendia a maior parte do fundo do Vale e, apesar de não se terem cumprido todos os pontos descritos em cima, já que o plano não foi completado ou formalmente implementado, materializou-se a estrutura viária delineada na planta de uso dos solos à qual tivemos acesso por via de um artigo de Jorge Madureira publicado, em 1991, no Jornal Público.

É também importante salientar que este plano era acompanhado de um regulamento anexo dividido em oito bases que regulam as 13 zonas apresentadas na planta de uso dos solos. As bases sugeridas seriam as seguintes:

1. Disposições Gerais;
2. Zona de Construção Existente;
3. Zona de Construção Proposta (de densidade rural, baixa, média e alta, centro urbano e habitação rural condicionada, em solo agrícola e florestal);
4. Zona Industrial Existente;
5. Zona Industrial Proposta;
6. Zonas de Equipamento Existente e Proposta;
7. Zonas Não Urbanizáveis;
8. Zonas de Proteção.

No artigo 3.º da Base 1 está escrito que o “regulamento entrará em vigor a partir da data da sua aprovação”. Uma vez que o documento estaria vinculado ao plano esta data nunca chegou e os artigos descritos ficam sem efeito. De especial importância para esta são as disposições referentes às zonas de densidade rural, centro urbano e zona de habitação rural condicionada, encontradas na base 3, a base 7, referente às zonas não urbanizáveis, e a base 8, que trata das zonas de proteção propostas.

Apesar da perda destes valores descritos no plano original o fundo do Vale ainda beneficiou da construção de uma estrutura viária com uma hierarquia bem definida, ao contrário da vertente, área declivosa e de lotes irregulares e, portanto, problemática do ponto de vista urbanístico. Esta zona, a nordeste na vertente, entre a Rua da República e a Rua do Pinheiro, não foi contemplada nas cartas de planeamento originais, e como consequência viu o aparecimento de quarteirões segundo a forma das estruturas parcelares originais, em que a rede viária surge como ato de asfaltar e aumentar os caminhos rurais adjacentes.

Apesar da controvérsia que isto gerou, tanto quanto foi possível averiguar, nunca foi aprovado qualquer plano de urbanização para o Vale até à presente data. Como é possível ver em notícias de jornal, dez anos após o início dos processos de construção, já se sentiam os efeitos da falta de regulação, “[A]s quintas foram sendo indiscriminadamente retalhadas, o vale enquadrado pela encosta tornou-se numa massa caótica de prédios de cores variadas, loteamentos sem jardim, paredes erguidas ao alto a escassos metros do vizinho do lado” (Lima, 2001). Neste contexto, o PSD afirmava, em 1991, que eram “os empreiteiros a marcar o ritmo de crescimento da cidade”, afirmação refutada pelo então presidente da autarquia, Mesquita Machado, como “absurda” (Madureira, 1991, p. 46).

Esta lacuna permitiu uma expansão urbana ignorante e conseqüentemente destrutiva para os elementos estruturadores da antiga ocupação classificados como Reserva Ecológica e Agrícola Nacional (REN²⁰ e RAN²¹) e o “continuum naturale”²². A perturbação destes elementos resultou na:

degradação, simplificação e eliminação de manchas de vegetação natural, nomeadamente da zona ripícola, elevada impermeabilização do solo, diminuição da taxa de infiltração das águas pluviais, aumento da escorrência, aumento da frequência e magnitude de cheias e inundações fluviais, potencial instabilização das vertentes e expectáveis modificações microclimáticas (Teles e Laranjeira, 2004, p. xxx)

Tabela 7 – Plano de Urbanização (1991): Planeado versus Realizado

PROGRAMA	PLANEADO	REALIZADO
Jardins Infantis	6	0
Escolas Preparatórias	1	1
Escolas Primárias	7	1
Escolas Secundárias	1	0
Centros de Terceira Idade	1	0
Campos de Futebol	1	1
Pavilhões Gimnodesportivos	1	1
Equipamentos Religiosos	1	0

É importante frisar que o presente estudo não se coloca em oposição ao trabalho desenvolvido pelo Arquitecto Mário Abreu e os seus colaboradores. A nosso ver, a falha de gerir os processos de loteamento, de modo a construir uma cidade “com uma morfologia e estrutura unitária”, é da responsabilidade daqueles encarregues pelos serviços municipais de gestão urbanística da altura. A consulta da memória descritiva do plano de ordenamento revela a preocupação do arquitecto em desenvolver um plano que procurava encontrar um equilíbrio entre o espaço rural e florestal com a inevitável e rápida expansão da cidade.

²⁰ “1 – A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial.

2 – A REN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as acções compatíveis com os objectivos desse regime nos vários tipos de áreas.

3 – A REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território (...)” (artigo 2.º do DL 166/2008).

²¹ “1 – A RAN é o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a actividade agrícola.

2 – A RAN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objectivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos.” (artigo 2.º do DL 73/2009)

²² De acordo com Maria João Matos (2019), “the continuum naturale, [is] understood as a continuous system based on ecological principles and the utility of landscape, that supports wildlife”. Este conceito foi desenvolvido no início do século XX, foi introduzido legalmente em Portugal pela Lei de Bases do Ambiente de 1987: “(...) sistema continuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território (...)” (artigo 5.º da Lei n.º 11/87).

O Arquiteto procurava a “formulação de uma solução estrutural globalizante” e enfatiza no parágrafo seguinte no risco que se corre em perder “uma zona com excelente aptidão agrícola” caso a expansão fosse entregue somente às vontades do mercado. Esta vontade é expressada nos pontos seguintes, onde se começa pela criação duma lista de objetivos, passando pela:

1. Criação de um instrumento de gestão urbanística;
2. Criação de uma malha urbana que se insira na malha existente dando-lhe continuidade;
3. Definição de uma rede viária;
4. Criação de elementos mínimos capazes de gerarem uma rede de circulação de peões, assim como espaços verdes;
5. Regulamentação do uso do terreno, definindo áreas para habitação, atividades terciárias, equipamentos, espaços verdes, assim como definindo a sua capacidade

É feito também um breve descritivo da área de intervenção na qual se define as principais condicionantes, topográficas a nascente com “o início da Encosta dos Picos”, a existência do aglomerado habitacional de Lamações e sua integração na proposta, e a Norte o Rio Este juntamente com a principal linha de água que desagua neste e atravessa o terreno.

A nível viário é tido em consideração as vias e arruamentos principais no sentido nascente-poente, que liga a cidade à vertente e ao antigo aglomerado, e norte-sul, ao longo do sopé da encosta.

E finalmente são indicados três equipamentos de grande dimensão que também devem ser considerados na formulação do plano, a Casa de Saúde do Bom Jesus, o Seminário de Fraião e o Posto Agrário.

O remate é feito segundo uma lista de soluções para cada um dos elementos estruturantes do plano, nomeadamente:

1. Condicionantes;
2. Rede Viária;
3. Rede de Circulação de Peões;
4. Espaços de Permanência Exteriores e Zonas Verdes;
5. Áreas a Edificar;
6. Equipamentos;
7. Indústrias;
8. Valores Ambientais

De forma sintética verificamos que a proposta assentava primariamente em dois pontos essenciais: explícitos, tais como, a definição de uma rede viária como elemento estruturante do crescimento da malha urbana da cidade; implícitos, isto é, que são deixados em aberto para futura definição por parte de particulares e/ou por iniciativa da Câmara (como por exemplo o esquema tipológico de cada quarteirão, enquadrado por um instrumento de gestão urbanística). Nas palavras do Arquiteto Mário Abreu, “[C]aberá aos serviços municipais encarregados da gestão urbanística, através da sua ação, possibilitar que no final, depois de todas as ações de loteamento, a cidade construída surja como uma morfologia e estrutura unitária e não como uma soma das diferentes intervenções.” (CMB, 1991, p.15)

1.2. INTRODUÇÃO AO VALE NA ATUALIDADE

A óbvia expansão da área urbana no concelho constituiu-se a partir do centro consolidado da cidade, tendo nos principais eixos viários o seu elemento estruturante que a direccionaram no sentido das freguesias situadas a Norte (S. Vicente, Real, Frossos e Palmeira), a Este (Fraião), a Sueste (Nogueiró) e a Sudoeste (Lomar e Celeirós). (Teles e Laranjeira, 2004, p.3)

O Vale de Lamações situa-se a este de Braga. É enquadrado pelas avenidas João Paulo II, contigua com o rio Este, e Frei Bartolomeu dos Mártires no fundo do vale que se eleva mais 300 metros para o topo coroado pelos Santuários Cristãos do Bom Jesus do Monte e da Nossa Senhora do Sameiro, marcos distintos e incontornáveis da cidade. A zona de vertente em questão faz parte do que foi, entre 1991 e 2001, o maior aumento do edificado urbano e crescimento populacional a Norte de Portugal.

Esta área engloba, mas não se limita a três freguesias no distrito de Braga, designadamente Lamações, Nogueiró e Fraião. Estas atualmente formam a União de Freguesias de Lamações, fundada em 2013, no âmbito de uma reforma administrativa nacional. A área contemplada é de 8,4 km² e conta com 13 054 habitantes (2011), o que se traduz numa densidade populacional de 1554 hab/km² (INE).

Originalmente na área destes territórios prevaleciam as práticas agrícolas, com área florestal a dominar as zonas mais declivosas e inacessíveis. Estas eram permeadas por um rico sistema de condução das águas que serviam os campos e desaguavam no rio Este. Atualmente esta estrutura é definida como Reserva Agrícola Natural (RAN), Reserva Ecologia Natural (REN) e o Domínio Público Hídrico (DPH) que,

conforme definida no Decreto-Lei 93/90 de 19 de Março e respectivo Anexo III - constitui a figura legal que, de forma mais completa, pretende assegurar a manutenção do funcionamento natural de cada subsistema morfológico, sendo que o seu objectivo primordial é o de reger o uso de áreas com riscos de erosão (áreas declivosas e litorais), de inundação e particularmente importantes para a recarga dos aquíferos. (Teles e Laranjeira, 2004, p.6)

Esta estrutura fundamenta-se quase exclusivamente nos aspetos morfológicos, tendo por base a informação do mapa topográfico às escalas de 1:25 000 e 1:10 000 (Pereira, Ramos e Laranjeira, 2000). Contudo o regime de gestão destas áreas é puramente non *ædificandi* remetendo para uma gestão do território de “ecoestabilização” ou “áreas de compensação ecológica”, que existem como que à parte do domínio do que é o urbano, resultando na segregação e simplificação na representação e uso das áreas naturais. Teles e Laranjeira (2004) propõem que o conceito REN seja revisto, “de maneira a contemplar, para cada área de protecção, a definição do grau de edificabilidade e respectivas regras, (...), bem como de outras medidas complementares de protecção do solo e da água”.

Ao nível da Gestão Urbanística, e do PDM vigente (Maio 2015), a união de freguesias integra a UOPG 22 – Área Sul da Cidade, juntamente com a união de freguesias de S. José, S. Lazaro e São João do Souto. Os limites estabelecidos são, a Rua Conselheiro Lobato a Norte, a Rua de St. Adrião a Nascente e a freguesia de Nogueira a Sul, compreendendo uma área total de 93 ha. A UOPG integra ainda vários equipamentos e espaços públicos/verdes de grande valor social e ambiental na cidade, incluindo o Parque das Camélias, Parque de Exposições (Atual Altice Fórum de Braga), Parque da Ponte, Parque do Picoto e toda a margina do Rio Este desde a Avenida 31 de Janeiro à Capela da Sta. Justa.

PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE DE LAMAÇÃES

Vale de Lamações: Caracterização, Evolução, Problemas

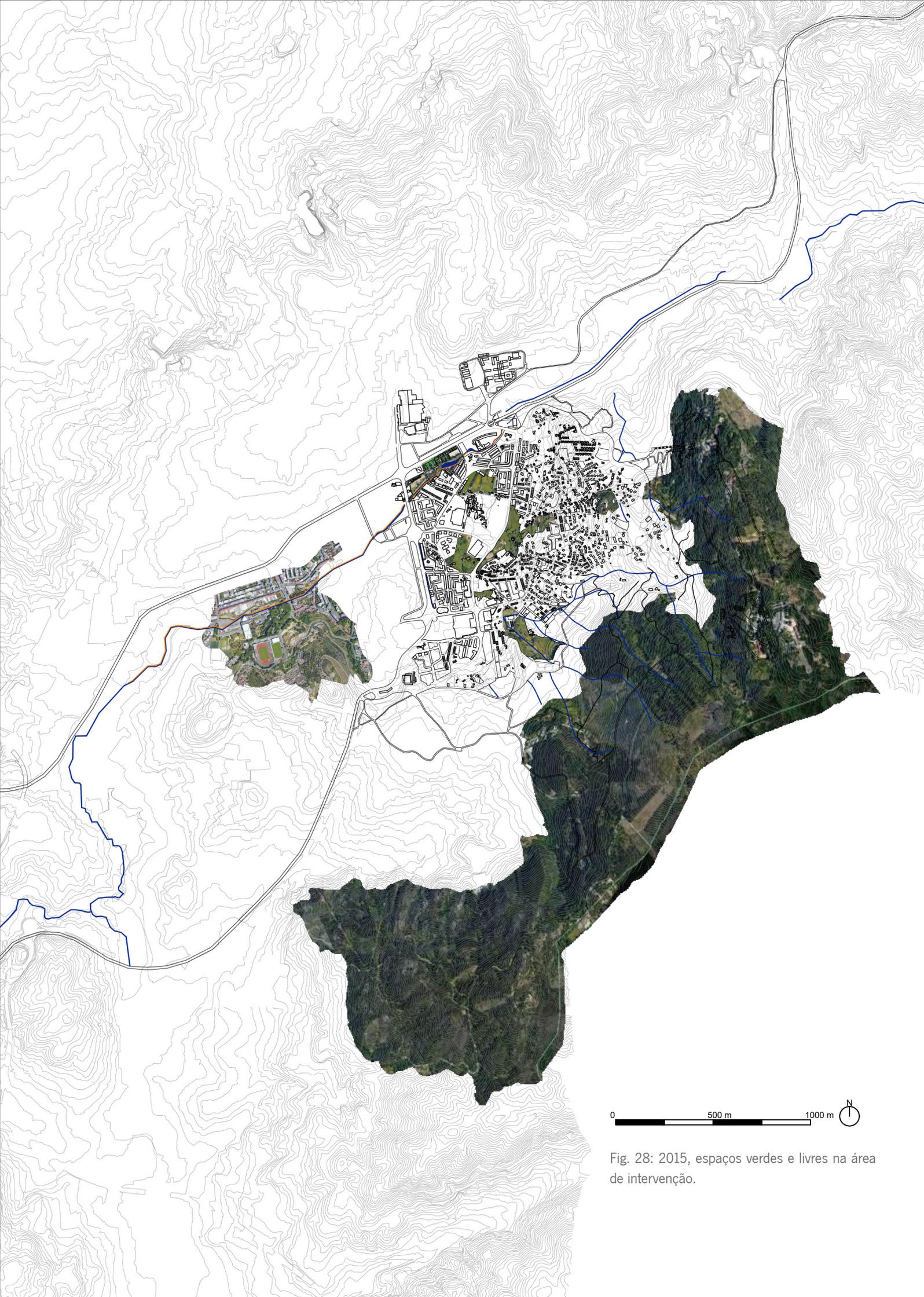


Fig. 28: 2015, espaços verdes e livres na área de intervenção.

PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE DE LAMAÇÕES

Vale de Lamações: Caracterização, Evolução, Problemas



Fig. 29: 2015, planta de limites parcelares construídos e caminhos viscinais, e cicláveis.

PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE DE LAMAÇÃES

Vale de Lamações: Caracterização, Evolução, Problemas

Fig. 30: 2015, planta de arborização geral.



Adicionalmente Lamações é mencionado em mais cinco UOPG do qual faz parte ou contem na sua totalidade. Os UOPG em questão são os seguintes:

- UOPG 24 – Consolidação Urbana – Variante da Encosta (24 ha);
- UOPG 26 – Consolidação da Polaridade Periférica de Nogueira (9 ha);
- UOPG 27 – Zona de Expansão Residencial de Fraião (21 ha);
- UOPG 28 – Santuários (807 ha);
- UOPG 37 – Consolidação Urbana de Nogueira (11,3 ha).

Localizada em pleno centro da área da proposta temos a U.O.P.G 24 - Consolidação Urbana – Variante da Encosta, que se desenvolve na encosta do Vale a partir da Avenida D. João II. Em questão está um “vazio urbano”, a quinta da Vila Cova e assim como várias parcelas agrícolas, mais acima na vertente, entre a rua da Via Cova e a alameda do Lago.

Os objetivos expressos no regulamento mencionam a consolidação da malha e imagem urbana, através da definição de uma estrutura viária integrada com o sistema preexistente e um sistema urbano que se destina preferencialmente à preservação de espaços verdes para utilização coletiva em equilíbrio com outros equipamentos e habitações.

É relevante apontar que, no Plano de Urbanização Parcial, o espaço junto à variante Dom João II, e ao longo da Avenida Doutor António Palha, que faz a ligação com a primeira, era onde se propunha a construção do centro urbano do Vale, juntamente com um equipamento religioso. Este facto vem a reforçar a ideia de que esta zona é essencial para garantir o equilíbrio entre espaço habitacional, edificado, e espaço público, livre. Uma ideia que ganha mais pertinência na atualidade que apresenta uma densidade urbana muito superior àquela prevista no plano.

A segunda unidade operativa em destaque é a UOPG 28 – Santuários, que em termos de área é a maior do concelho, e se refere a toda a envolvente do conjunto de património religioso da Sta. Marta, Sameiro e Bom Jesus. Esta grande extensão de área florestal partilha os limites com quatro uniões de freguesia (Esporões e Espinho, Nogueira, Fraião e Lamações, Nogueiró e Tenões e Este de S. Pedro e S Mamede) e o seu limite Sudeste coincide com o limite do Concelho.

Os Santuários são uma zona de inegável relevância para o presente trabalho, e apesar de este não incidir diretamente sobre a área em questão pensamos que a omissão ou abreviamento desta temática constituiria um impedimento na compreensão do Vale como um todo. É indispensável compreender que a urbanização do Vale e a sua forma atual resulta da ocupação da Zona dos Santuários, do avanço do perímetro urbano sobre as áreas do domínio REN e RAN.

No atual regulamento do PDMB está expressa a intenção de travar o crescimento urbano em favor de uma gestão do território assente na potenciação dos usos e espaços públicos, criação de acessibilidades sobre vias e caminhos vicinais/florestais existentes, maior integração com as áreas urbanas existentes, e uma política geral de proteção e melhoria da qualidade paisagística, ambiental e patrimonial.

1.2.1. Estrutura Física: Áreas Edificadas e Uso dos Solos

A morfologia do Vale é caracterizada primariamente pelo seu declive que define claramente três subsistemas morfológicos que correspondem a diferentes níveis de qualificação para a edificação e outras atividades humanas, nomeadamente:

- Topo
- Vertente
- Fundo

Estes subsistemas mantem entre si uma relação dinâmica de troca dos fluxos de matéria e energia que se diferenciam mediante a alteração do relevo (eluviação e aluviação) a distribuição das águas (escoamento e acumulação), os microclimas (avesseiros e soalheiros) e vegetação (associações secas e húmidas). (Teles e Laranjeira, 2004)

Destes elementos, o subsistema hidrológico é dos mais impactantes, encontrando diferentes expressões conforme a zona em análise. De modo a compreender o fluxo da água começamos pelo topo onde ela é absorvida em “áreas aplanadas contiguas às cumeadas, de máxima infiltração”. (Teles e Laranjeira, 2004, p.8) A aptidão destes solos é elevada ou condicionada, mediante a exclusão dos solos com grande capacidade agrícola, possuindo um escoamento natural das águas e boa exposição solar.

A zona de vertente prova ser mais problemática, devido ao risco de erosão inerente em zonas de declive $\geq 30\%$, na qual aptidão para a edificação é tida como muito condicionada. A esta questão juntam-se fenómenos de escoamento, superficial e subsuperficial, das águas, que inviabiliza a construção de terraços. A exposição a Norte também é particularmente má nestas zonas, contribuindo para o aparecimento de problemas relacionados com a humidade como formação de pontes térmicas, condensação e bolor.

O fundo de Vale é o subsistema menos viável para a urbanização, considerado sem aptidão, devido à proximidade dos leitos de cheia, e zonas deprimidas com declives $\leq 5\%$ propícios à convergência e acumulação das águas. Quer isto dizer que a impermeabilização dos solos deve ser mínima ou nula uma vez que o risco de inundação no seu estado virgem já é elevado.

Acontece que as áreas coincidentes com os leitos de cheia foram intensamente urbanizadas no concelho em geral, com Lamações em específico, a apresentar casos em que o edificado se encontra a menos de 20 metros de distância da margem²³ do Rio, quando a lei atual (Lei n° 58/2005) define um limite mínimo de 100 metros, para cada lado da linha de água, quando se desconhece o limite de cheia num período de 100 anos. Na zona em questão (do Vale de Lamações) não nos foi possível encontrar dados rigorosos relativos ao caudal máximo atingido neste período de tempo. De notar ainda a existência de edificado cujos pisos inferiores se encontram abaixo da cota do Rio. Resta-nos concluir com base na observação local que o mínimo de 100 metros deveria ter sido respeitado.

²³ A largura da margem é considerada a partir da linha limite do leito. De considerar ainda o conceito de “zona adjacente”, introduzido pelo Decreto-Lei n° 468/71, que, de acordo com a Lei atualmente em vigor, é “a zona contigua à margem que como tal seja classificada por um ato regulamentar por se encontrar ameaçada pelo mar ou pelas cheias” (artigo 4.º da Lei n° 58/2005). Conforme determina esta Lei, “[A] à aprovação da delimitação das zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias, estão sujeitos a parecer vinculativo da autoridade nacional da água o licenciamento de operações de urbanização ou edificação, quando se localizem dentro do limite da cheia, com período de retorno de 100 anos, ou de uma faixa de 100 m para cada lado da linha de água, quando se desconheça aquele limite.” (n° 7 do artigo 44º da Lei n° 58/2005).

De referir que se trata de uma zona em que, historicamente, ocorreram diversas inundações, o que levou à canalização do caudal do Rio entre 2001 e 2002²⁴. Em retrospectiva a urbanização efetuada na década de 90 comprometeu a qualidade quer ambiental quer do construído, conforme demonstrado pela legislação posterior (lei n.º 58/2005; Aviso n.º 11741/2015²⁵).

1.2.2. Subsistema Hidrológico

A atual expressão da água no Vale é limitada, quando comparada com o passado, ainda assim a sua presença é sentida de diferentes formas. Devido à consolidação da urbanização, que significa a impermeabilização dos solos, todos os cursos de água estão, pelo menos parcialmente, canalizados e por isso invisíveis. As porções visíveis estão quase sempre associadas às áreas não urbanizadas, mais especificamente nas zonas florestais nas cotas superiores.

As duas exceções mais relevantes a este caso são o Rio Este e o principal curso de água, ao longo da Avenida Frei Bartolomeu dos Mártires, que desagua neste. Ainda assim a proximidade dos loteamentos construídos, e o risco de cheias associado às épocas de maior pluviosidade, obrigou a que ambos os caudais tivessem que ser contidos por meio da sua canalização à superfície.

Fora estes dois casos excepcionais, é possível encontrar exemplos pontuais e dispersos de regos, poços, tanques e fontes no interior ou nas imediações de terrenos agrícolas ou associados a antigos caminhos vicinais ou agrupamentos de edificado.

No plano do Arquiteto Mário Abreu era explícita a intenção de preservar estes elementos como meio de complementar e enriquecer os espaços públicos (parques urbanos e áreas verdes). Atendendo a isto o carácter ilusivo da água, numa zona que tradicionalmente se definiu pela sua presença, deve-se à eliminação destes usos em favor da implementação de mais processos de loteamento.

Aliás, não é por acaso que o Vale tem o nome de Lamações, que claramente evoca a lama ou o lamaçal notando o carácter pantanoso da zona. Como vamos ver no próximo capítulo o aparecimento de alguns riscos naturais estão associados à incapacidade de a água se infiltrar nos solos devido à excessiva impermeabilização destes.

1.2.3. Riscos Naturais

Na sua relação com a natureza, o papel do homem foi evoluindo ao longo do tempo, conforme os estádios de desenvolvimento atingido pela própria sociedade: desde um primeiro estádio onde há uma mútua interação do homem com a natureza (“ecocentrismo”), passando por outro onde o homem, pela acumulação de cultura e da tecnologia, controla e modifica a natureza (antropocentrismo) até ao estádio onde se põe em causa todo o progresso tecnológico, se pedem responsabilidades por intervenções negativas (...). (Teles, 2001)

A expansão dos limites da cidade e a ocupação das áreas verdes contribuiu para a promoção de fenómenos de inundação. Segundo a análise de Teles e Laranjeira (2004) estes eventos são mais impactantes nas zonas deprimidas, com declives $\leq 5\%$, onde o processo de urbanização foi mais intenso. Como consequência, durante os períodos de maior pluviosidade, as habitações e a via pública são alvo de estragos que não podem ser subestimados. As cheias periódicas causam a lenta, mas constante degradação das infraestruturas, do espaço público e da propriedade privada dos moradores do Vale.

²⁴ De acordo com o n.º 2 do artigo 40 da lei n.º 58/2005 (Lei da Água), “As zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias devem ser objecto de classificação específica e de medidas especiais de prevenção e protecção, delimitando-se graficamente as áreas em que é proibida a edificação e aquelas em que a edificação é condicionada, para segurança de pessoas e bens.”

²⁵ Destaca-se aqui o artigo 71.º, segundo o qual “Espaços verdes de proteção a linhas de água ou à REN Correspondem aos espaços verdes contíguos às linhas de água e definidos por um canal de 20 m de largura centrado nas mesmas, estendendo -se nalguns casos para áreas contíguas que com estes imprimem continuidade ou que estão condicionadas pela REN”.

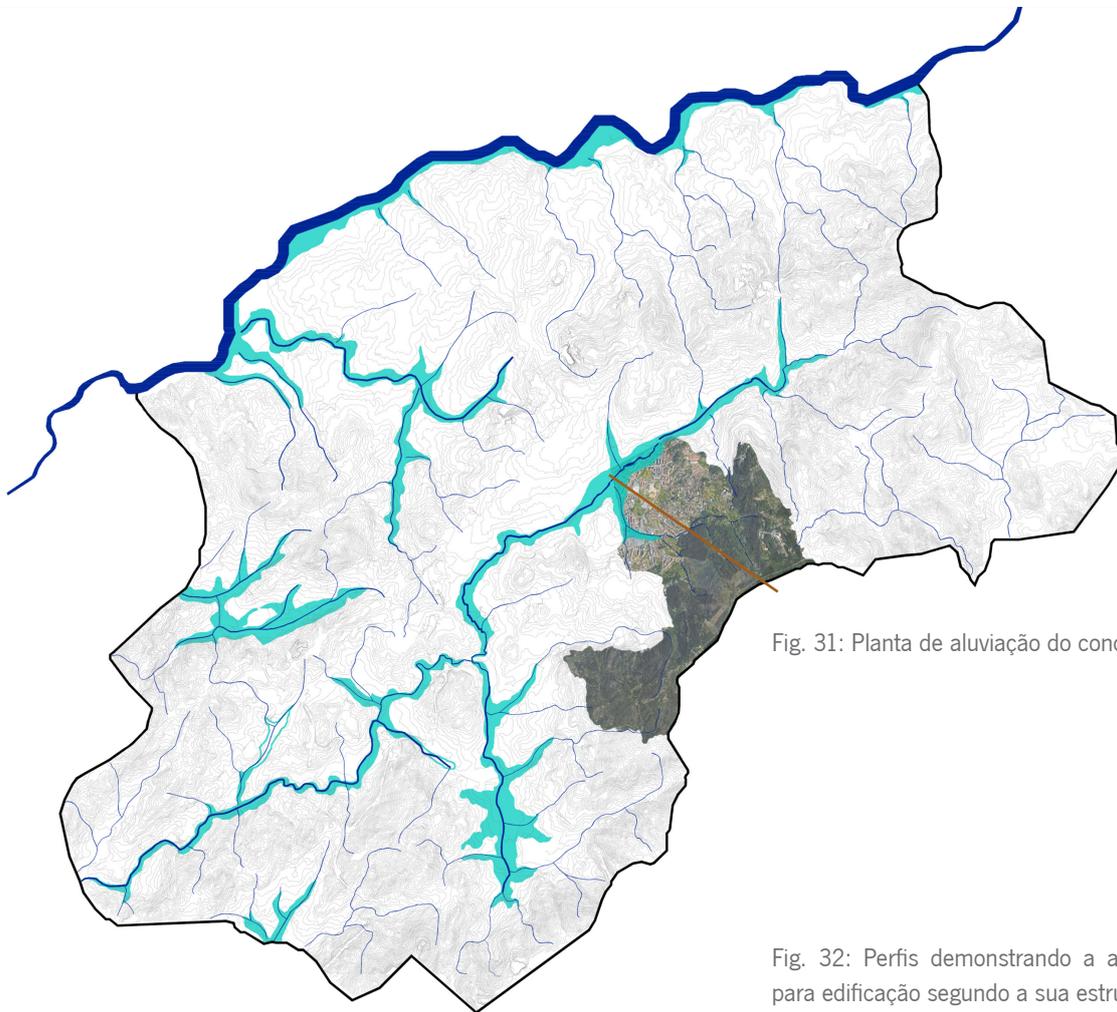
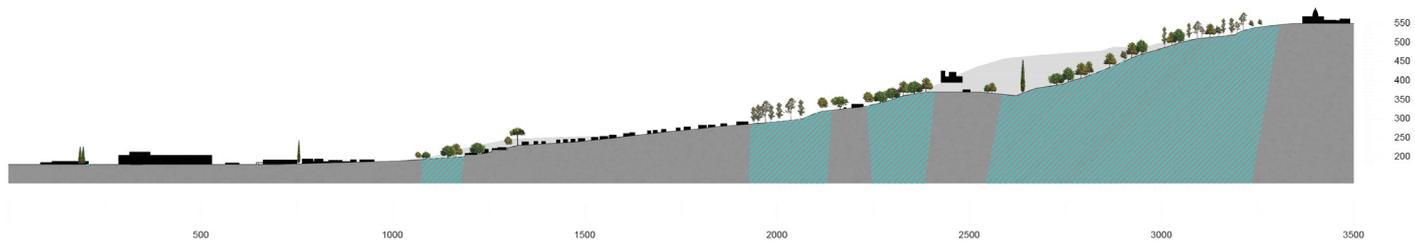
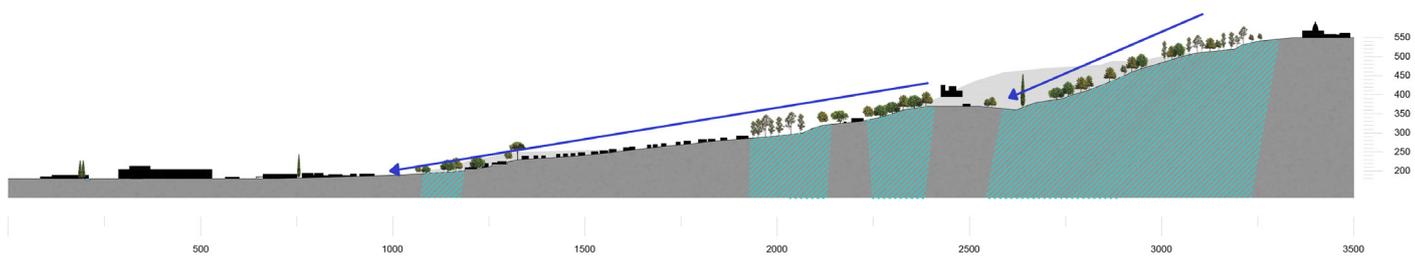


Fig. 31: Planta de aluviação do concelho de Braga.

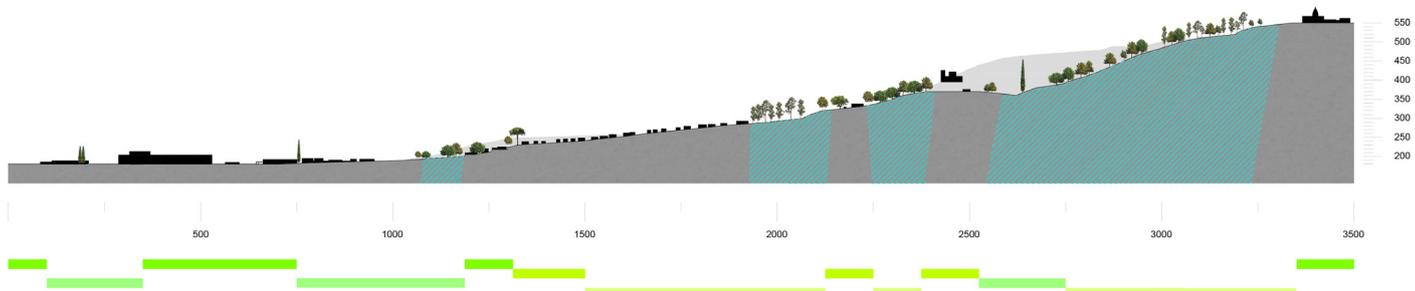
Fig. 32: Perfis demonstrando a aptidão dos solos para edificação segundo a sua estrutura física.



Solos de alta e muito alta aptidão para construção



Solos com baixa aptidão para construção, assim como a zona de aluvião



A necessidade de canalizar o Rio Este é talvez o exemplo mais evidente da ignorância e desrespeito pela lei natural que conseguimos encontrar. Durante anos lutou-se contra as cheias provocadas pelo transbordar do caudal que com alguma frequência causava a inundações das caves e das vias de circulação ao longo do seu perímetro, cujos limites das zonas edificadas chegam a menos de 10 metros de distância.

Na figura 31, confrontamos o grau de edificação com o grau de aptidão dos respetivos solos.

Em oposição, os incêndios incidem primariamente nas zonas mais declivosas, onde se apresenta pouca ou nenhum tipo de urbanização, para lá do perímetro urbano da cidade. Nos últimos anos, nos meses mais quentes de Verão, o Minho em geral tem sido alvo de incêndios gravíssimos, chegando, nos casos mais graves, a destruir vastos hectares de floresta e a ameaçar diretamente a integridade das habitações mais próximas dos limites da cidade.

Em 15 Outubro de 2017, no seguimento dos acontecimentos trágicos de Pedrogão Grande, Portugal viu o despoletar de centenas de focos de incêndio, no que seria descrito como “o maior fenómeno piroconvectivo registado na Europa até ao momento e o maior do mundo em 2017, com uma média de 10 mil hectares arditos por hora entre as 16:00 do dia 15 de outubro e as 05:00 do dia 16”. (DN/Lusa, 2018)

As razões dadas para a ocorrência desta tragédia foram desde os efeitos do vento do furacão Ophelia, o fogo posto, a falha dos sistemas de segurança pública darem resposta, devido à falta de efetivos e de falhas nas plataformas de comunicação que por sua vez responsabilizam o governo pela falta de financiamento, disponibilização de recursos tecnológicos modernos, incapacidade de mobilização e por decisões políticas que levaram à extinção dos guardas florestais. Em retrospectiva, a maioria, senão todos estes factos, tem fundamentação e apontam questões pertinentes relativas a instituições e métodos que são passíveis de crítica e revisão, no entanto argumentamos que o problema é mais profundo e vai para além de um acumular de falhas institucionais.

Essencialmente, a causa das inundações, nas áreas urbanizadas, e dos incêndios nas áreas florestais, é um problema que se prende a questões de ordenamento de território (uso dos solos), mostrando um claro desequilíbrio de sobre urbanização e de abandono respetivamente. Segundo os PDM e a documentação REN as áreas com regime de gestão non *aedificandi* são relegadas para segundo plano a nível administrativo. A representação e compreensão do património natural é simplista, estabelecendo-se objetivos meramente quantitativos para a sua preservação. (Teles e Laranjeira, 2004)

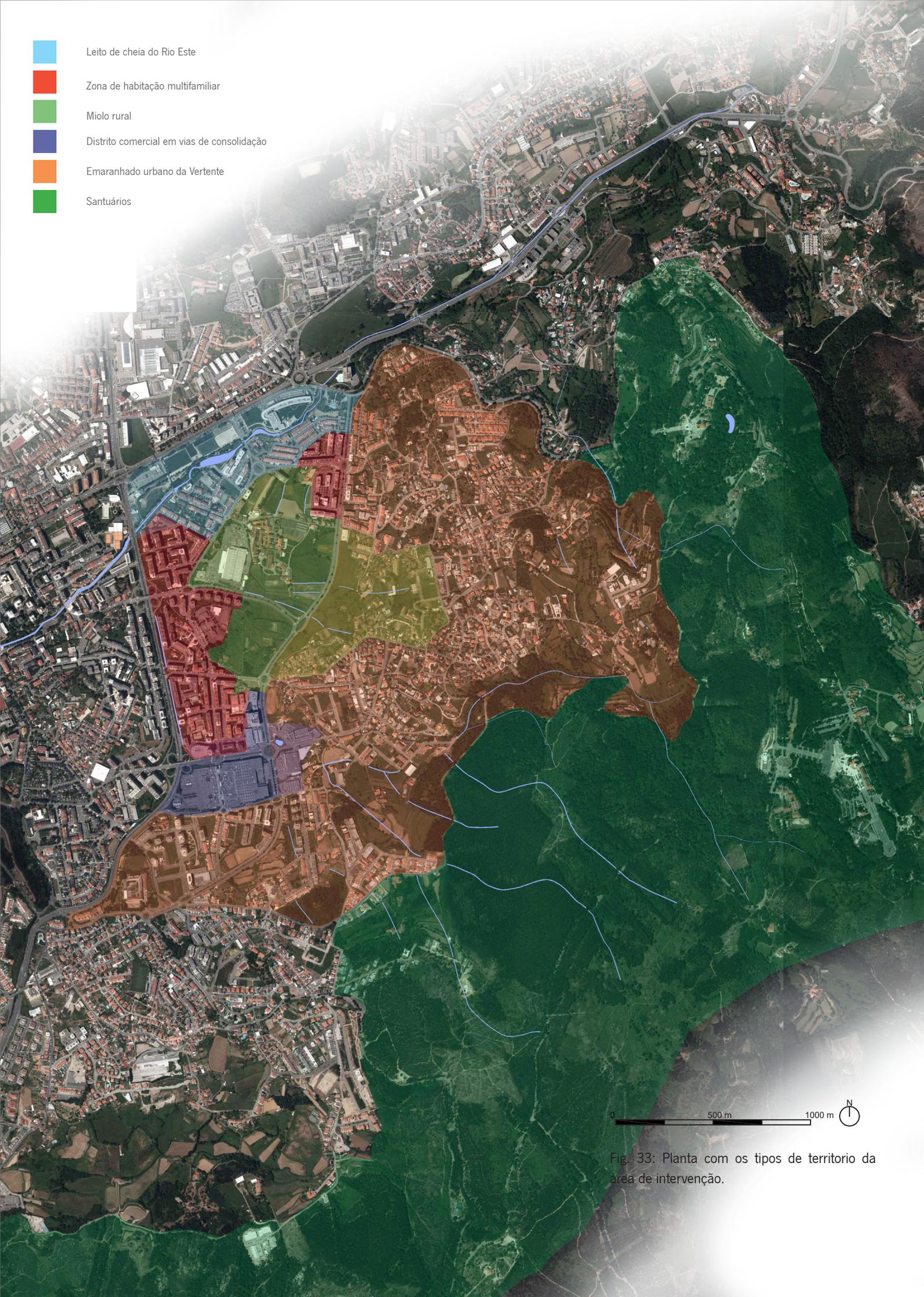
1.2.4. Tipos de Território

Independentemente dos problemas gerados pela urbanização é necessário compreender a paisagem atual do Vale se pretendemos intervir sobre ela. Segundo a nossa análise identificamos seis unidades territoriais distintas (fig. 33). Quatro no fundo de Vale, com fortes relações de proximidade - a ocupação do leito de cheia do Rio Este, a zona de habitação multifamiliar, o miolo rural, e o distrito comercial em vias de consolidação -, e outros dois mais segregados que descrevem a vertente e o topo: o emaranhado urbano e os santuários (Bom Jesus do Monte e Sameiro).

O fundo do Vale é formalmente a zona mais diversa, aqui predomina a presença de zonas de habitação multifamiliar, grandes superfícies comerciais, e grandes campos agrícolas ou baldios tanto urbanizáveis como protegidos. É também notável a proximidade a alguns equipamentos que marcam uma grande presença na área, como o Universidade do Minho e o Braga Parque a Norte da Avenida João Paulo II. Adjacente a esta avenida, mas dentro do território, encontramos o Parque da Rodovia e o Centro Ibérico de Nanotecnologia, ambos ladeados pelo Rio Este, ao longo do qual se desenvolve a via pedonal, ou ecovia (construída em 2013), que faz a ligação com o Parque da Ponte e o Fórum Braga, outra importante área livre e de equipamento da cidade.

A Rodovia em si é um ponto fulcral da distribuição do trânsito viário em Braga, resultante do cruzamento da Avenida João Paulo II (Este, Oeste) com a Avenida Frei Bartolomeu dos Mártires (Norte,

- Leito de cheia do Rio Este
- Zona de habitação multifamiliar
- Miolo rural
- Distrito comercial em vias de consolidação
- Emaranhado urbano da Vertente
- Santuários



0 500 m 1000 m N

Fig. 33: Planta com os tipos de território da área de intervenção.

Sul) que constitui o segundo limite funcional da área em questão. Contígua a esta encontramos uma série de quarteirões de habitação multifamiliar que marcam de forma significativa a paisagem do fundo do Vale.

É de notar a elevada densidade populacional que se expressa na grande afluência automóvel no início da manhã e fim da tarde, em paralelo com a ocupação automóvel da via pública no horário pós laboral. A maior parte dos edifícios está equipado com espaço de galeria destinado ao comércio e outros serviços pelo que de dia é uma zona com uma afluência relativamente grande, com atividade significativamente diminuída a partir das dez da noite. Também é importante referir a presença de equipamentos como, a Escola Primária e Básica de Lamações, duas das oito inicialmente previstas no Plano de Urbanização Parcial, e de dois espaços públicos conhecidos como o “parque vermelho” e o “parque azul”.

O terceiro território a destacar é formado pelos terrenos agrícolas e espaços verdes que ocupam o miolo do fundo do Vale. Estas áreas, em proximidade uma com a outra, definem a maior porção de três quarteirões, juntamente com a quinta da Vila Cova, na frente da Avenida Dom João II. Os usos destes lugares são estritamente do domínio privado ou semiprivado, sem programa definido ou abandonados. O primeiro existe nas traseiras da Escola de Lamações, e apesar de tocar uma porção significativa da frente de rua do quarteirão encontra-se vedado ao público, sob a classificação de Património do Estado, mas num estado de incerteza ou indefinição. Naturalmente os interesses especulativos ameaçam prevalecer no que parece ser uma apropriação estratégica, mas imprópria, de parte da área da antiga quinta.

As áreas verdes dos dois quarteirões vizinhos pertencem, quase na sua totalidade, à Casa de Saúde do Bom Jesus, com a exceção de algumas propriedades privadas, e de duas parcelas para venda, onde se pratica o cultivo de cereais e legumes.

E por último temos a Vila Cova que está em abandono há quase duas décadas e marca a transição para a vertente. Por serem antigos campos de cultivo, nos quais o solo ainda não foi impermeabilizado, esta é a paisagem que apresenta maior expressão da água no Vale (regos, poços, tanques e fontes associados às práticas agrícolas).

Em estreita relação com este território temos a Avenida João Paulo II, um importante e movimentado eixo viário, que marca o romper com o *continuum naturale*, e a estrutura parcelar de origem, em favor da lógica organizativa prevista no Plano de Urbanização Parcial. Ao longo deste perímetro consolidou-se progressivamente uma frente de rua, e surgiu uma paisagem, que ocupa e anula aquela descrita no parágrafo anterior. Lamações, apesar de ser primariamente uma zona residencial, com a construção do Braga Shopping, até ao mais recente Leroy Merlin, juntamente com outros como a Staples, Aki e Media Market, tornou-se numa das zonas de Braga com mais superfícies comerciais de grande dimensão.

Devido à ausência de qualquer planeamento formal a vertente do Vale desenvolveu-se em algo que pode ser descrito como um emaranhado caótico. Este território é altamente setorizado e apresenta dois tipos de ocupação principal: vivendas unifamiliares e moradias em banda, em detrimento da presença de equipamentos e serviços. A via pública é de difícil orientação, com várias ilhas e becos sem saída, e caracterizada pelo grande declive de algumas ruas ($\geq 16\%$). Os vestígios dos caminhos pedonais e das áreas livres, juntamente com a ausência de equipamento urbano - como iluminação em muitas ruas -, contribui para o abandono desta zona durante os horários laborais e noturnos.

No topo encontramos a emblemática zona dos santuários em conjugação com as áreas de domínio REN. O território desenha um semicírculo, com um perímetro de mais de seis quilómetros, em torno das freguesias de Nogueiró, Fraião, Nogueira e Esporões, e marca o limite entre Braga e Guimarães, numa área com uma densa floresta de espécies autóctones e eucaliptos. Como já foi referido, o planeamento e descrição da zona florestal de Braga, e das suas dinâmicas, é extremamente redutor, implicando que “os espaços naturais têm menor valor económico do que os espaços urbanos para os municípios.” (Teles e Laranjeira, 2004) A aproximação ao local revela um sistema que apresenta uma enorme riqueza

biológica, histórica/simbólica e recreativa. Os percursos florestais e trialeiras do monte são muito usados por motociclistas, ciclistas e corredores ao longo do ano, e nas estradas da Falperra e N309 realizasse anualmente a prova automóvel da Falperra. O Castro do Monte de Santa Marta das Cortiças, situado no cruzamento das duas vias, é um importante marco histórico que remonta até à idade do ferro, as imediações servem como um popular parque de merendas.

Os pontos mais altos são rematados pelo santuário do Bom Jesus do Monte e pelo santuário da Nossa Senhora do Sameiro. O Bom Jesus é um local de peregrinação para os Brácaros desde o século XIV, a projeção dos escadórios e da igreja começaram no fim do século XVIII concluindo no início do seguinte. Atualmente o santuário mantém uma relação de maior proximidade com a cidade e o dia-a-dia da população, em parte devido à expansão do perímetro urbano, e a continuidade estabelecida entre a ciclovia do Rio Este com a Rua da República e a Via Sacra - monumento que inclui os escadórios e dezenas de capelas que representam vários episódios do novo testamento. O Sameiro localiza-se a 1,5 Km a sudeste a uma cota superior (mais 200 metros), significativamente afastado do perímetro urbano, pelo que o acesso preferencial é viário, através da Falperra e da Nacional 58. A sua história começa em 1863 com construção de uma estátua dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Desde aí o projeto assumiu uma escala monumental com o erguer da basílica e de muitos outros monumentos dedicados a figuras santas.

2. RECONHECER O PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE

PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE DE LAMAÇÃES

Aproximação ao Território

2.1. PATRIMÓNIO ANÓNIMO DE LAMAÇÕES

A questão do anonimato do património primordial do Vale de Lamações tem que ser lidada com a formulação de um programa multidisciplinar de modo a potenciar os usos desses espaços, começando por torná-los visíveis ao peão. Isto implicaria não um simples exercício de sinalização que passaria por indicar a proximidade de uma ou outra fonte ou tanque, ruela ou parque, mas um esforço prévio de identificação e um posterior plano de transformação e adaptação destes vestígios da antiga ruralidade à urbanidade emergente da periferia de Braga. As zonas em questão não acompanharam a transformação da envolvente: ou são o que eram há 30 anos atrás (campos de cultivo), ou uma versão reduzida do que eram (por força da dinâmicas de edificação associada à crescente urbanização), ou simplesmente áreas em estado de abandono e degradação, pelo que descontextualizadas e não integradas, não servindo as necessidades atuais (e.g. lazer, recreação e congregação em áreas livres com escala para mais do que o simples atravessar) da população.



Fig. 34: Rodovia, 1958.



Fig. 35: Rodovia, 1974.

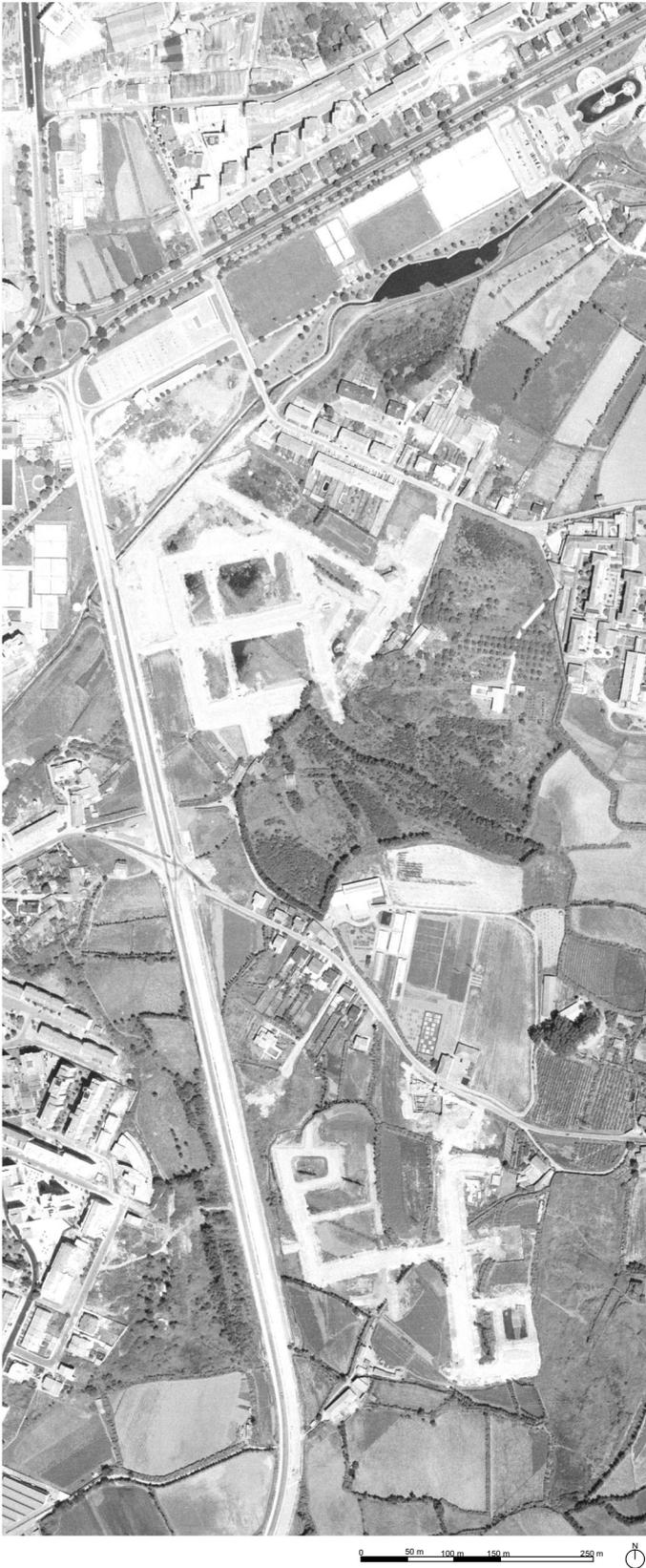


Fig. 36: Rodovia, 1997.



Fig. 37: Rodovia, 2015.



Fig. 38: Rodovia, planta parcelar de 1991 e interstícios atuais.



Fig. 39 a 47: Caminhos pedonais na continuidade da Av. Frei Bartolomeu dos Mártires, juntamente com afluente do rio Este.

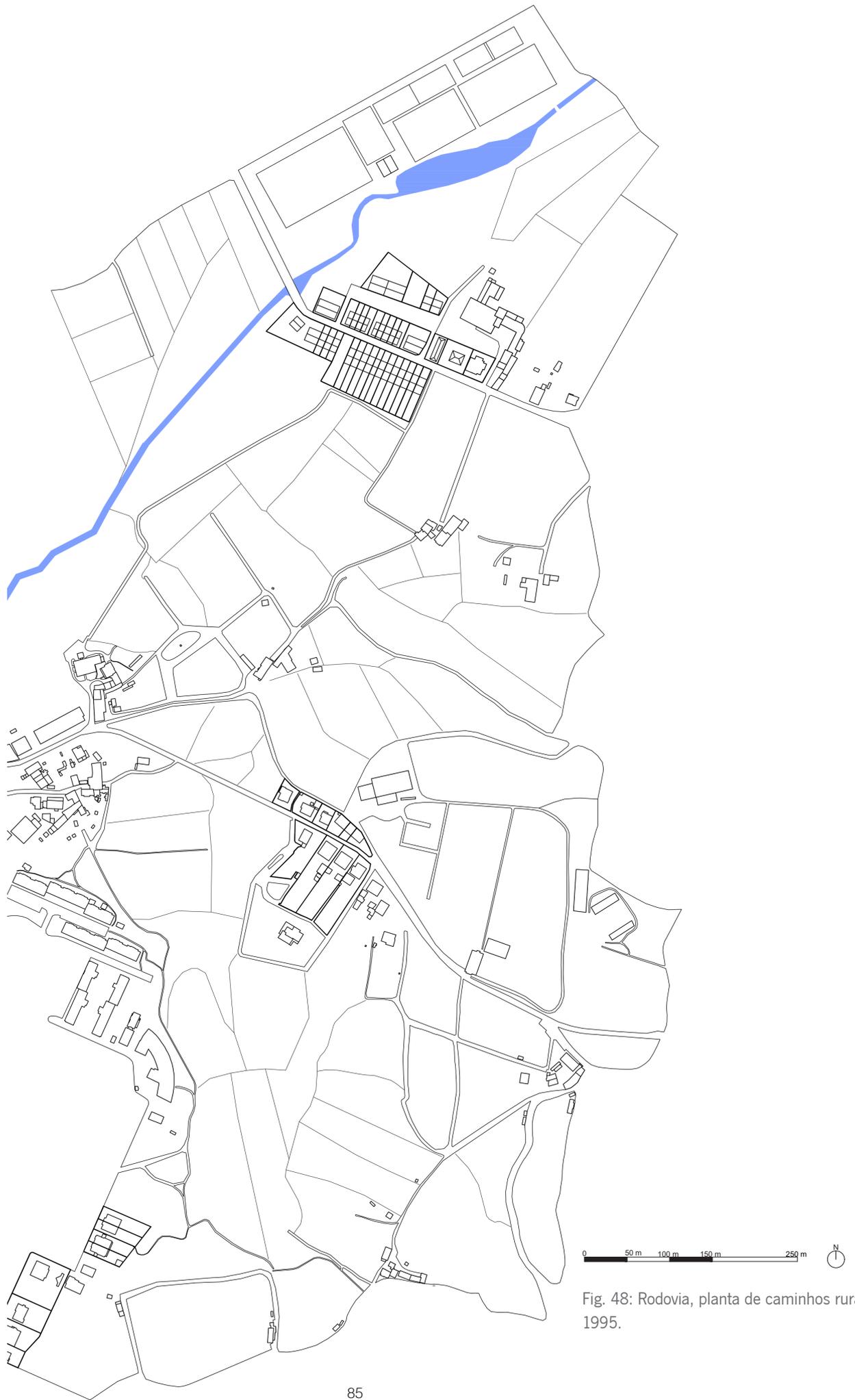


Fig. 48: Rodovia, planta de caminhos rurais, 1995.



Fig. 49: Rodovia, planta dos caminhos vestigiais, 2015.

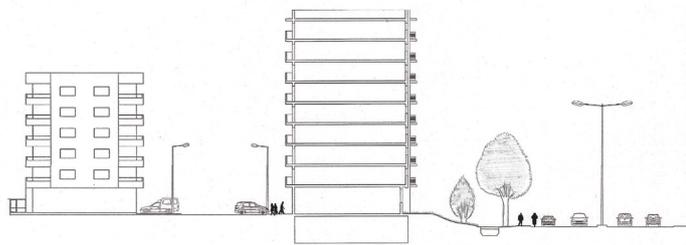
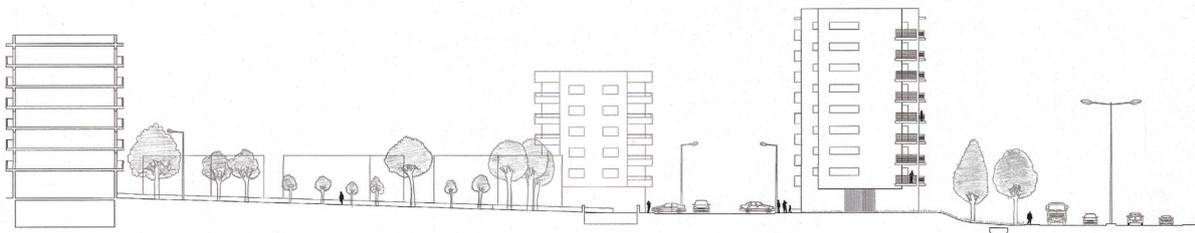


Fig. 50 e 51: Perfis Av. Frei Bartolomeu dos Mártires.

0 5 25 m

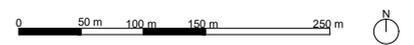


Fig. 52: Planta dos espaços intersticiais 2018.

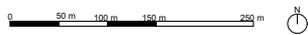


Fig. 53: Makro, 1958.



Fig. 54: Makro, 1974.



0 50 m 100 m 150 m 250 m N

Fig. 55: Makro, 1997.



0 50 m 100 m 150 m 250 m N

Fig. 56: Makro, 2015.



Fig. 57: Makro, planta parcelar de 1991 e interstícios atuais.



Fig. 58 a 61: Imagens dos limites, acessos e interior dos campos livres da Casa de Saúde do Bom Jesus.



Fig. 62: Imagem do limite do antigo posto agrário de Braga.



Fig. 63: Imagem da fonte e do lago junto da Media Markt.



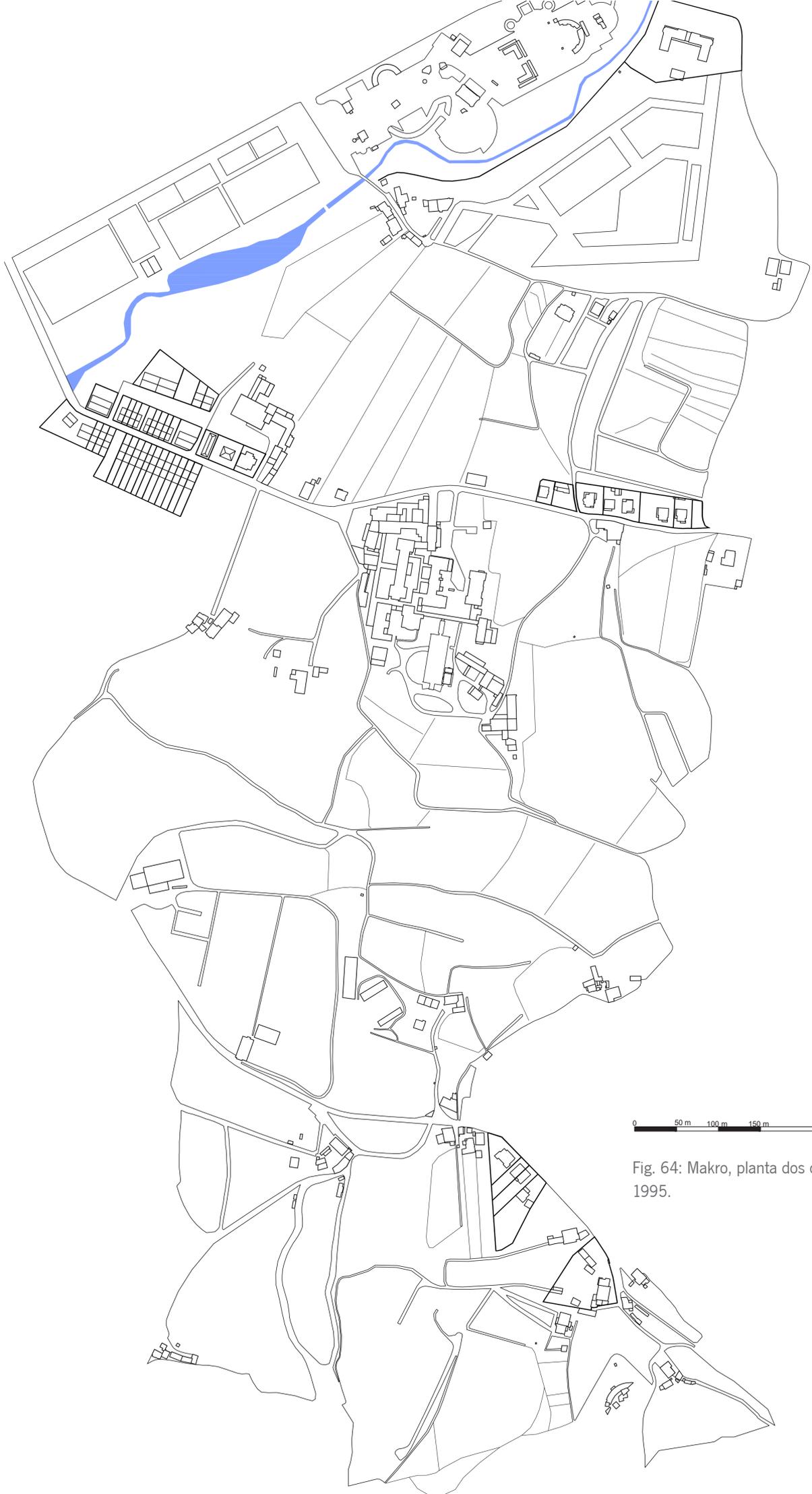


Fig. 64: Makro, planta dos caminhos rurais, 1995.

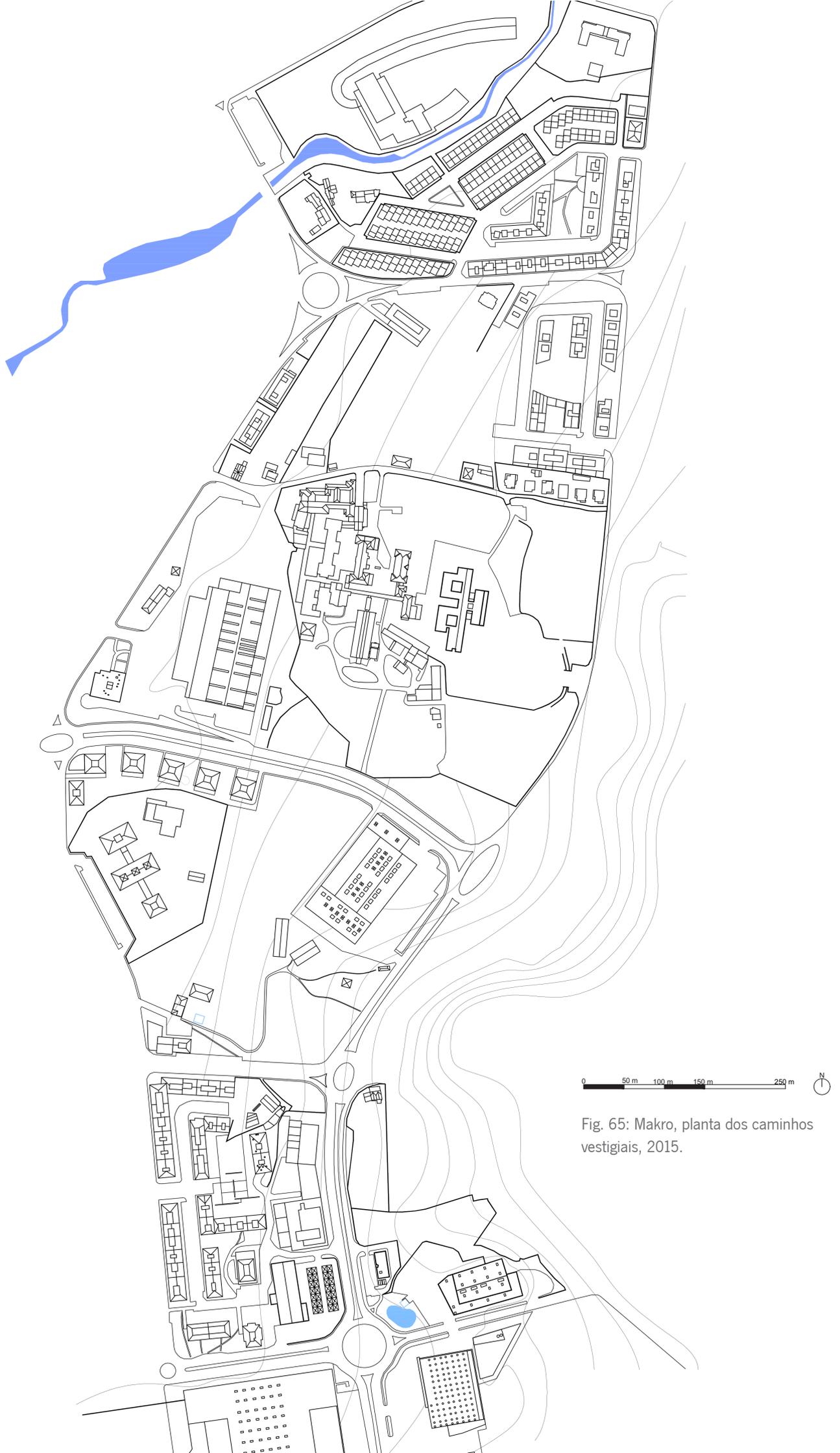


Fig. 65: Makro, planta dos caminhos vestigiais, 2015.



Fig. 66: Perfil Av. Doutor António Palha, demonstrando os limites do terreno pertencente ao antigo posto agrário.

0 5 25 m

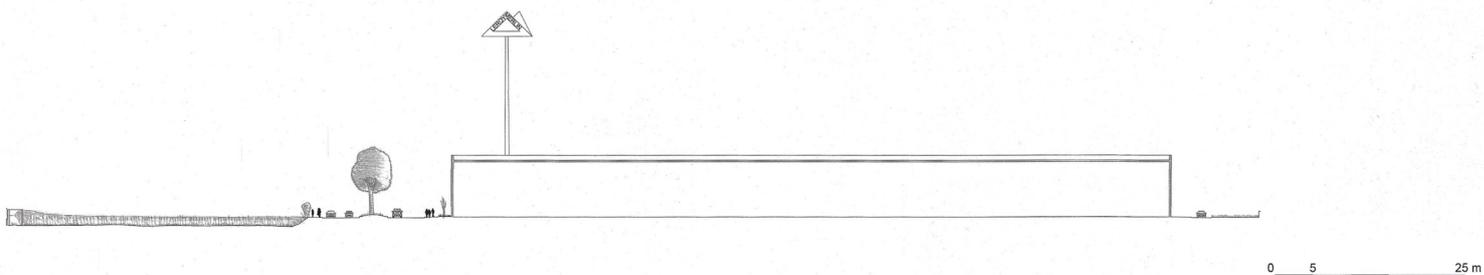


Fig. 67 e 68: Perfis coincidentes com a nova estrutura comercial (Leroy Merlin) junto a terrenos agrícolas adjacentes.

0 5 25 m

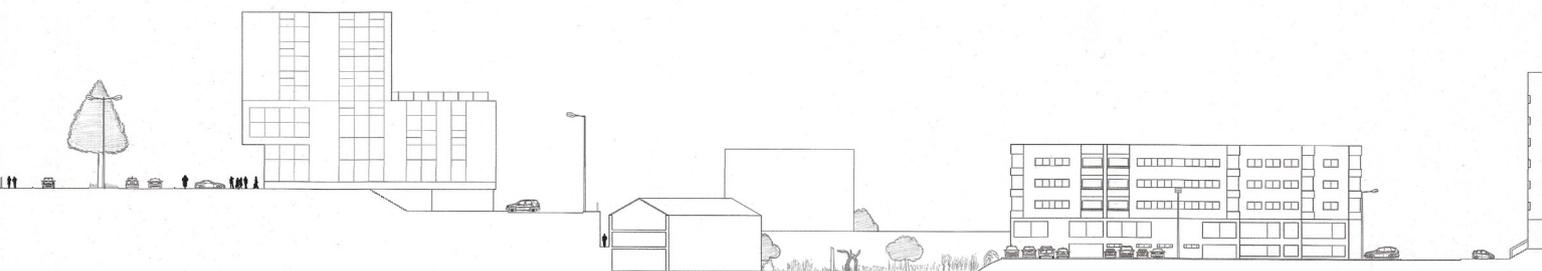


Fig. 69: Perfil Rua Ambrósio dos Santos, demonstrando a propriedade agrícola entre uma superfície comercial e o projeto de loteamento adjacente.

0 5 25 m



Fig. 70: Perfil que intressecta o Minho Center juntamente com a fonte de Fraião.

0 5 25 m

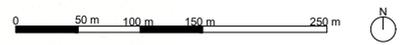


Fig. 71: Planta dos espaços intersticiais 2018.



Fig. 72: Vila Cova, 1958.

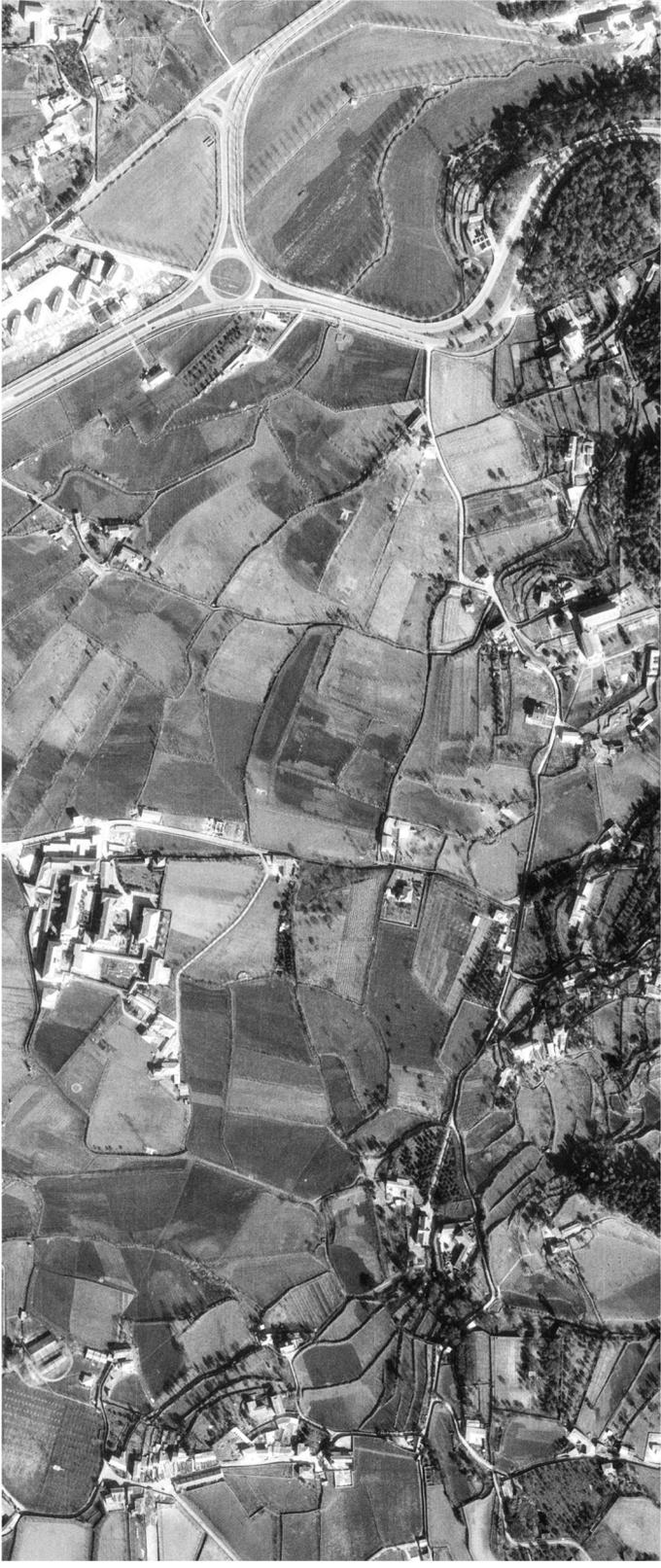


Fig. 73: Vila Cova, 1974.



Fig. 74: Vila Cova, 1997.



Fig. 75: Vila Cova, 2015.



Fig. 76: Vila Cova, planta parcelar de 1991 e interstícios atuais.

Fig. 77: Parque infantil adjacente à Av. D. João II.

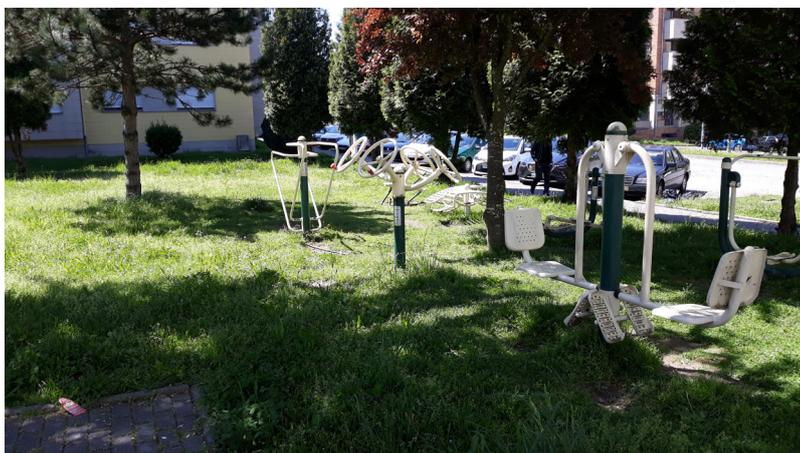


Fig. 78 a 80: Rua da Vila Cova.



Fig. 81 a 83: Av. D. João II, ciclovia e uma panorâmica do miolo agrícola da Vila Cova.

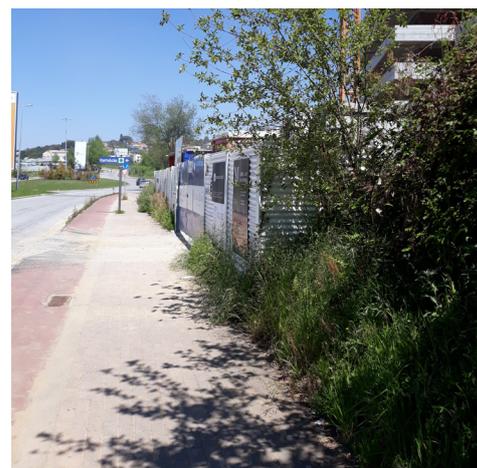




Fig. 84 a 86: Terrenos abandonados da Rua da Igreja, juntamente com a entrada para a travessa da Rua da Igreja.



Fig. 87: Vila Cova, planta dos caminhos rurais, 1995.



Fig. 88: Panorâmica sobre a Vila Cova a partir da Rua do Alambique, adjacente a uma recente construção de uma superfície comercial.

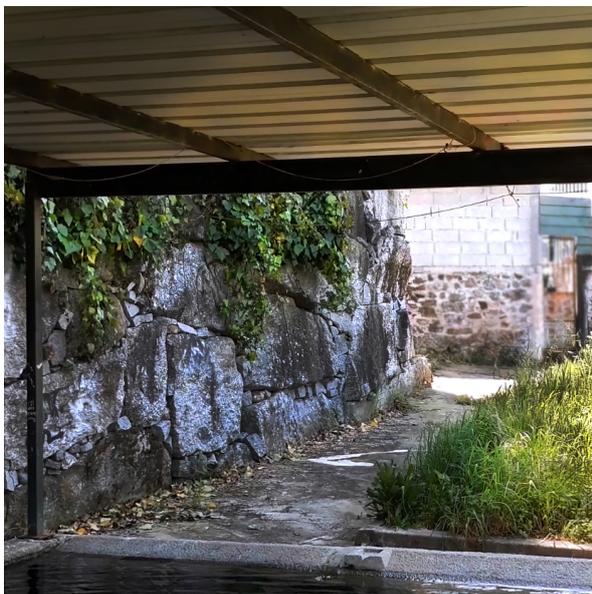
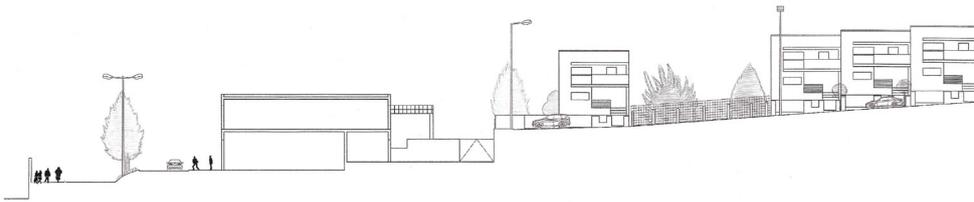


Fig. 89 a 91: Vista do interior da travessa da Rua da Igreja e do tanque no seu interior.



Fig. 92: Vila Cova, planta dos caminhos vestigiais, 2015.



0 5 25 m

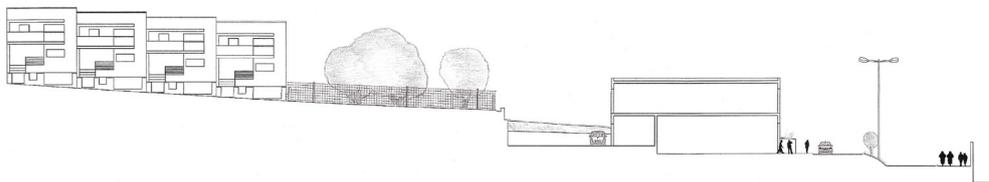
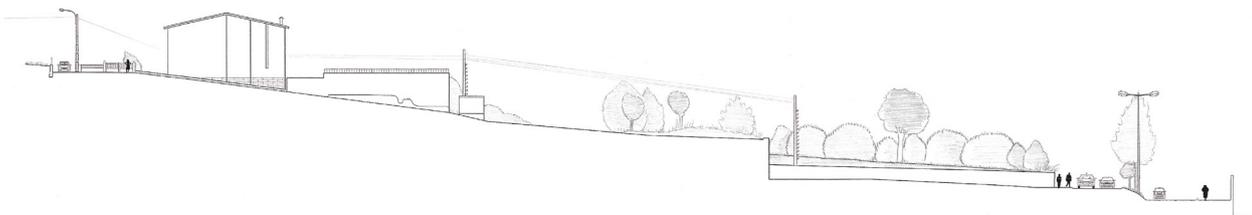


Fig. 93 e 94: Perfis sobre a Rua do Alambique, demonstrando os loteamentos inacabados e a construção da nova superfície comercial.

0 5 25 m



0 5 25 m

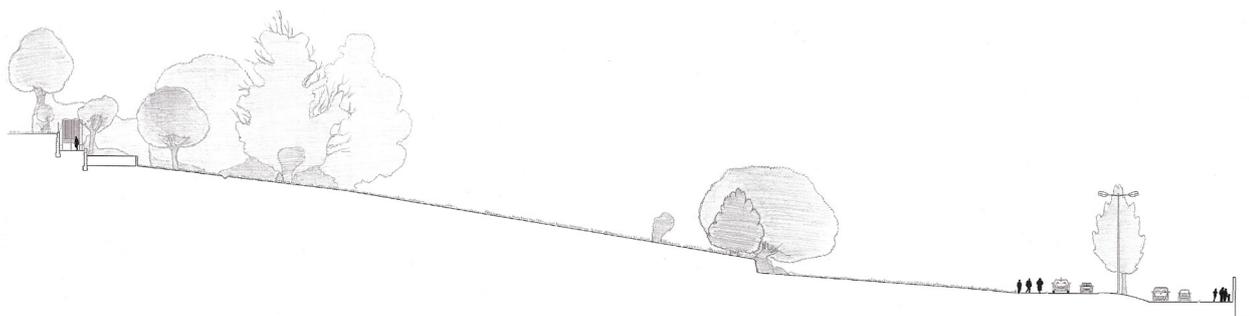
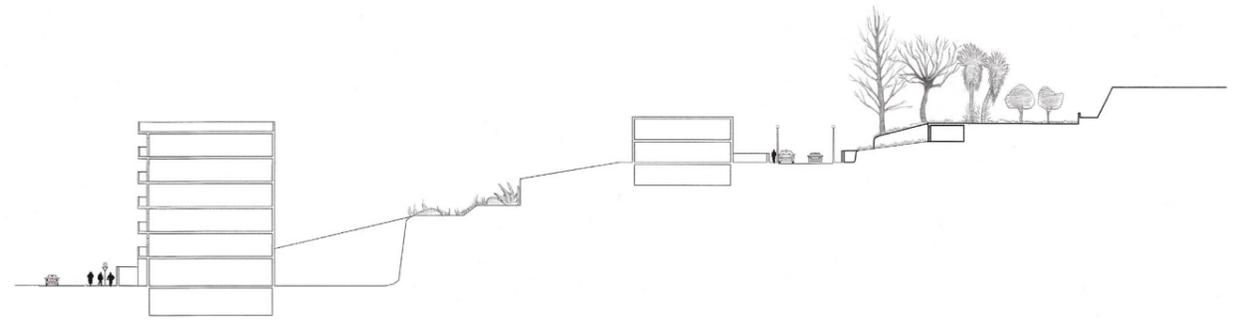


Fig. 95 e 96: Perfis desde a Rua da Vila Cova até à Av. D. João II.

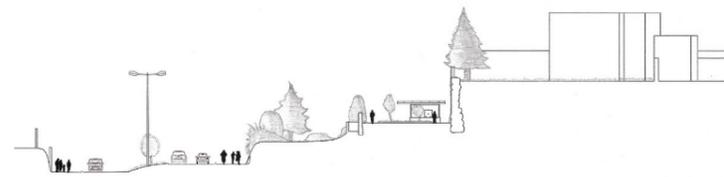
0 5 25 m



Fig. 97: Planta dos espaços intersticiais 2018.



0 5 25 m



0 5 25 m

Fig. 98 e 99: Perfis demonstrando o espaços intersticiais entre a Av. D. João II e a Rua do Bom Real (travessa da Rua da Igreja).

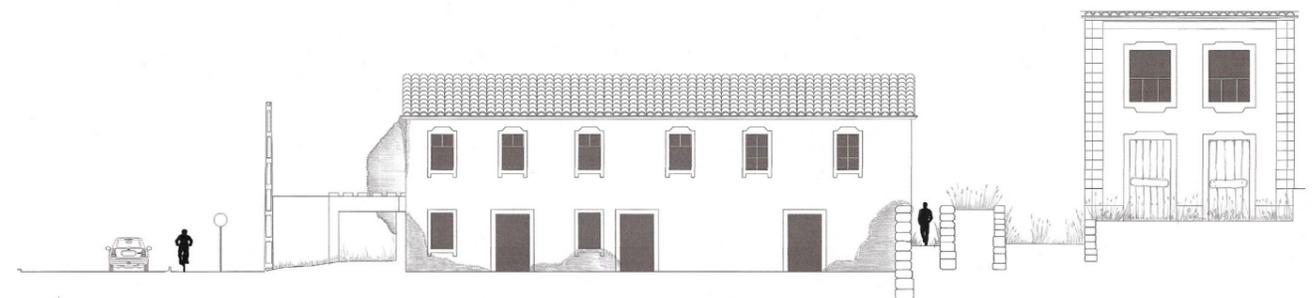


Fig. 100: Travessa da Rua da Igreja.

0 5 10 m

2.1.1. Identificação

O património primordial ou tradicional a que nos referimos é principalmente a água do Vale e consequentemente as diferentes expressões que assume no mesmo. Esta expressão estaria ligada a uma estrutura rural em que a água era conduzida e manipulada de modo a modelar a estrutura parcelar agrícola. A topografia e morfologia apresentavam, grosso modo, duas configurações distintas, a primeira informando a segunda: o fundo do Vale, relativamente plano com grandes parcelas aproximadamente retangulares, e a zona da vertente, caracterizada pelos seus troços declivosos, o que obrigava a uma ocupação muito mais fragmentada e retorcida desenhada por taludes e muros de contenção que chegariam a ultrapassar os seis metros de altura. De qualquer maneira a configuração do Vale surge de um esforço de conduzir e potenciar a distribuição e uso da água para benefício das prática agrícolas que caracterizavam a realidade socio económica e cultural do mesmo até aos finais da década de oitenta do século passado.

O património anónimo da água e respetiva espacialidade transformou-se com a expansão urbana posterior numa estrutura fragmentada. Atualmente, são interstícios no interior de um tecido urbano que desconsiderou a potencialidade desta estrutura pré-existente na sua configuração.

Na presente dissertação, “interstício”, proveniente do latim “interstitium” (“espaço intermédio”), e segundo Brighenti (20, p. xvi), relativo a “inbetween-ness”, é entendido nos termos de Zardini (2005):

con este concepto ya no indicamos el vacío, sino el vacío “entre las cosas”, o dentro de las cosas. Un intersticio es un espacio no aislable en sí mismo: justamente adquiere significado por ser un intervalo entre elementos distintos, y de ahí se derivan sus cualidades. Un espacio vacío es en realidad un intersticio entre dos edificios. (p. 208)

El concepto de “intersticio”, más que el de edificio o de espacio abierto, es el que mejor expresa las relaciones, los significados y las tensiones de la ciudad contemporánea. El contenido de una intervención debe buscarse no tanto en el edificio particular o en el “vacío”, sino en el concepto de “intervalo”, que sustituye a ambos. (p. 210)

Mas quais são os interstícios que encontramos no Vale? Antes de atuar é necessário conhecer os espaços em questão, a sua envolvente, fisiologia, carências, potencial e sobretudo a sua história.

O Vale de Lamações era dominado pela prática da agricultura e a sua área era dividida em diversas propriedades, as maiores, que se concentravam largamente no fundo de Vale, seriam as seguintes:

- Quinta do Reguengo;
- Quinta do Boucinho;
- Quinta da Arcela;
- Quinta do Lago;
- Quinta do Bom Real;
- Quinta da Azenha;
- Quinta do Covel;
- Quinta de Rebordões;
- Quinta do Santo;
- Vila Cova.

Entre estas propriedades apenas algumas se mantiveram intactas devido ao seu estatuto patrimonial ou à relutância de venda por parte do dono (ou donos), mas devido a várias circunstâncias encontram-se abandonadas há vários anos. Estes lugares ficaram numa espécie de estado de suspensão, permanecendo largamente intocados pelas ações de transformação o que faz deles zonas de grande riqueza natural e patrimonial.

As quintas apresentam um largo espectro de estruturas e infraestruturas características da antiga ruralidade. Contando com as casas senhoriais originais, assim como estruturas secundárias de suporte à prática de agricultura, e, talvez o mais relevante para a nossa proposta, os raros canais de água que ainda se encontram à superfície juntamente com o complemento de pelo menos um tanque.

Não podemos também deixar de salientar a presença de uma flora rica contando com diversas espécies de árvores autóctones como o carvalho e o pinheiro manso. O baixo grau de edificação nestes espaços faz destas áreas zonas importantes para a regulação da temperatura do Vale e absorção das águas pluviais.

Em paralelo parece estar a ressurgir a tendência de subtrair parcelas a estas propriedades uma vez que os donos parecem ser relutantes a vendê-las na íntegra. A Quinta do Bom Real é um caso típico de subtração que deixou a propriedade como uma fração do que seria. Isto surge como exemplo caucionário de potencial perdido e de um futuro provável para propriedades como a Vila Cova.

Devido à abertura de uma via ou compra das parcelas adjacentes encontramos vários casos de espaços intersticiais abandonados. A maioria pertence a construtoras como a ABB e a DST, que os colocam à venda com o objetivo de implementar projetos de loteamento novos. Não obstante há exceções e existem espaços deste tipo cujo futuro é mais incerto, uma vez que não têm projeto de loteamento prévio e não apresentam sinais de pertencerem a uma construtora (pela ausência de placas que o indiquem), e por estas razões poderem vir a ser mais fáceis de adquirir para potenciar a reestruturação do espaço público.

Em Fraião, na rua do Outeiral, atrás do quarteirão da Staples podemos encontrar uma parcela com um dos exemplos mais expressivos do sistema de condução da água para os campos agrícolas de Lamações.

É aparente que um espaço como este não necessita de grandes intervenções para ser transformado em espaço público, as questões primárias prendem-se com a transição da estrutura viária, algum tratamento de superfícies e essencialmente a falta de equipamento urbano, nomeadamente iluminação. Este é um ponto de grande importância que não deve ser descurado, uma iluminação inadequada ou inexistente pode levar à completa marginalização de um espaço nas horas de menor exposição solar.

A crise económica mundial de 2008 teve um grande impacto na construção nacional, a qual levou à falência de uma série de pequenos e médios construtores, que estariam responsáveis pela conclusão de muitos projetos de loteamento. Como consequência múltiplas moradias em banda e vários quarteirões de vivendas unifamiliares ficaram incompletos, com um ou mais fogos por concluir.

Dada a interrupção indefinita dos processos de construção alguns moradores em lotes vizinhos aproveitaram para se apropriarem espontaneamente destes espaços para o cultivo de pequenos jardins e hortas privadas.

Sensivelmente desde 2016 o ramo da construção em Portugal encontra-se numa posição melhor do que há dez anos atrás. Isto resultou num novo ímpeto construtivo, e de facto, em Lamações começaram a surgir novos loteamentos assim como o completar de processos mais antigos.

Há, no entanto, exemplos em que estes pequenos lotes detêm uma grande importância estratégica quando a sua aquisição possibilita a consolidação das acessibilidades para uma parcela de maiores dimensões. Um exemplo característico pode ser encontrado na Rua do Alambique em que os dois últimos lotes, não estando edificados, apresentam a possibilidade de consolidar uma ligação para uma grande área livre que por sua vez está em contacto com a avenida D. João II.

2.1.2. Transformação

Assim voltamos a colocar a questão central da investigação: Como intervir nas áreas intersticiais de um espaço densamente urbanizado com vista a criar espaços verdes para uso público?

Recentemente, em visita ao parque da Peneda do Gerês, mais especificamente à área que engloba a “Pedra Bela” e as cascatas, assim como várias zonas de merendas e campismo, o autor constatou que o património natural gozava de uma visibilidade aparente. Ao longo do trajeto automóvel, não havia uma fonte ou tanque que não estivesse devidamente sinalizado por uma das muitas placas marcadas com o brasão do parque. Mais impressionante era o facto de que toda a fonte estar dotada de um nome próprio e distinto. Ainda mais, a evidência destes espaços, em contacto direto com a via de acesso principal, e a colocação de um banco de pedra ou mesa, proporcionam ao visitante uma serie de oportunidades para parar e descansar, beber água ou comer, e a possibilidade de enveredar por caminhos florestais a pé. Contrastando com Lamações, o Gerês apresenta uma valorização e integração mais sofisticada do património primordial na sua morfologia.

É certo que o Vale de Lamações é um sistema de uma densidade e complexidade formal muito superior à do parque do Gerês, cujo único elemento estruturante que se apresenta são esses mesmos vestígios de ruralidade. Lamações conta com uma infinidade de outras funções que operam numa mescla de escalas e tipologias, apresentando tudo desde grandes superfícies comerciais, comércio em galeria, restauração, cafés, padarias, esteticistas, farmácias, comércio local, habitação em banda, vivendas unifamiliares, edifícios de habitação multifamiliar, moradias rurais, parques, campos de jogos, etc. Isto, no entanto, não invalida as lições que podem ser tiradas do modo como o património é tratado no Gerês. Argumentamos que estas questões assumem uma maior importância e urgência devido ao contexto em questão, de uma periferia urbana em rápido processo de consolidação, podendo as recompensas de ações conscienciosas ser exponencialmente maiores por surgirem em contraste com uma política de ordenamento do território deficiente que se estende já há várias décadas.

Na “era urbana”, na qual “a única possibilidade para atuar encontra-se no mundo urbano”²⁶ (Zardini, 2008, p. 12), Mirko Zardini, diretor e curador chefe do Canadian Centre for Architecture, defende um modelo de cidade “pós-desenvolvimento” (pós-capitalista/consumista). Em “Actions: what can we do with city” são apresentadas um conjunto de “práticas singulares”, criativas e alternativas, que visam a reocupação do espaço urbano com novos usos: “Andar, jardinagem, reciclar e jogar”²⁷ (Zardini, 2008, p. 16). Neste contexto, devem também ser contemplados os interstícios, considerados como espaços de experimentação. Para Santiago Cirugeda (2011), arquiteto espanhol fundador do estúdio Recetas Urbanas e da rede colaborativa Arquitecturas Colectivas, deve-se intervir nos espaços vazios resultantes do crescimento urbano. O principal quadro teórico que suporta os princípios de intervenção é o trabalho de Vladimir Bartolini (1987), nomeadamente a aplicação de uma lógica de preservação e cultivo dos valores paisagísticos, como vai ser desenvolvido posteriormente.

²⁶ “the only possibility for action now lies within the urban world”

²⁷ “Walking, gardening, recycling, and playing”

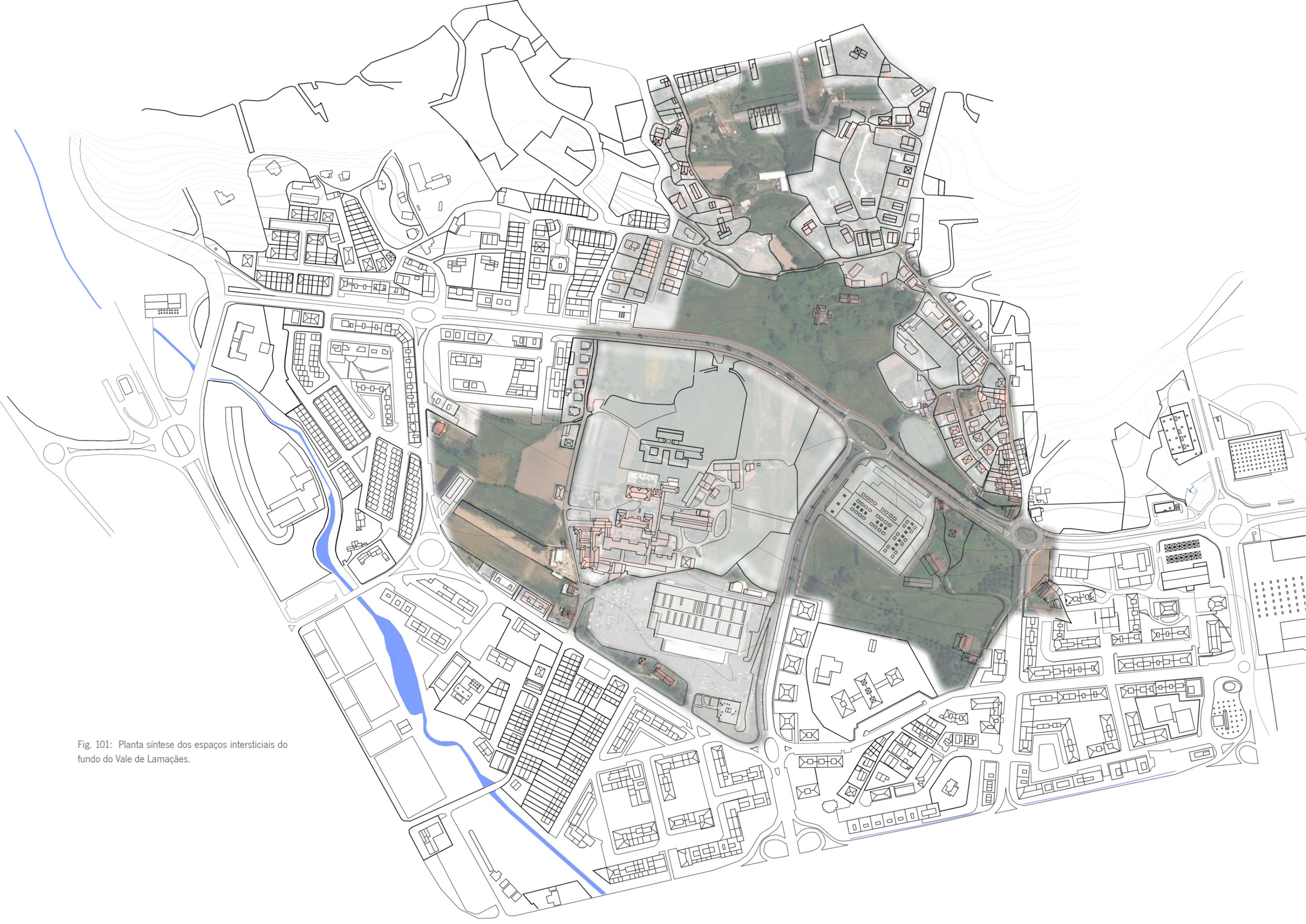


Fig. 101: Planta síntese dos espaços intersticiais do fundo do Vale de Lamações.

2.2. SISTEMA DE VALORES PARA AS ÁREAS INTERSTICIAIS DO VALE DE LAMAÇÕES

Neste contexto de constante mudança é natural que se peçam respostas rápidas para problemas complexos. Uma área densamente povoada vai estar sujeita a diversas forças e influências por vezes divergente. Especificamente, uma dada área (sob a forma de um campo ou parcela) pode estar sujeita aos interesses de várias “fações”: os donos do terreno, os moradores do quarteirão ou da freguesia, interesses políticos ou de outras organizações. Por sua vez os interesses podem ser divergentes nos seus objetivos, estes podem ser motivados por razões: económicas/especulativas, recreativas/lúdicas ou ambientais.

É por esta razão que é mais necessário que nunca um conjunto de valores que consiga preservar a integridade desde as partes (os interstícios) até à paisagem na sua plenitude. Estes valores devem constituir uma filosofia que guie o modo como percebemos a paisagem, como a representamos e intervimos sobre ela independentemente de qual seja a função designada para a área a intervir.

Como ponto de partida devemos estar conscientes da história dos lugares, quais as atividades que suportavam e como isso marca a sua forma. A preservação dos artefactos do passado não deve ser, como diz André Corboz, “fetichista”, muralhando esses fragmentos como quem os tenta cristalizar. A mudança é inevitável, é a constante universal que dita a sobrevivência de todas as coisas, vivas e inanimadas, reais ou abstratas, assim sendo, caso pretendamos que estes espaços sobrevivam, temos que estar cientes que só o farão através da sua transformação. A existência prolongada num estado de indefinição, ou entropia dita a eventual aniquilação do espaço e da sua identidade. Os interesses pessoais, ou de certos grupos vão ter prioridade na ausência de um plano vigente.

As vantagens da preservação dos estratos encontram em primeiro lugar vantagens de natureza prática, através da ecologia e preservação de recursos que contribuem para a proposta economicamente benéficas a curto, médio, e longo prazo. Um espaço que se sobreponha às lógicas naturais vigentes inevitavelmente vai estar muito mais sujeito à degradação gradual e a eventuais desastres sob a forma de erosão, inundações, aluimentos de terra, “ilhas de calor”, entre outros.

Além de ir ao encontro das especificidades do lugar uma proposta de intervenção tem que encontrar igual ressonância com os desejos e necessidades da população. Por vezes a necessidade passa pelo simples desejo de espaço livre, de fácil acesso e propício à recreação.

O crescimento urbano cria uma situação contraditória no tocante às áreas verdes e espaços livres: ao mesmo tempo que a demanda por estes espaços aumenta, a sua oferta diminui. O estoque de áreas públicas para esta função pode ser pequeno ou nulo, e o preço da terra muitas vezes coloca fora de coagitação a aquisição de novas áreas ou só a possibilita em locais muito afastados, ainda de difícil acesso pela população. (Bartalini, 1987, p. 51)

Nesta tese propõe-se, como já foi referido anteriormente a aplicação de uma lógica de preservação e cultivo dos valores paisagísticos definidos por Vladimir Bartalini, englobando: valores visuais (referenciais), valores recreativos (utilização) e valores ambientais.

Resumidamente para integrar uma área livre na urbanidade é ideal o cultivo e interligação destes valores, que atendem à necessidade que as pessoas têm de se vincular com o espaço, através da identificação de símbolos e da expressão da sua individualidade, sem negligenciar a importância da qualidade ambiental urbana.



Fig. 102 a 106: Imagens do interior da Fonte de Fraião.

2.3. MONUMENTOS

Os monumentos, não estando sequer sinalizados, aparecem muito raramente, rodeados de um ambiente digno. Mais de 90% dos inquiridos não conheciam qualquer facto passado relativo ao Vale, um único monumento que fosse, e nem qualquer festa tradicional. Porém, todas as freguesias continuam a manter as suas festividades desde longa data, assim como um considerável conjunto de elementos de interesse arquitectónico. (Freitas, 2002, p.8)

Antigo Posto Agrário de Braga (Lamações)

O Posto Agrário de Braga estava localizado em pleno Vale de Lamações, na Freguesia de Fraião. Este equipamento terá funcionado, pelo menos, desde 1929 como se pode verificar pela participação na produção de várias publicações dedicadas ao estudo da agricultura, em colaboração com os postos agrários de todo o país. No posto de Braga em específico foram realizadas as primeiras experiências de milho híbrido e lúpulo de todo o país.

No plano do Arquitecto Mário Abreu, na planta de Unidades de Intervenção, a propriedade em questão integra a Unidade de Intervenção E2. Este quarteirão, com uma área total de 13,63 ha., é composto pelos fragmentos de mais três propriedades, duas dedicadas à habitação coletiva e a última recebeu a superfície comercial do Leroy Merlin.

Apesar de ter sido preservada quase na sua totalidade, devido ao seu estatuto patrimonial (com a exceção da área cedida para a construção da Escola de Lamações), atualmente a propriedade encontra-se vedada e em estado de abandono. Inexplicavelmente a proposta do Plano de Urbanização de 1991 de tornar a área restante num parque urbano nunca foi realizada apesar de haver condições e pertinência para tal, atendendo ao seu valor estratégico à escala do quarteirão (uma vez que ocupa o seu miolo) e valor histórico e patrimonial para o Vale. O edifício do antigo posto agrário em si está num avançado estado de degradação, com o telhado do edifício principal quase totalmente colapsado.

Fonte e Tanque junto à Makro

Junto à Makro, fazendo frente à rotunda da Avenida Dom João II (unidade de intervenção H2 no plano de 1991), existe uma fonte com um baixo-relevo que coloca a sua origem em 1858.

Fonte de Fraião (Fonte das Águas Férreas)

Fonte que goza de uma certa popularidade entre os locais devido às supostas qualidades da água. Não é incomum encontrar pessoas a recolher dezenas de bidões desta água para consumo próprio e possivelmente para venda.

A Fonte, localizada nas traseiras do Minho Center (unidade de intervenção F2 no plano de 1991), é uma reconstrução de 1997. A estrutura original dataria há mais de 300 anos atrás, contruída em 1773, é provável que a sua destruição tenha sido um efeito colateral da construção da grande superfície comercial, no início da década de 90.

Tanque da Rua do Pinheiro

Tanque de água localizado na Rua do Pinheiro quando esta intersecta a Rua da Via Cova (unidade de intervenção H3 no plano de 1991).

Tanque da Vila Cova

Este tanque discreto pode ser encontrado num caminho intersticial localizado entre a Vila Cova e a antiga Quinta do Bom Real (unidade de intervenção H1 no plano de 1991).

Apesar da sua obscuridade, o tanque ainda conhece algum uso esporádico por parte dos moradores mais antigos da zona para a lavagem de roupa.

PATRIMÓNIO ANÓNIMO DO VALE DE LAMAÇÕES

Aproximação ao Território



Fig. 107 a 109: Imagens do Monte e da Capela da Nossa Senhora da Consolação



Fig. 110 a 111: Imagens da Capela da Nossa Senhora da Consolação e de um equipamento bar / restaurante.

Tanque da Travessa do Eucalipto

Tanque de água localizado na Travessa do Eucalipto (fora da área de intervenção do plano de urbanização de 1991).

Castro e Capela da Nossa Senhora da Consolação

O Castro da Nossa Senhora da Consolação é um monte situado na vertente do Vale (cota de 300 a 330 metros²⁸) e um local dedicado ao culto cristão, que apresenta achados arqueológicos sugerindo que a sua ocupação remonte à idade do Ferro (1.200 – 1.000 a.C.). Vestígios, como um fosso defensivo e restos de muralhas, revelam a função do castro como antigo ponto estratégico militar da cidade devido à sua posição elevada.

A Capela, por comparação, é mais recente, data desde o século XVI (a primeira confraria é de 1517) e está rodeada de outros fragmentos históricos como vários capitéis de granito, sendo que um deles serve de pedestal para um cruzeiro da via-sacra.

Mais abaixo, na freguesia de Tenões teria existido um templo consagrado a uma divindade pagã, possivelmente dedicado à deusa galaica da água e dos rios Nabia²⁹. (União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, 2013)

Atualmente este local recebe o festival anual Castro Galaico que se realiza no Verão, habitualmente na primeira quinzena de Julho. O festival dura três dias e promove música e tradições de origem castreja³⁰. No entanto a zona é de difícil acesso, especialmente para peões devido à grande inclinação da vertente, falta de passeios, iluminação e estacionamento. Temos ainda a agravante adicional de só existir um acesso qualificado para o Castro, através Rua da Nossa Senhora da Consolação, que para além de exigir um desvio pouco intuitivo, para dentro de um quarteirão de morfologia confusa, não apresenta nenhum tipo de sinalização apropriada³¹. Estes fatores contribuem para o relativo anonimato do que deveria ser um espaço de referência para os habitantes do Vale, que regra geral são ignorantes da sua existência, exceto os moradores mais próximos e antigos.

²⁸ Isto põe o Castro fora da área delimitada pelo Plano de Urbanização de 1991. Apesar da base do monte ter sido fortemente urbanizada, em direção a sudeste, nas traseiras, encontramos uma área do Vale que mantém uma grande percentagem de solo de uso agrícola quando comparado com o resto do Vale.

²⁹ “Nabia ou Navia, deusa aquática adorada na Lusitânia (...) surge relacionada com nomes de rios e localidades próximas de ribeiras e nascentes. São exemplos os rios Nábios, Neiva e mesmo Nabia, ou a vila da Nava, na Galiza; Nabais e Nabainhos, na Serra da Estrela; Naves, povoação próxima de Evendos, região de nascentes e barragens; ou o rio Nabão, que deu origem a Nabância, a 2 km do que é hoje Tomar. Em Braga a milenar Fonte do Ídolo, (...) tem uma pedra com a inscrição “Tongoe Nabiago” que algumas versões apontam como um juramento a Nabia.” (Soares, 2010, p. 214)

³⁰ “Os aspetos particulares da Zona Noroeste da Península Ibérica, onde se destacam as acentuadas variações de relevo, impeliram à formação, desde a Idade do Bronze, de povoados que obedeciam a critérios de defesa e visibilidade, refletindo um período histórico de apenas alguns séculos, durante o qual as mudanças económicas e sociais originaram a edificação de um grande número de povoados fortificados em zonas de relativa altitude. Estes espaços, denominados castros (base para o conceito de cultura castreja), vão caracterizar toda esta zona geográfica, frequentemente referida e descrita pelas fontes clássicas, gregas e latinas e sobretudo por Estrabão.” (Infopedia, 2019)

³¹ Segundo os ortofotomapas a que tivemos acesso a ocupação do sopé do Monte é muito anterior à formulação do plano de urbanização remontando pelo menos a 1958. Como verificamos em muitos outros casos o problema nasce da falta de um plano de urbanização que propusesse uma hierarquia viária para o resto do Vale antes que este se consolidasse sob o capricho dos interesses pessoais ou privados.

2.4. “O PATRIMÓNIO É UM ESPELHO DO PASSADO”

Os vestígios do antigo paradigma rural ligado à água surgem hoje anónimos, invisíveis para a população que se fixou no Vale atraída pelos preços baixos dos novos apartamentos e vivendas que surgiram em grande número no início dos anos noventa.

A fonte de Fraião, ou das águas Férreas, é um exemplo agridoce de uma vontade de resgatar e reconhecer o património da freguesia. A estrutura em si é uma reconstrução de 1997 do que seria uma fonte com mais de trezentos anos originalmente erguida em 1773, esta encontra-se agora num modesto jardim encaixado entre as traseiras da grande superfície comercial que é o Minho Center e a Avenida D. João II.

É tentador concluir que a destruição desta fonte tenha ocorrido como consequência da construção da megaestrutura (hipermercado), o autor questiona se a verdadeira razão por detrás da destruição do património é a falha sistemática da Câmara de Braga e dos poderes políticos vigentes de dotarem as periferias da cidade de planos de urbanização e de estudo prévio conscientes das estruturas naturais e primordiais que ordenavam o território.

Na pedra que assinala a fonte de Fraião está escrito “O património é um espelho do passado”. Olhando para o Vale pode-se afirmar que esse espelho está partido, mas os fragmentos ainda existem, o que este trabalho propõe é um resgate destes mesmos fragmentos que detêm o potencial de ancorarem propostas de requalificação dos espaços envolventes, dos baldios devolutos e dos campos abandonados. Existe neste momento uma janela de oportunidade para agir e proporcionar aos moradores do Vale um nível de qualidade de vida superior ao que conheceram até agora.

3. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

3.1. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO PARA AS ÁREAS LIVRES DO VALE

3.1.1. Evolução do Planeamento Urbano: Enquadramento Teórico

Peter Hall (2014) descreve a mudança do paradigma da teoria e prática do planeamento urbano durante a década de 50 do século XX, no seu livro *Cities of Tomorrow*. Entre 1930 e 1955, a escola de pensamento prevalente não assentava em nenhum tipo de teoria de trabalho ou metodologia estabelecida como a compreendemos hoje. O planeador aplicava a sua estratégia conforme a sua intuição guiada por um certo determinismo arquitetural: um processo que assentava na prospeção do lugar seguido de uma fase analítica passando diretamente para o projeto. O produto final consistia numa estrutura de usos fixos para as parcelas.

A revisão e transformação da proposta não era necessária uma vez que a solução final era considerada a solução correta. Esta lógica é contrária às noções atuais de planeamento que assenta numa lógica que conceptualiza a cidade como um organismo sujeito a forças políticas, sociais, e económicas em constante diálogo e confronto. Significando que a resposta para um problema ou o programa proposto, pode não ser apropriado em cinco ou dez anos devido à transformação do contexto urbano. Segundo o autor este contexto é em parte modelado, de modo a dar resposta às ambições e necessidades da população, sem esquecer o efeito impactante da tecnologia (meios de comunicação e transporte). O facto de a prática desta disciplina ter existido num panorama meramente técnico é parte da razão de alguns planos falharem ao nível da escala, organização e lógica. O arquiteto, ao isolar-se da humanidade inerente às lógicas de organização social, corre o risco de criar um produto inabitável. Mas segundo Hall (2014) uma solução deste tipo era tida como ideal, a mudança e transformação constante era vista como impraticável e mesmo indesejável.

Não devemos cair na tentação de declarar estas noções como ignorantes, a sua razão de ser está profundamente ligada com o contexto histórico da altura, de uma sociedade e economia em declínio devido ao impacto da segunda guerra mundial.

It was, as Batty calls it, planning's golden age: the planner, free from political interference, serenely sure of his technical capacities, was left to get on with the job. And this was appropriate to the world outside (...): a world of glacially slow change – stagnant population, depressed economy – in which major planning interventions would come only seldom and for a short time, as after a major war. Abercrombie, (...), actually wrote that a major objective of the plan should be to slow down the rate of change, thus reducing the rate at which structures became obsolescent – the ideal city would be a static, stable city. (Hall, 2014, 1980, p. 390)

Na América, e um pouco por todos os países industrializados, foi o *baby boom* dos anos 50 que desafiou o conceito de propostas urbanas cristalizadas. O grande aumento demográfico, juntamente com um forte mercado do pós-guerra, cria a necessidade imediata de expressão no mundo real sobre a forma de infraestruturas e equipamentos como hospitais, escolas, fábricas e escritórios, entre outros.

Naturalmente a necessidade de uma nova teoria do planeamento levou a que, entre 1953 e 1957, se desse uma revolução no currículo das escolas de planeamento. Estas teorias foram sintetizadas pelo economista americano, Walter Isard, colocando a ênfase do estudo da geografia humana nos modelos de economia local da escola Alemã. A cidade é conceptualizada como um sistema complexo ao qual para dar a resposta mais adequada é necessário considerar menos as questões de design, relacionadas com a atividade enquanto arte, colocando a ênfase nas realidades socioeconómicas do lugar, do domínio das ciências sociais.

O número de exemplos que podem ser dados para argumentar as falhas do método antigo são muitos, mas essencialmente, a questão assenta no princípio que os urbanistas vão aprender que não é viável fazer propostas fixas na cidade moderna. O ritmo da mudança é demasiado elevado e imprevisível de modo que o projeto vai ter que acomodar espaço para alterações e estabelecer objetivos a curto, médio, e longo prazo.

É devido a estas mudanças paradigmáticas no que se entende por urbanismo que se torna necessário

abdicar da ideia do projeto como produto finalizado, optando pela ideia de um processo de resposta a estímulos, através da constante mudança e adaptação dos objetivos.

A hegemonia das tecnologias para o planejamento urbano parecia absoluta, era atrativo pensar que se tinha encontrado a solução para todos os problemas da organização do espaço público. No entanto, tornou-se evidente que os elementos analisados não eram absolutos, a sua representação era sempre algo subjetiva, mesmo o ato de desenhar um mapa vetorial constitui uma síntese da realidade no qual se é filtrado uma infinidade de complexidades cuja relevância não é sempre aparente ou quantificável. O uso das ferramentas tecnológicas também revelava as suas limitações quando confrontada com objetivos contraditórios inerentes às idiossincrasias da realidade.

3.1.2. Análise dos Estudos de Caso

Uncertainty is strongly linked to places in transition, disused places, places that have become partially wild, that are cracks in the fabric, holes in the landscape. These places occur between cities or at the periphery of cities. (...) Designing these transitional territories requires a complete reassessment of the accepted ideas of urban public spaces in the European tradition: (...) idealized landscapes are not applicable in the context of these holes. They freeze the temporal potential, they destroy the wilderness. (Beigel e Christou, 1999, p. 208)

The presence of land and its accumulated physical culture (...) are intensified or at least made visible, and therefore utilized for their «potential to reconstruct the Whole, resurrect the Real, reinvent the collective, reclaim maximum possibility... in a landscape of disarray, disassembly, dissociation, disclamation... (Beigel e Christou, 1999, p. 210)

Como já foi referido, a base sobre a qual se vai intervir não é o equivalente a algo como uma tela em branco. O território foi escrito e rescrito tanto por processos humanos como por atos naturais resultando na sobreposição contínua de estratos.

Esta é uma noção partilhada por vários autores, nomeadamente André Corboz, principal teórico, e pelos arquitetos Florian Beigel e Philip Christou que aplicaram estes conceitos na arquitetura urbana contemporânea de regeneração de espaços pós-industriais. O projeto de Witznitz na Saxônia tem como contexto uma antiga região que se focava na exploração mineira para a extração de carvão castanho. Ao longo de 80 anos a paisagem foi irreversivelmente transformada através da formação de montanhas e lagos artificiais pontuadas pela presença das antigas estruturas industriais. O abandono destas práticas esteve ligado diretamente com a queda do muro de Berlim e a reunificação da Alemanha. Estes eventos levaram à redução da mão-de-obra em cerca de 90% quase de um dia para o outro (de 60,000 efetivos para 6000).

Litchterfelde Sud, em Berlim, segue uma história semelhante, uma vez que se trata de um espaço cujo abandono está também intimamente ligado com a história da guerra fria e o que era a antiga República Democrática da Alemanha. Aqui são identificados quatro tipos de paisagem: a composição geológica formada pelo mar e fenómenos de sedimentação, os campos agrícolas do século XVIII transformados no sistema cooperativo de quintas do pós-guerra, as topografias defensivas artificiais do exército e a biodiversidade da região selvagem que, entretanto, se estabeleceu.

Sendo projetos para a reabilitação de espaços indeterminados, propomos que é pertinente servirem de modelo de intervenção e referência para a formulação dos princípios de intervenção relativa ao Vale. No entanto, também é relevante notar que existem distinções entre a natureza dos estudos de caso e o Vale. Imediatamente, Lamações não pode ser classificado como um terreno pós-industrial, o fenómeno de industrialização nunca ocorreu nesta zona da cidade e até meados dos anos 90 foi a agricultura a principal atividade que modelou a paisagem, seguido de um rápido fenómeno de urbanização destinada à habitação, procedido pela consolidação de vários focos de comércio de grandes superfícies, restauração e outros serviços. Os espaços agrícolas ainda presentes permanecem até hoje largamente intocados, a maioria desapareceu quase sem deixar vestígios, exceto a morfologia visível com a sobreposição de ortofotomapas.

3.2. INFRAESTRUTURA DA PAISAGEM

3.2.1. Aproveitamento dos Interstícios

Segundo o atual Vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Braga, Prof. Doutor Miguel Bandeira, parte do problema da gestão territorial das periferias prende-se com questões de natureza legal, especificamente a pendência dos direitos adquiridos das propriedades designadas nesta tese de espaços intersticiais. Isto significa que a grande maioria dos terrenos tem dono e provavelmente um processo de loteamento já aprovado, ainda que não realizado. Regra geral, parece não importar há quanto tempo o processo de construção da obra está em espera, prevalece o facto de que os direitos para esse projeto são irrevogáveis.

Ainda assim existe a opção de solicitar ao proprietário do loteamento uma fração da área destinada à expansão da via pública. Caso o proprietário do terreno por urbanizar se recuse a ceder uma fração à Câmara existe a possibilidade de aplicar uma coima. Acontece que geralmente os terrenos do Vale de Lamações se encontram extremamente valorizados no mercado imobiliário, o que significa que a multa é geralmente negligenciável quando confrontada com o lucro previsto.

Na prática, a estratégia delineado procura evitar estas questões legais através da escolha ponderada de terrenos que obedeçam a critérios que contribuam para a realização do objetivo especificado:

- Inexistência de um processo de loteamento.
- Escolha preferencial de terrenos que pertençam a proprietários que revelaram uma relutância em urbanizar o mesmo num longo período de tempo.

Para verificação deste fator foi necessário recorrer a um cruzamento de três cartas: planta de parcelamento anterior a 1991 (incluída no Plano de Urbanização de 1991); planta de parcelamento mais recente (2018); planta dos processos de loteamento aprovados.

Na primeira planta encontramos a estrutura parcelar original. Esta estrutura foi suplantada pela abertura de vias de circulação viária (visíveis na segunda carta), o que afeta a leitura do referido parcelamento original, sendo que este prevalece relativamente aos direitos de propriedade. A última carta permite uma confirmação adicional destas tendências (abertura dos processos de loteamento mais recentes).

- Escolha preferencial de terrenos de grande dimensão de modo a facilitar a gestão e manutenção do território. Um espaço público fragmentado, isto é, sem continuidade, implica uma gestão mais complexa e onerosa.
- Escolha preferencial de terrenos cuja grande parte do perímetro esteja em contacto direto com o espaço público existente.
- A aquisição de parcelas de dimensão reduzida quando a sua importância estratégica o justifica.
- Priorizar a identificação e reabilitação do património do Vale e das áreas associadas (ver subcapítulo 2.3.).

3.2.2. Rede Viária e Pedonal

A infraestrutura planeada concentra-se em grande parte no miolo agrícola do fundo do Vale (paisagem tipo 3), e divide-se em duas categorias: uma rede de circulação pedonal e ciclovia, que espelha as mesmas intenções presentes no plano de urbanização parcial, ou seja, de complemento à rede viária existente; e a expansão e regularização das próprias vias de circulação automóvel, em casos de reabilitação de antigos caminhos vicinais, e criação de acessibilidades para novas habitações planeadas,

que no seguimento do plano do arquiteto Mário Abreu, serão designadas de distribuição local e de acesso local (este tipo de intervenção irá incidir principalmente sobre a Vila Cova e a rua homónima). Uma rede associada aos espaços intersticiais do Vale permitirá o atravessamento de vários quarteirões, tanto no sentido Norte-Sul, ao longo do Vale, como Nascente-Poente, fazendo a ligação entre o fundo e a vertente.

Para além dos casos descritos, várias oportunidades de trabalhar o espaço público, e os acessos pedonais, surgem associadas aos vários loteamentos inacabados na zona da vertente. Como já foi referido existem vários lotes de habitação vazios, alguns destes espaços apresentam até casos de apropriação espontânea, como a criação de jardins de cultivo ou pequenas hortas no seu interior. Estas zonas podem ser de interesse estratégico quando surgem como oportunidade de criação de passagens entre quarteirões e dentro dos mesmos de modo a evitar a entropia dos becos sem saída e criar acessibilidades pertinentes de modo a reforçar as relações de vizinhança.

3.2.3. Tratamento de Superfícies

Em linha com o que já foi discutido anteriormente (ver exemplos de Beigel e Christou, 1999), o tratamento das superfícies das áreas de intervenção deve seguir uma lógica de preservação do subsistema hidrológico e do “continuum naturale”. Para este efeito propomos uma solução que evite a impermeabilização dos solos, exceto quando necessário, em casos de edificação ou criação de vias de circulação. Assim, passamos a especificar os seguintes casos:

- zonas verdes (livres), de relvado, destinado ao uso público;
- áreas loteáveis;
- parcelas associadas às áreas loteáveis para a criação de jardins comunitários;
- infraestrutura viária³² e rede de circulação pedonal de acesso aos lotes, espaços de permanência exteriores, e consolidação da malha preexistente.

Apesar de as funções planeadas para as diversas zonas estarem bem definidas na proposta, esta deve acomodar um certo grau de flexibilidade, de modo a poder responder a mudanças imprevistas nas dinâmicas urbanas.

3.2.4. Equipamento Urbano

Uma vez resolvidos os problemas de acessibilidade e estrutura os espaços necessitam de ser dotados de equipamentos essenciais para a potenciação do valor recreativo e utilitário para a comunidade.

- Iluminação

Como já foi referido ao longo do capítulo 2 uma problemática transversal a todos os interstícios (assim como muitas zonas urbanizadas da vertente) é a falta de iluminação. De modo a combater a marginalização destas áreas deve ser feito um esforço considerável de as iluminar adequadamente.

- Recolha de Lixo

Outro problema que é transversal ao espaço público do Vale é a presença de lixo ao longo do perímetro dos espaços não edificados. Apesar de recentemente ter havido um esforço por parte da câmara de dotar muitos quarteirões com novos pontos de recolha de lixo, prevalece o facto que os espaços sem projeto de loteamento (como grande parte do perímetro da avenida João Paulo II) não beneficiaram desta intervenção.

³² Seguindo a lógica estabelecida na Memória Descritiva do Plano de Urbanização de 1991 (pág. 8), estas vias são designadas de: distribuição local, que, através da integração e correção do traçado de arruamentos e caminhos vicinais preexistentes, “subdividem os espaços criados pelas hierarquias superiores”; acesso local, que, ao contrário do Plano, o traçado pode ser observado na planta XXX.

- **Escoamento e Condução das Águas**

Ao estabelecer os limites parcelares e funcionais dos terrenos em análise, procuramos, sempre que possível, respeitar a morfologia agrícola subjacente. Parte deste esforço passa pela reintrodução de um sistema de condução de água à superfície, cumprindo a dupla função de garantir o escoamento das águas, e de reavivar a memória da antiga ruralidade do Vale. Devido ao método de ocupação dos solos este sistema foi abandonado em favor da canalização subterrânea das linhas de água. Aqui pretendemos aproveitar a possibilidade de dotar o Vale de um sentido de identidade que tem vindo a perder. Um sistema funcional para a absorção e escoamento das águas nos períodos de maior pluviosidade é fundamental para evitar fenómenos de erosão da via pública característicos na vertente e fundo de Vale. Em linha com o defendido no relatório respeitante à elaboração de orientações estratégicas de âmbito nacional para recursos hídricos superficiais (FCTUL, 2010), os cursos de água canalizados devem, sempre que possível, ser renaturalizados³³.

- **Coberto Vegetal**

Para garantir o conforto dos peões em tempos de temperaturas elevadas ou pluviosidade acentuada, planeamos a plantação de árvores³⁴ em intervalos regulares, ao longo de todas as novas vias de distribuição e acesso local, assim como nas vias de distribuição geral preexistentes que se revelem em falta (novamente, como se verifica ao longo da avenida João Paulo II).

³³ Segundo o Decreto-Lei Nº 166/2008, alterado pelo Decreto-Lei nº 239/2012, os cursos de água devem assegurar as seguintes funções: "i) Assegurar a continuidade do ciclo da água; ii) Assegurar a funcionalidade hidráulica e hidrológica dos cursos de água; iii) Drenagem dos terrenos confinantes; iv) Controlo dos processos de erosão fluvial, através da manutenção da vegetação ripícola; v) Prevenção das situações de risco de cheias, impedindo a redução da secção de vazão e evitando a impermeabilização dos solos; vi) Conservação de habitats naturais e das espécies da flora e da fauna; vii) Interações hidrológico -biológicas entre águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente a drenância e os processos físico -químicos na zona hiporreica."

³⁴ A espécie selecionada e o intervalo entre as árvores estão relacionados e em proporção com a hierarquia viária.

3.2.5. Plano de Edificação: Tipologias

A periferia de Braga Sul conheceu nos últimos anos uma significativa valorização do mercado imobiliário e da indústria da construção.

Considerando, pragmaticamente, uma lógica de mercado, e em conformidade com a política de gestão territorial municipal, um aproveitamento do espaço livre para uso público pode contribuir também para a valorização imobiliária pela melhoria da qualidade de vida e da paisagem.

De modo a assegurar este objetivo, definimos uma lógica de implantação segundo os seguintes termos:

- Privilegiar a implementação de projetos de loteamento de baixa densidade, como habitações unifamiliares (moradias e habitação em banda) de modo a evitar o exacerbar da pressão demográfica sobre o Vale. Deste modo também podemos assegurar uma proporção adequada de espaço verde privado e público em relação à área construída, e sempre que possível preservar a massa arbórea original.
- Estabelecer espaços ajardinados de uso público e privado, destinados ao lazer ou a práticas agrícolas. Isto pode ser conseguido através de um espaço de logradouro, ou uma envolvente verde razoável.
- A implementação dos projetos de loteamento deve procurar minimizar a transformação da topografia sempre que possível (através de trabalhos de movimentos de terras e terraplanagem). Para este efeito os locais escolhidos seguem o critério de evitar as zonas de risco descritas nos estudos de Virgínia Teles e Manuela Laranjeira, ou seja, as zonas de maior inclinação e máxima infiltração e acumulação das águas pluviais.
- Para os edifícios deve ser estabelecido um limite de quatro pisos, procurando uma média de dois/três pisos por habitação. Num eventual caso em que se exceda o limite estabelecido, o último piso deve ter a fachada recuada em relação ao piso subjacente, de modo a diminuir o impacto sobre a paisagem.
- Para cada habitação deve ser garantido um número adequado de lugares de estacionamento privados de modo a evitar a ocupação excessiva da via pública. No mínimo deve se assegurar uma garagem com três lugares para cada habitação.
- Reabilitação dos edifícios existentes, como o da Quinta da Vila Cova e do antigo Posto Agrário. Estes edifícios devem ser dotados de novas funções comunitários e/ou didáticas, como o apoio ao desporto, arte e cultura, e formação sobre a história do Vale.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Braga tem conhecido uma intensa e acelerada urbanização, sobretudo no século XX, que, à semelhança do que acontece(u) noutros processos em Portugal e no mundo, desconstruem a clássica oposição cidade-campo. Contido até à década de 70, o crescimento tornou-se brusco e tentacular nas décadas seguintes.

Uma das zonas mais representativas desta expansão urbana é o Vale de Lamações. Enquadrado pelas avenidas João Paulo II, contígua com o rio Este, e Frei Bartolomeu dos Mártires no fundo do vale que se eleva mais 300 metros para o topo coroado pelos Santuários Cristãos do Bom Jesus do Monte e da Nossa Senhora do Sameiro; a zona de vertente em questão faz parte do que foi, entre 1991 e 2001, o maior aumento do edificado urbano e crescimento populacional a Norte de Portugal. Em tempos passados, um vale predominantemente agrícola, com área florestal a dominar as zonas mais declivosas e inacessíveis, hoje uma zona densamente urbanizada, onde coexistem os dois tempos traduzidos, por um lado, nos resquícios do passado designadamente espaços ainda dedicados a produção do sector primário, e, por outro, a contemporaneidade urbanizada, designadamente o espaço edificado e rede viária que foram crescendo nas últimas décadas. Este crescimento, fruto de um processo de urbanização expansiva e extensiva, teve efeitos negativos decorrentes da prevalência da lógica de mercado combinada/ agravada pela omissão de planeamento, da falta de qualidade de muito do novo edificado, do défice de espaços verdes para uso público, entre outros.

Em 1991 foi delineado o “Plano Parcial de Urbanização do Vale de Lamações” considerado pela a autarquia como uma área estratégica de crescimento da cidade. De acordo com o plano, que era acompanhado por um regulamento, a área destinada a loteamentos seria de 139,48 hectares, dos quais 59,19 e 19,86 destinados a área agrícola e florestal respetivamente (área não edificável) e os restantes a rede viária, comércio, serviços, indústria (apenas 1 Ha), prevendo ainda um conjunto de equipamentos. A memória descritiva revela a preocupação em encontrar um equilíbrio entre o espaço rural e florestal com a inevitável e rápida expansão da cidade, procurando a “formulação de uma solução estrutural globalizante” e sublinhando o risco de perda de “uma zona com excelente aptidão agrícola” caso a expansão fosse entregue somente às vontades do mercado.

O plano não foi completado ou formalmente implementado. No entanto, o fundo do Vale ainda beneficiou da construção de uma estrutura viária com uma hierarquia bem definida, ao contrário da vertente, área declivosa e de lotes irregulares e, portanto, problemática do ponto de vista urbanístico. Esta zona, a nordeste na vertente, entre a Rua da República e a Rua do Pinheiro, não foi contemplada nas cartas de planeamento originais, e como consequência viu o aparecimento de quarteirões segundo a forma das estruturas parcelares originais, em que a rede viária surge como ato de asfaltar e aumentar os caminhos rurais adjacentes.

A ausência de regulação permitiu uma expansão urbana destrutiva para os elementos estruturadores da antiga ocupação classificados como Reserva Ecológica e Agrícola Nacional (REN e RAN) e o “continuum naturale”, com consequências nefastas ao nível da zona agrícola, impermeabilização do solo, cheias e inundações fluviais, potencial instabilização das vertentes, modificações microclimáticas.

Rejeitando, pragmaticamente, uma abordagem transformativa radical, optamos por partir do existente e encontrar espaços, mais especificamente espaços intersticiais, passíveis ainda de intervenção para um uso público em prol da qualidade de vida dos habitantes deste Vale. Com este fim em vista, percorremos, literalmente, o Vale na busca de um património verde do Vale, anónimo porque desconhecido (à margem da urbanidade e da sociedade), o que suscitou a pergunta norteadora da investigação: “Como intervir nas áreas intersticiais de um espaço densamente urbanizado com vista a criar espaços verdes para uso público?”

Na busca agora da resposta, em linha com Corbuz e Beigel, concordamos que a base sobre a

qual se vai intervir não é o equivalente a algo como uma tela em branco: o território foi escrito e rescrito tanto por processos humanos como por atos naturais resultando na sobreposição contínua de estratos. Ancoramo-nos nos valores defendidos por Bartalini - visuais, recreativos e ambientais – e partilhamos da abordagem que defende a reocupação do espaço urbano para usos que privilegiam, nas palavras de Zardini, “walking, gardening, recycling, and playing”, potenciadores da qualidade de vida, contrariando um racional assente estritamente no lucro.

Para intervir é necessário considerar não só os problemas gerados pela urbanização como também compreender a paisagem atual do Vale. Segundo a nossa análise, identificamos seis tipos de paisagem distintos: quatro no fundo de vale, com fortes relações de proximidade - a ocupação do leito de cheia do Rio Este, a zona de habitação multifamiliar, o miolo rural, e o distrito comercial em vias de consolidação; e outros dois mais segregados que descrevem a vertente e o topo: o emaranhado urbano e os santuários (Bom Jesus do Monte e Sameiro).

Caraterizamos o Vale na atualidade e valorizamos o anonimato do património primordial do mesmo que deve ser lidada com a formulação de um programa multidisciplinar de modo a potenciar os usos desses espaços, começando por torná-los visíveis ao peão. Isto implicaria não um simples exercício de sinalização que passaria por indicar a proximidade de uma ou outra fonte ou tanque, ruela ou parque, mas um esforço prévio de identificação e um posterior plano de transformação e adaptação destes vestígios da antiga ruralidade à urbanidade emergente da periferia de Braga. As zonas em questão não acompanharam a modernização da envolvente: ou são o que eram há 30 anos atrás (campos de cultivo), ou uma versão reduzida do que eram (por força das dinâmicas de edificação associada à crescente urbanização), ou simplesmente áreas em estado de abandono e degradação, pelo que descontextualizadas e não integradas, não servindo as necessidades atuais (e.g. lazer, recriação e congregação em áreas livres com escala para mais do que o simples atravessar) da população.

Uma parte substantiva do trabalho consistiu na identificação do referido património, conhecendo a sua envolvente, a sua fisiologia, as suas carências, a sua história e o seu potencial. Consideramos que para integrar uma área livre na urbanidade é relevante o cultivo e interligação dos valores antes referidos, que atendem à necessidade que as pessoas têm de se vincular com o espaço, através da identificação de símbolos e da expressão da sua individualidade, sem negligenciar a importância da qualidade ambiental urbana. Abdicando da ideia de proposta(s) como produto(s) finalizado(s), privilegiamos a abordagem urbanística como resposta a estímulos, através da constante mudança e adaptação dos objetivos.

Assim, conscientes dos constrangimentos decorrentes do enquadramento legal, optamos pela escolha ponderada de terrenos que obedecem a critérios que contribuam para a realização do objetivo especificado, designadamente aqueles em que não há um processo de loteamento ou cujos proprietários revelaram uma relutância em urbanizar o mesmo num longo período de tempo. No que respeita à infraestrutura da paisagem, uma rede associada aos espaços intersticiais do Vale permitirá o atravessamento de vários quarteirões, tanto no sentido Norte-Sul, ao longo do Vale, como Nascente-Poente, fazendo a ligação entre o fundo e a vertente. De destacar ainda várias oportunidades de trabalhar o espaço público várias oportunidades de trabalhar o espaço público, associadas aos vários loteamentos inacabados na zona da vertente. Quanto ao tratamento das superfícies, a intervenção deve seguir uma lógica de preservação do subsistema hidrológico e do “continuum naturale”. Em termos de equipamentos, os espaços necessitam de ser dotados de equipamentos essenciais para a potenciação do valor recreativo e utilitário para a comunidade. Considerando que o aproveitamento do espaço livre para uso público pode contribuir também para a valorização imobiliária pela melhoria da qualidade de vida e da paisagem, relativamente às tipologias, definimos uma um conjunto de princípios norteadores da implantação.

No processo de revisão PDMB presentemente em curso, é dada particular importância à paisagem, conforme demonstrado pelo “Estudo da Paisagem do Concelho de Braga”, que reconhece os graves problemas no território provocados pelo crescimento demográfico e económico. Espera-se assim um maior cuidado no planeamento que vá ao encontro dos valores que sustentaram a nossa investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Portuguesa do Ambiente. (2009). Comissão de Avaliação - Processo de Avaliação de Impacte Ambiental n.º 1993: Regularização, renaturalização e ordenamento do Rio Este entre a Av. Frei Bartolomeu dos Mártires e Ponte Pedrinha - Parecer da Comissão de Avaliação. Acedido em: <http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA1993/parecerca19932014919115851.pdf>.
- Ascher, F. (1998). *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Bartalini, V. (1987). Áreas Verdes e Espaços Livres Urbanos. *Paisagem e Ambiente: ensaios*, 1 e 2, 49-54. doi: 10.11606/issn.2359-5361.v0i1-2p49-56.
- Beigel, F., & Christou, P. (1999). Time architecture: Stadtlandschaft Lichterfelde Süd, Berlim. *Design*, 3(3), 203-219.
- Bell, J. (2002). *Como realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Brenner, N. (2013). Thesis on Urbanization. *Public Culture*, 25(1), 85-114. doi 10.1215/08992363-1890477.
- Brighenti, A. M. (2013). "Introduction". In A. M. Brighenti (ed.), *Urban Interstices: The Aesthetics and the Politics of the In-between* (pp. xv-xxiii). Surrey: Asghate.
- Corboz, A. (2005). El Territorio como Palimpsesto. In Ángel Martín Ramos (ed.), *Lo urbano en 20 autores contemporâneos* (pp. 25-34). Barcelona: Ediciones UPC.
- Brikettfabrik Witznitz, Leipzig. Florian Beigel Architects. *2G Landscape Architecture*, 88-95.
- CMB (Câmara Municipal de Braga). (2018a). Relatório de estado do planeamento do território. Acedido em: http://pdmbraga.cm-braga.pt/images/relatorioponderacao/PDM_REOT.pdf.
- _____. (2018b). Relatório de delimitação de Unidades de Paisagem. Acedido em: http://pdmbraga.cm-braga.pt/images/relatorioponderacao/PDM_Estudo_Paisagem.pdf.
- _____. (2018c). Termos de Referência. Acedido em: http://pdmbraga.cm-braga.pt/images/relatorioponderacao/PDM_Termos%20Referencia.pdf
- _____. (2016). Projeto de alteração da ARU de Braga Sul e de delimitação das ARU Braga Norte e Braga Nascente - Memória descritiva. Acedido em: https://ru.cm-braga.pt/archive/doc/rel_proj_delimit_arusbraga.pdf.
- _____. (2015). Plano Diretor Municipal de Braga. Acedido em: <http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php>.
- _____. (2015). Planta de Classificação e Qualificação dos Solos. Acedido em: <http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/2014-11-26-09-57-29>.
- _____. (2015). Planta com a Delimitação das UOPG's. Acedido em: <http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/2014-11-26-09-57-29>.

- _____. (2015). Planta da Participação Pública. Acedido em: <http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/2014-11-26-09-57-29>.
- _____. (2015). 2.^a Revisão Plano Diretor Municipal de Braga: Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes. Acedido em: <http://pdmbraga.cm-braga.pt/images/doc/PDMBragaDR.pdf>
- Cataldi, Giancarlo, Maffei Gian Luigi e Vaccaro, Paolo. 2014. “Saverio e a escola Italiana de tipologia projetual”. *Revista de Morfologia Urbana* 2(1): 25-36. Acedido em: <http://pnum.fe.up.pt/pt/files/9314/0188/0176/RMU%202.1%20Cataldi%20et%20al.pdf>.
- _____. (2011). Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga: Projecto de delimitação de ARU - Relatório Final. Acedido em: https://www.cm-braga.pt/archive/doc/PERU_CH_V____Final_Agosto_2011.pdf.
- _____. (2001). Regulamento do Plano Director Municipal de Braga. Resolução do Conselho de Ministros nº 9/2001 de 30-01-2001. Acedido em: <https://dre.pt/application/file/a/315231>.
- _____. (2000). Plano do Uso dos Solos de Braga. Plano Diretor Municipal.
- _____. (1994). Plano Director Municipal de Braga. Resolução do Conselho de Ministros nº 35/94. Acedido em: <https://dre.pt/application/file/a/263162>.
- _____. (1991a). Plano de Ordenamento do Vale de Lamações: Memória Descritiva.
- _____. (1991b). Plano de Ordenamento do Vale de Lamações: Regulamento.
- Castells, M. (2005). Space of Flows, Space of Places: Materials for a Theory of Urbanism in the Information Age. In Sanyal Bishwapriya (ed.), *Comparative Planning Cultures*. New York: Routledge.
- Cirugeda, S. (2011). Receitas urbanas. *PISEAGRAMA*, 3, pp. 59 - 61. Acedido em: <https://piseagrama.org/receitas-urbanas/>.
- Cultura Castreja Pré-romana. (2019). Infopedia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Acedido em: [https://www.infopedia.pt/\\$cultura-castreja-pre-romana](https://www.infopedia.pt/$cultura-castreja-pre-romana).
- DN/Lusa. (2018, 12 Outubro). Fogos de outubro de 2017 foram fenómeno inédito e com falhas no combate. Acedido em: <https://www.dn.pt/pais/interior/incendios-fogos-de-outubro-de-2017-foram-fenomeno-inedito-e-com-falhas-no-combate-9989327.html>.
- FCTUL (Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Lisboa). (2010). REN – Reserva Ecológica Nacional: Elaboração de orientações estratégicas de âmbito nacional Recursos hídricos superficiais – Relatório. Acedido em: http://cnt.dgterritorio.pt/sites/default/files/RelatorioRHSuperficiais_Set2010.pdf
- Freitas, C. (2012).
- Freitas, C. (2000). A Qualidade do Ambiente Urbano em Vale da Lamações. Uma análise do Ambiente no Ordenamento Municipal e Urbano. Relatório de Investigação do Seminário em Ambiente e Ordenamento da Licenciatura em Geografia e Planeamento – Ramo de Desenvolvimento e Ambiente, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Acedido em: www.geografia.uminho.pt/uploads/freitas.doc.

- Grande, N. (coord.). (2012). O ser urbano nos caminhos de Nuno Portas. Lisboa: INCM.
- Hall, P. (2014). Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design Since 1880. 4ª ed. Somerset, NJ, USA: Wiley.
- Ketele, J.-M., e Roegiers, X. Metodologia de Recolha de Dado: Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudos de Documentos. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lefebvre, H. (2003 [1970]). The Urban Revolution. Minneapolis: University of Minnesota Press
- Lima, T. (2001, 3 de Abril). Maioria dos habitantes de Lamações deseja mudar de casa. Público. Acedido em: <https://www.público.pt/2001/04/03/jornal/maioria-dos-habitantes-de-lamacoes-deseja-mudar-de-casa-156311>.
- Madureira, E. J. (1991, 10 de Março). Urbanização apta a receber mais de 34 mil pessoas. Público, 46-47.
- Martins, M. (2014). Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana. Ciências e Técnicas do Património, 13, 165-175.
- Miranda, D. (coord.). 2016. Projeto de alteração da ARU de Braga Sul e de delimitação das ARU Braga norte e Braga nascente: Memória descritiva Acedido em: https://ru.cm-braga.pt/archive/doc/rel_proj_delimit_arusbraga.pdf
- Oliveira, V., Monteiro, C., & Partanen, J. (2015). A comparative study of urban form. Urban Morphology, 19(1), 73-92. Acedido em: https://www.researchgate.net/publication/274253145_A_comparative_study_of_urban_form.
- Pereira, A. R., Ramos, & C., Laranjeira, M. (2000). A Reserva Ecológica Nacional (REN): sua importância para o ambiente e ordenamento do território. Finisterra, 35(70), 7-40. doi: 10.18055/Finis1657.
- PORDATA (2019). População (Dados relativos ao Município de Braga). Acedido em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/>.
- _____ (2019). Habitação, conforto e condições de vida (dados relativos ao Município de Braga). Acedido em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/>.
- Portas, N. (2003). El surgimiento del proyecto urbano. Perspectivas Urbanas, (3), 1-7. Acedido em: <http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/555/art03-2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Portas, N. (s/d). Do Vazio ao Cheio. Brasília: da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Acedido em: www.cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc.
- Ribeiro, M. do C. (2009/2010). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Fórum, 44-45, 179-201.
- Ribeiro, M. do C. (2008). A Evolução da paisagem urbana de Braga desde a época Romana até à Idade Moderna. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia. Braga, Universidade do Minho. Acedido em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/.../1/MCRibeiro_PhD_\[texto1\].pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/.../1/MCRibeiro_PhD_[texto1].pdf).

- Rio, R. (2002). Agenda 21 para Braga. Acedido em: <http://ricardorio2013.blogspot.pt/2013/04/agenda-21-para-braga.html>.
- Rodrigues, T. e Pinto, M. L. R. (1997). A evolução urbana em Portugal no último século (1890-1991). *População e Sociedade*, (3), 7-22. Acedido em: <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/populacao-e-sociedade/revista-populacao-e-sociedade-no-3>.
- Soares, L. M. (2010). Da Scaballis romana à Sanctaren medieval: espaço, gentes e lendas. In Francisco de Oliveira, Jorge de Oliveira e Manuel Patrício, *Espaços e paisagens: Antiguidade Clássica e heranças contemporâneas* (vol III). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Silva, C. F., & Cunha, J. (2018). Ilusões de prosperidade: a suspensão da terra do Sol e da Água de Gualtar. In P. Fidalgo (Coord.), *A Paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar* (vol. II) (pp. 114-139). Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Solà-Morales, I. (2003). Práticas teóricas, práticas históricas, práticas arquitectónicas. In *Inscripciones*. Barcelona: G. Gili.
- Teles, V. (2001). Riscos naturais e sociedade estudo de caso no concelho de Braga. *Territorium*, (8), 77-92. Acedido em: <http://impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/3508>.
- Teles, V., & Laranjeira, M. M. (2004). Alterações da dinâmica biofísica decorrentes da recente expansão urbana no Concelho de Braga. V Congresso de Geografia Portuguesa, Guimarães, Universidade do Minho. Acedido em: www.apgeo.pt/files/docs/CD_V.../B5_14Out_Virginia%20e%20Manuela.pdf.
- União de Freguesias de Nogueiró e Tenões. (2013). Castro e Capela de Nossa Senhora da Consolação. Acedido em <http://www.ufnogueiro-tenoes.pt/castro-e-capela-de-nossa-senhora-da-consolacao/>.
- Wachsmuth, D. (2014). City as Ideology: Reconciling the Explosion of the City Form with the Tenacity of the City Concept. *Environment and Planning D: Society and Space*, 31, 75-90. DOI: 10.1068/d21911
- Whitehand, J. W. R. (2001). Morfologia urbana britânica: a tradição Conzeniana. *Revista de Morfologia Urbana*, I, 45-52. Acedido em: <http://pnum.fe.up.pt/pt/files/1913/8418/5713/Whitehand%202013.pdf>.
- Zardini, M. (2008). A New urban takeover. In G. Borasi e M. Zardini (eds.), *Actions: What You Can Do With the City* (pp. 12-17). Montreal: Canadian Centre for Architecture.
- _____. (2005). 2005. De la “ciudad que sube” al paisaje que avanza. In Solà-Morales e X. Costa (eds.), *Metropolis* (pp. 205-212) Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Créditos fotográficos

Fotografias áreas da Zona de Lamações - n.º 292 e 8212 do voo de 1958, n.º 62 e 75 do voo de 1974, n.º 7046 e 7948 do voo de 1993, n.º 456 e 458 do voo de 2015, Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE) (licença 137/ 2018).

Museu da Memória de Braga. Acedido em:
http://portal.bracarae.com/?page_id=44.

APÊNDICES

Guião de Entrevista (1)

Nome: António Bandeira

Função: Vereador do Urbanismo

Local: Câmara Municipal de Braga

Data: 22 de Abril de 2019

1. Como caracteriza a evolução do domínio REN e RAN em conjunto com a expansão da cintura urbana da cidade?
2. Como é que se deu este processo e sob que regime de uso dos solos (transitório)?
3. Como caracteriza o estado atual da área verde do Vale de Lamações na periferia? E dentro do perímetro urbano?
4. Quais são os atuais projetos de urbanismo, ou de intervenção no espaço público, no Vale de Lamações? (Recuperação da Ciclovia, intervenção na rua da Igreja, reestruturação e expansão dos campos da Rodovia e outras pequenas intervenções de paisagismo.)
5. Existe um plano mestre que integre todas estas propostas?
6. Relativamente à consolidação dos loteamentos aprovados antes da administração e novos loteamentos aprovados na área: A Câmara pretende aprovar a construção de mais? Quais são os critérios a que devem responder?
7. A Câmara prevê a disponibilização/aquisição de área para a criação de espaços públicos, principalmente na zona de vertente?
8. Em relação a casos específicos como a propriedade patrimonial no quarteirão do Leroy Merlin e da Escola de Lamações: Existem planos para futuro aproveitamento deste espaço?

Guião de Entrevista (2)

Nome: Mário Abreu

Função: Arquitecto (Autor do Plano Parcial de Urbanização do Vale de Lamações - 1991)

Local: Residência do entrevistado

Data: 1 de Abril de 2019

1. No que respeita à formulação do Plano Parcial de Urbanização do Vale de Lamações (1991),
2. Quais foram as principais especificações e objetivos solicitados pela Câmara Municipal de Braga?
3. Quais foram as condicionantes impostas a nível legal? Sob que regime do uso dos solos é que este plano foi criado (transitório)?
4. E quanto a condicionantes físicas previstas, referentes à topografia, sistema parcelar preexistente, subsistema hidrográfico e marcos patrimoniais?
5. A materialização do plano teve maior expressão na implementação das vias de distribuição geral e local e sua hierarquia, e do cumprimento de alguns objetivos de densidade de quarteirões.
6. Porque é que o plano nunca foi completado por um plano de quarteirão e pormenor e expandido para a zona de vertente apesar da expressão da vontade pública?
7. Considera ter havido uma prevalência dos interesses especulativos em relação a uma lógica ordenadora equilibrada?
8. Quais considera serem os principais problemas urbanísticos do Vale de Lamações em 2019?

Guião de Entrevista (3)

Nome: Adosinda Pereira

Função: Chefe do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

Local: Camara Municipal de Braga

Data: 5 de Junho de 2019

1. Relativamente ao novo ímpeto construtivo e à finalização dos vários processos de loteamento pendentes na periferia da cidade: Quais são os maiores desafios ao nível da Gestão Urbanística das periferias da cidade e, mais especificamente, no Vale de Lamações?
2. Muitos destes processos ficaram em suspensão durante vários anos. De que modo é que o PDM atual (Maio, 2015) afeta estas construções dado que foram previamente licenciadas?
 - 2.1. Pode desenvolver um pouco sobre a questão da pendência dos direitos adquiridos, e de que modo é que estes processos podem ficar sujeitos à caducidade?
3. Relativamente ao novo PDM que está em fase de elaboração, que aspetos destaca especificamente sobre as zonas periféricas da cidade?
 - 3.1. Quais são os maiores pontos de contenção em relação à anterior versão?
 - 3.2. Qual é o regime de gestão das áreas verdes/públicas dentro do perímetro urbano (U.O.P.G. 22 – Área Sul da Cidade), e dos montes/santuários (U.O.P.G. 28 – Santuários)?
 - 3.3. Continua a ser um regime separado ou preveem áreas de proteção dentro do perímetro e áreas de edificação fora dele?
4. É possível efetuar um Pedido de Informação Prévia (PIP) relativo às áreas não edificadas do núcleo agrícola no fundo de Vale de Lamações (especificamente da U.O.P.G 24 - Consolidação Urbana – Variante da Encosta)?
 - 4.1. Pretendem manter ou alterar os objetivos expressos no anterior PDM para esta área (Maio, 2015)?
 - 4.2. Existe algum plano ordenador ou de pormenor para esta área? Caso não exista, têm planos para a criação de um?
5. A Câmara de Braga pretende adquirir áreas não edificadas (vazios urbanos) de modo a garantir a expansão do espaço público (verde de utilização coletiva) no Vale de Lamações?
 - 5.1. Quais são os desafios que os processos de aquisição levantam a nível jurídico e económico?
 - 5.2. Atendendo a esta possibilidade, pode comentar sobre as principais problemáticas associadas à gestão e manutenção do espaço coletivo?

